

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

LUÍSA ESCHER FURTADO

**PASSOS E ESPAÇOS:
VIOLÊNCIA CONJUGAL E INGESTÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA**

FORTALEZA (CE)
2010

LUÍSA ESCHER FURTADO

PASSOS E ESPAÇOS:
VIOLÊNCIA CONJUGAL E INGESTÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA

Dissertação submetida à Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Cultura e Subjetividades Contemporâneas.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo.

FORTALEZA
2010

"*Lecturis saltem*"

Ficha Catalográfica elaborada por

Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593

tregina@ufc.br

Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

F987p

Furtado, Luísa Escher.

Passos e espaços [manuscrito] : violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica / por Luísa Escher Furtado. – 2010.

101f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza(CE), 17/09/2010.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo.

Inclui bibliografia.

1-ESPOSAS MALTRATADAS – FORTALEZA(CE).2-ALCOÓLATRAS – FORTALEZA(CE).3-VIOLÊNCIA FAMILIAR – FORTALEZA(CE).I-Mélo, Ricardo Pimentel, orientador.II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.III-Título.

CDD(22ª ed.) 362.8292098131

72/10

LUÍSA ESCHER FURTADO

PASSOS E ESPAÇOS:
VIOLÊNCIA CONJUGAL E INGESTÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA

Dissertação submetida à Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração:

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo.

Aprovada em: 17/09/2010.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profª. Dra. Idilva Maria Pires Germano
Universidade Federal do Ceará - UFC

FORTALEZA (CE)
2010

Aos híbridos que de alguma maneira se movem para uma vida com mais diferenças do que repetições.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial ao meu pai Sérgio e minha mãe Marlene pelo apoio, pois não importa onde eu ponha meus sonhos, sempre estão dispostos a me ajudar a alcançá-los.

Ao meu irmão Felipe, grande instigador de meus estudos e posicionamentos políticos.

Ao Ricardo, meu orientador, por me mostrar que orientar não é estabelecer prazos ou cobrar resultados, é oferecer a presença, por me mostrar que fazer ciência é contar história, por me mostrar que as incertezas não implicam necessariamente falta e dor, mas também abundância de vida e abertura para criatividade.

Ao grupo de Práticas Discursivas que em suas mais diversas configurações sempre foi um lugar de afeto, risos e carinhos, foi leitor dos textos que compõem essa dissertação e, sem dúvidas, foi importantíssimo para que eu fizesse de Fortaleza minha casa. Ju, Juju, Cel, Hanna e Raquel amo vocês!

Aos colegas e às colegas da turma do mestrado, que deram um sabor maravilhoso a trajetória de estudos, que me ensinaram o caminho para o cantinho acadêmico, que choraram e riram algumas vezes em minha companhia. À Adriana pelas caminhadas, à Luciana pelas constantes conversas, à Juliana pelas dicas de teatro, à Fabíola pelos abraços, ao Rômulo e ao Paulo pela inesperada presença em minha qualificação, ao Alexandre pela amizade, festas, idas à praia e conversas, à Raquel pelas palavras sempre carinhosas, à Rebeca por ser tão atenciosa, à Eleonora pelas risadas, à Clarissa pelas conversas no cantinho, à Sicília por insistir para que nossa turma não se dispersasse, à Daiane pelas excelentes conversas, à Candida pela companhia nas aulas do mestrado e nas noites de Fortaleza, à Aparecida pelos sorrisos, à Larissa por viver em busca de paz e de simplicidade, à Carol pelos sábados de estudos e conversas em minha casa, à Shirley por tudo, ou melhor, simplesmente por existir.

Ao Márcio, por me oferecer seu companheirismo, seus livros, seu amor e por ser o fotógrafo das figuras 2 e 4.

A todas as pessoas que fazem o mestrado, professores, professoras, técnicos, bolsistas, em especial ao Helder, pela atenção, pelos sorrisos, pela competência, pela disponibilidade, por tornar mais leve a pesada burocracia de uma universidade.

À Idilva, por quem nutro admiração desde que ouvi pela primeira vez, pois a revelia de todo seu conhecimento, sempre se apresenta como aprendiz. Obrigada por ter aceitado participar de minha banca desde a qualificação.

Ao Benedito, que há muito tempo está presente em minha vida, antes como um autor de quem eu comprava os livros e corria para assistir as palestras, hoje, felizmente, como um membro da banca.

Às pessoas que colaboraram para essa pesquisa: profissionais da Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher da Comarca de Fortaleza, usuárias e usuários desses serviços, membros da Associação de Alcoólicos Anônimos. Sem vocês esse trabalho não existiria. Agradeço, ainda, pela receptividade que fez com que essa pesquisa mais do que possível, tenha sido prazerosa, ainda que feita na escuta de histórias de muita dor.

À galera do Benfica, amigos e amigas que fizeram o cotidiano mais feliz, mostraram uma vida com diversidade de gênero e de experiências alcoólicas. Este trabalho não seria o mesmo se vocês muito por acaso não tivessem aparecido em minha vida.

Agradeço ainda à Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pois a bolsa de mestrado que ela me concedeu foi revolucionária em minha vida e fundamental nessa pesquisa.

“A aparência é para mim a própria vida e a própria ação que, em sua ironia de si mesma, chegará até a me fazer sentir que há nela aparência, fogo-fátuo, dança dos elfos e nada mais – que no meio desses sonhadores também eu, que ‘procuro o conhecimento’, danço o mesmo passo de todos, que o ‘conhecedor’ é um meio para prolongar a dança terrestre e que, em razão disso, faz parte dos mestres de cerimônia da vida e que a sublime conseqüência e a ligação de todos os conhecimentos são e serão talvez o meio supremo para assegurar a universalidade do devaneio e do entendimento de todos esses sonhadores entre si e, por isso mesmo, para *fazer* o sonho *durar*” (NIETZSCHE, 2008a, p. 86).

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo produzir um estudo de caso que desse visibilidade às redes construídas que sustentam a produção de um homem autor de violência conjugal. A pesquisa foi realizada na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza, no Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Fortaleza e em um grupo de Alcoólicos Anônimos. A produção de um homem autor de violência é muitas vezes associada à ingestão de bebida alcoólica. Assim, ocorre a produção de um homem que passa de “desordeiro” para “criminoso”, de “criminoso” para “alcoólico” e sendo “alcoólico” torna-se um “doente”. Essa construção só pode acontecer em um cotidiano de práticas culturais que moralmente polarizam o mundo em bem e mal e colocam a embriaguez na polaridade má e a sobriedade na polaridade boa. Além disso, para que esse caminho se sustente, é necessário que existam práticas clínicas e científicas que produzam o sujeito doente, práticas disciplinares que produzam o sujeito vigilante, além de relações que instituem prescrições de gênero e de conjugalidades.

Palavras-chave: Violência Conjugal; Ingestão de bebida alcoólica; Gênero; Homem autor de violência conjugal.

ABSTRACT

This thesis aims to produce a case study that gives visibility to built networks that support the production of a man author of marital violence. The research was performed in the Police Station of Women's Defence of Fortaleza, in the Judgeship of Domestic and Family Violence of the judicial district of Fortaleza and in a group of Alcoholics Anonymous. The production of a man who is author of violence is often associated with ingestion of alcohol. Thus, the production of a man who becomes from a "troublemaker" to "criminal", from a "criminal" to "alcoholic" and being an "alcoholic" become a "sick person". This construction can only happen in cultural practices routine that morally polarize the world into good and bad, putting the drunkenness in the bad polarity and the sobriety in the good polarity. Furthermore, for this path to be sustained, it is necessary that exist clinical and scientifically practices that produce the sick person and disciplinary practices that produce the vigilant person and relations that establish gender and conjugalities prescriptions.

Keywords: Marital Violence; Drinking alcoholic; Gender; Man who is author of marital violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Charge disponível em: http://www.sergeicartoons.com/Cartoons/imagens/violencia-domestica.jpg . Acesso em: 24 de abril de 2009	15
FIGURA 2 Fotografia da fachada da Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza	33
FIGURA 3 Cartaz de divulgação da Associação Alcoólicos Anônimos	39
FIGURA 4 Fotografia da Fachada do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher da Comarca de Fortaleza	42

SUMÁRIO

1- “COISAS QUE NEM SEI CONTAR”	12
2- GÊNERO, CONJUGALIDADE, VIOLÊNCIA E BEBIDA ALCOÓLICA.....	15
3- COMO CHEGUEI AO (A)CASO	32
4- O CASO: “QUANDO BEBO PERCO O JUÍZO”	55
5- “SUSPIRANDO EM FALSETE”	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	78
ANEXOS	99

1- “COISAS QUE NEM SEI DIZER”

Não imaginem que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que se o que se combate é abominável. É o liame do desejo à realidade (e não sua fuga nas formas de representação) que possui uma força revolucionária (FOUCAULT, 2010, p. 106).

Começo esse trabalho com esta epígrafe do Michel Foucault, pois ela é bela aos meus olhos. Além de ser bela, envolve elementos que acredito serem principais nesse trabalho: a militância, o abominável, o desejo, a força revolucionária e o desafio de não ser triste, ou ao menos não ser só triste.

Esta dissertação chama-se *Passos e Espaços: Violência Conjugal e Ingestão de Bebida Alcoólica*. Tem esse título, pois seu processo de produção está intimamente ligado aos passos que dei e aos espaços dos quais fiz parte em minha vida. Esses passos em alguns momentos me posicionaram como uma militante de causas feministas, considerando assim, a violência conjugal como abominável; outras vezes me fizeram amiga ou profissional a ouvir histórias de violência conjugal e nessas horas, ardia o desejo de revolucionar. Em muitos desses momentos acreditei que para lidar com tudo isso era necessária uma seriedade muito íntima da tristeza. Fazer essa dissertação me colocou em outro caminho, o de compreender que o riso e às vezes o sarcasmo e o cinismo também podem ser revolucionários.

Fazer uma história desses passos e espaços remete a minha mudança de Santarém (uma cidade de aproximadamente 300 mil habitantes localizada geograficamente no meio da Amazônia), para Belém a capital do Pará (uma cidade por onde circulam mais de 2 milhões e pessoas). Esta mudança ocorreu pra que eu me preparasse para o exame de vestibular. Em Belém morava com meu irmão com quem estabeleci muitas conversas, ele estudava Ciências Sociais e falava de autoras feministas que lia para a faculdade. Eram recorrentes diálogos sobre as possibilidades e limitações inscritas em corpos femininos, inscritas em meu corpo feminino. Discussões essas que dispuseram de lugar importante em minha vida.

Em 2006, já na universidade, essas conversas intensificaram-se em meu cotidiano e tornaram-se foco de um projeto de iniciação científica. Por dois anos, participando do Programa de Iniciação Científica, passei a inteirar-me das discussões sobre relações de gênero.

Em 2008, em decorrência de meu interesse no tema, estagiei no Centro de Referência Especializado de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência Maria do Pará, que estava sendo inaugurado na cidade de Belém-PA e se destinava a atender mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A partir do cotidiano nesse trabalho, nasceu o

interesse pela temática da violência conjugal que eu reconhecia como um nó presente em nosso cotidiano, difícil de desatar, entrelaçado por vários enlaces travados no processo de constituição de corpos femininos e masculinos.

Já em Fortaleza, em 2009, começando a fazer a pesquisa que constitui essa dissertação, na Delegacia de Defesa da Mulher, comecei a ouvir repetidamente que uma das linhas que se mistura nesse enlace de violência conjugal e produção de corpos é a líquida e densa bebida alcoólica.

Ter vivido episódios que me aproximam desse tema não me deixa num lugar de certezas, de possuidora de repostas. Aliás, ao contrário, esse assunto me motiva a pesquisar, pois nele encontro incertezas e problemas, para os quais não tenho respostas. Talvez a questão não seja respondê-los, mas estranhar, se aventurar, ouvir as repetições, mas ansear as diferenças, não confiar naquilo que parece óbvio. Para isso, é possível que traga algum aprendizado as palavras de Friedrich Nietzsche (2008b) em *Para Além do Bem e do Mal*. O autor escreve sobre “preconceitos filosóficos” e aponta que um dos caminhos que levam a produção desses preconceitos é a “vontade de verdade”, uma aventura de que os filósofos desde Platão até seus contemporâneos falavam com veneração.

Uma vida, um empreendimento filosófico, a busca de conhecimento, costumava existir (e ainda hoje existe) com a finalidade de se encontrar a verdade, algo genuíno que estava escondido e só era achado com muito esforço. Nietzsche (2008b) objetiva construir um trabalho na contramão dessa tendência filosófica e propõe questionamentos tais como: “Considerando que queremos a verdade: por que não havíamos de preferir a não-verdade? Talvez a incerteza? Quem sabe a ignorância?” (p. 33).

Tendo em vista as palavras de Nietzsche, acredito que preciso reconhecer que tenho noções, conceitos e preconceitos em relação à violência conjugal e a ingestão de bebida alcoólica, mas desejo que os caminhos dessa pesquisa trilhem os passos da dúvida, do estranhamento, do encantamento pelo (des)conhecido. Nesse sentido, me inspiro novamente em Nietzsche (2008b) que ao criticar a metafísica escreve: “uma ambição metafísica de conservar um posto perdido que prefere um punhado de ‘certeza’ a toda uma carrada de belas possibilidades” (p. 40).

Mais do que um problema a ser resolvido as pesquisas propõem uma espécie de enigma que existe em função de relações que a própria pesquisa estabelece num caminho com carradas de belas possibilidades. Deste modo, este trabalho se norteia menos por um problema com uma pergunta e mais por uma problemática como charada: quais e em que práticas se

estabelecem relações entre ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal na rede trilhada por homens acusados dessa violência em Fortaleza?

Assim, esta dissertação tem como objetivo produzir o estudo de um caso que dá visibilidade às redes construídas que sustentam a produção de um homem autor de violência conjugal.

Para isso, o segundo capítulo dessa dissertação, conta com a apresentação de uma revisão da literatura sobre violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica, trazendo também um posicionamento sobre o assunto.

No terceiro capítulo, são narrados os caminhos trilhados para se chegar ao caso. Ele busca cartografar as relações entre ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal em circulação na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza (D.D.M.), no Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Fortaleza e em um grupo de Alcoólicos Anônimos, espaço recomendado para homens acusados por violência conjugal.

O quarto capítulo se dedica à apresentação do caso, nas cenas em que ele pôde ser produzido, tentando primar mais pela dispersão do que pela coerência da vida. O quinto faz uma análise do processo de produção de um homem autor de violência conjugal que ingere bebida alcoólica.

2- GÊNERO, CONJUGALIDADE, VIOLÊNCIA E BEBIDA ALCOÓLICA



Figura 1

Esta charge parece ser uma interessante ilustração da charada desta pesquisa, ela apresenta a violência conjugal como um acontecimento comum e rotineiro na vida de um casal. O casal da imagem parece ser heterossexual. As agressões físicas são do homem em relação à mulher. Sugere-se que o homem está “bêbado” e que a mulher, temerosa, é quem pede a “surra”. Assim, essa imagem convida a falar de como compreendo o tema desse estudo: as relações entre violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica. Para começar a escrever sobre esta relação acredito ser interessante discutir o modo como este trabalho concebe quem está pesquisando e aquilo que é pesquisado.

Vindo do campo das “ciências Psi”, vejo-me inclinada a pesquisar sujeitos, indivíduos. No entanto, em encontros com escritos de Michel Foucault tenho-me posto a repensar essas categorias, diz ele: “O individuo é o produto do poder. O que é preciso é ‘desindividualizar’ pela multiplicidade e pelo deslocamento dos diversos arranjos” (FOUCAULT, 2010, p. 106). Assim, o caminho desta pesquisa, busca uma trilha para desindividualizar, multiplicar, buscar as dispersões, não se voltar para o sujeito, sua interioridade como se lá estivesse o fundamento da verdade, a origem dos desejos, dos ódios, dos amores...

Nietzsche (2008b) em sua ácida crítica à filosofia de seu tempo, afirma que o instinto do conhecimento não é onde se ancora a origem da filosofia, aliás, afirma que essa “vontade de verdade” acaba proporcionando a construção de “gênios”, de “demônios”, enfim de sujeitos que buscam elevarem-se como soberanos legítimos de todos os outros, cria-se um desejo de domínio. Um domínio que atua nas relações de uns com os outros e também nas relações consigo:

[...] poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros tem que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Assim, tendo em vista que o sujeito é uma construção e atentando para os efeitos de verdade que sujeitam indivíduos à identidade, ao autoconhecimento, à coerência, prefiro que este trabalho preze pela fluidez dos modos de viver tendo como foco as redes de negociação que produzem efeitos de sujeito feminino, sujeito violento, sujeito masculino, sujeito vítima, sujeito alcoólico etc., sem perder de vista que essas redes estão sempre mudando, já que nunca deixam de ser negociadas (MÉLLO e DI PAOLO, 2007). Espero ainda ter conseguido sustentar que o que são produzidos são efeitos de sujeito, já que a concepção de sujeito de uma ação sobre um objeto implicaria em atribuir autonomia a um ente que é sujeito “essencialmente” distinto de um objeto, e se a proposta é questionar as essencializações, rever as bordas das distinções e compreender que estamos em rede, conceitos como autonomia, sujeito e objeto estão em xeque.

Reverendo bordas e dualidades Bruno Latour (1994) evoca o híbrido, o que não é puramente natural nem social, propõe que “a cada vez, tanto o contexto quanto a pessoa humana encontram-se redefinidos” (LATOUR, 1994, p. 10) e continua no livro escrevendo de tal forma que nos apresenta que não há distinções puras entre objetos e humanos, sendo que nesta hibridização são construídas as redes. Desse modo, a proposta é estudar redes construídas cotidianamente em práticas discursivas e não discursivas que estabelecem relações entre ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal.

No cotidiano um importante dispositivo que compõe as redes de relações conjugais, de violência e de ingestão de bebida alcoólica, assim como que articula intersecções entre essas redes são as relações de gênero. Deleuze, escrevendo sobre a obra de Foucault, descreve que dispositivo é:

espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras (DELEUZE, 1990, p. 155).

Assim, compreendo que gênero compõe linhas e forças que tencionam sistemas heterogêneos. O próprio uso do vocábulo “gênero” está inscrito em históricas lutas acerca dos posicionamentos dos corpos. John Money é apresentado como um marco importante na história dos estudos de gênero (MACHADO, 2005; PRECIADO 2008).

Money é apontado por Beatriz Preciado (2008) como o primeiro a utilizar a noção de gênero, ao trabalhar no tratamento de bebês intersexuais¹, considerando que o gênero era o “sexo psicológico” criando uma distinção que possibilitaria uma intervenção técnica no corpo para adequá-lo a padrões femininos ou masculinos. Desse modo, os comportamentos da criança estarão de acordo com o gênero, com o sexo que ela acredita pertencer, no qual ela foi educada. E assim, o sexo psicológico não é prejudicado por intervenções técnicas (cirurgia sexual e terapia hormonal) no sexo biológico, que é natural e definitivo. Desse modo, o gênero aparece, para Money, como sintético, maleável, variável e suscetível de ser transferido, imitado, produzido e reproduzido.

Paula Sandrine Machado (2005) aponta que essa maleabilidade do gênero era descrita por Money como melhor sucedida quanto mais nova a criança, pois o sexo biológico deveria estar em conformidade com o psíquico. Decidido qual era o verdadeiro sexo biológico, a identidade sexual² deveria ser diferenciada no sentido do sexo biológico.

Preciado (2008) escreve que nos anos setenta o feminismo retoma a noção de gênero e passa a utilizá-lo como culturalmente construído e o distingue do sexo que é determinado biologicamente, entrando num debate essencialismo *versus* construtivismo.

Em 1986, Joan Scott publica nos Estados Unidos um artigo traduzido nos anos 90 por Guacira Lopes Louro para o português como: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Nesse texto a autora faz uma análise dos modos como foi empregado o vocábulo gênero e termina com sua definição para o termo. Scott (1995) escreve que naquele momento histórico, havia trabalhos que falavam de “gênero” como sinônimo de mulheres, pois “gênero parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo” (p. 75). Havia ainda, trabalhos que usavam gênero como categoria que apresentava o aspecto relacional entre homens e mulheres, “qualquer informação sobre mulheres é necessariamente informação sobre homens, que um implica o estudo do outro” (p. 75). Scott (1995) fala de um terceiro modo de compreender gênero e talvez esse tenha sido o modo mais empregado, mais discutido e criticado no final dos anos 80 e nos anos 90: gênero como relações sociais entre os sexos, refutando explicações biológicas, para as diferenças entre homens e mulheres, que seriam da esfera do sexo, assim,

¹ Segundo a Intersex Society American (ISNA, 2006 apud PINO, 2007, p.2) intersex é uma definição geral usada para explicar a variedade de condições nas quais as pessoas nascem com órgãos reprodutivos e anatomias sexuais que “não se encaixam” na típica definição de masculino e feminino.

² John Money escreveu um livro com Patricia Tucker em 1975, mas traduzido para o Português apenas em 1981, onde define que “Identidade sexual é o seu senso de si mesmo como homem ou mulher” (MONEY e TUCKER, 1981, p. 12).

gênero tornou-se uma forma de indicar as construções culturais, papéis sociais adequados aos homens e às mulheres.

Scott nesse mesmo texto apresenta crítica a essa acepção de gênero que se compreende distinta do sexo e ancora-se num binarismo natureza-cultura, discute que o gênero é marcado, constitui e é constituído em relações de poder e é uma forma primária de dar significado ao mundo, inclusive ao sexo.

Essa crítica é sucedida de outras que são marcadas por um processo de estudo dos discursos feministas e suas repercussões. É interessante que Eunice Durham escreveu em 1986, no Brasil, um artigo que diz sobre esse movimento na Antropologia, de pesquisar o que é familiar e cotidiano. A autora utiliza como exemplo entre outros as pesquisas de feministas sobre os movimentos feministas, ao que ela chamou de produção “nova” e “intrigante” de etnografias de nós mesmos.

Preciado (2008) aponta como expoentes desse processo de discutir os usos do gênero no feminismo Judith Butler, Denise Riley e Tessa Lauretis. Essas autoras questionaram quem eram os sujeitos políticos do feminismo, discutindo que “mulher” não é um termo neutro, no sentido de que inclusive o sexo é produzido, o corpo é produzido de tal forma que num determinado momento histórico é construída a noção de um sujeito que pode ser chamado de mulher.

Judith Butler em 1990, nos Estados Unidos, publica o livro “*Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*”, traduzido para o Brasil em 2003 por Renato Aguiar como “Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade”. Este livro traz discussões densas sobre os problemas do uso do termo gênero, sobre sujeito, sobre performance e heteronormatividade. Nesse questionamento que pode ser encontrado no prefácio do livro, fica notória a contundência de suas discussões: “O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas?” (BUTLER, 2008, p. 8).

Butler (2008) aponta que o sujeito é discursivo, no sentido em que ele é formado na linguagem e na linguagem é produzido o que pode ser considerado sujeito, de tal forma que quando a norma é estabelecida, produz inclusões e exclusões. Desse modo, apresenta embaralhamentos para um possível conhecimento do ser. Assim, mexe amplamente com discussões ontológicas e identitárias.

A autora discutiu ainda que a noção de um sujeito *a priori*, também sustentava as políticas de gênero levantadas por feminismos. Butler (2008) problematiza se o sexo é

“natural, anatômico, cromossômico e hormonal” (p. 25). Discute que os efeitos da noção da existência dual e pré-discursiva do sexo acabam proporcionando uma estrutura binária estável e excludente. Ressalta que essa noção de sexo foi possível pelo uso do gênero como interpretação cultural do sexo, já que seria esse último seria biológico, fixo.

Então, repudiando essa noção de gênero que por muito tempo foi (e ainda hoje pode ser) bandeira de feminismos, Butler (2008) apresenta uma noção de gênero como produzido em performances, em atos, gestos, atuações repetidas, que a cada repetição, reencenam e apresentam novidades produzidas socialmente e inscritas em um corpo.

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (BUTLER, 2008, p. 194).

Nos anos 90, iniciam os movimentos *queer* nos Estados Unidos e na Europa e Judith Butler passa a ser considerada precursora deste movimento, que é diverso, possibilitando inclusive escritos que se opõe há algumas noções presentes em *Problemas de Gênero*. A noção de gênero como performativo, talvez seja a que provocou maiores críticas, no entanto sua discussão sobre identidade, ontologia, sujeito e heteronormatividade são marcos para os movimentos *queer*.

Nesta dissertação, alguns posicionamentos dos movimentos *queer* ajudam a problematizar a produção dos corpos que engendram práticas violentas em relações conjugais. Pereira (2006) refere que os estudos *queer* constituem um movimento de encontro com práticas cotidianas que apontavam estranhezas, esquisitices à heteronormatividade. No entanto, esse encontro, num movimento diverso do homofóbico, ao invés de interferir nos corpos para encaixá-los no padrão heterossexual, discute os padrões, celebra a diferença.

Para feitura deste trabalho, o que me interessa dos estudos *queer* é a proposição de que existem normas de gênero, existem produções culturais de corpos sexualizados. No entanto, no cotidiano, muitas vezes estamos transgredindo essas normas e produzindo também normas conflitivas (PEREIRA, 2006). Preciado (s.d.) afirma que o movimento *queer* implicou em mudanças substantivas nas noções de gênero que circulavam nas ciências e nos movimentos sociais, com as multidões *queer*, gênero:

deixou de ser uma noção a serviço de uma política de reprodução da vida sexual para ser o signo de uma multidão. O gênero não é o efeito de um sistema fechado de poder, nem uma idéia que atua sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (desde a medicina até a representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de reapropriação pelas minorias sexuais (s.p.).

Em *Testo Yonqui*, a autora aponta que a sexualidade é entendida como uma tecnologia que opera corpos falantes considerando que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero – homem, mulher, homossexual, transexual, heterossexual - são “identidades” sexuais que funcionam como próteses, interrupções, acidentes, fronteiras. Desse modo, discutindo os corpos falantes e as tecnologias sexuais, a autora aponta o processo de identificação dos órgãos sexuais com os órgãos reprodutivos como uma tecnologia de interrupção da sexualização da totalidade do corpo (PRECIADO, 2008).

Ao identificarmos os órgãos sexuais com os órgãos reprodutivos, consideramos mulher corpos dotados de “vagina”, “vulva”, “buceta”, “piriquita”, etc. e homem corpos com “pênis”, “pinto”, “saco”, “escroto”, etc. Assim, o sexo é definido por um pedaço do corpo e por saberes que enquadram toda a diversidade humana em dualidades: feminino e masculino, excluindo da normalidade todas as outras manifestações corporais, tais como transexuais, intersexuais, entre outros.

Preciado (2008) apresenta rupturas com a naturalização e binarização do sexo e discute sobre o capital farmacopornográfico que constitui nossos corpos no final do século XX e início do XXI. A autora apresenta que os corpos nesse momento histórico são marcadamente construídos pelo (fármaco) consumo de remédios, pílulas, cosméticos, géis, hormônios, intervenções cirúrgicas, etc. e por representações de gênero e de sexualidade (pornô), fotos, vídeos, próteses, etc. No entanto ressalta que “esta maquinaria tecno-viva da que formamos parte não é um todo coerente e integrado. Os pólos da indústria farmacopornográfica (fármaco e porno) funcionam mais em oposição que em convergência” (PRECIADO, 2008, p. 97)³. Desse modo, acredito que esse encontro com os textos de Beatriz Preciado colabora para compreensão de que o corpo falante que sou e que são as pessoas que participam deste estudo estão inter-conectados com os objetos, com as imagens, coisas que nos tornam híbridos⁴ produzidos hoje, num sistema sexo/gênero, heterogêneo e repleto de tensões.

Um espaço de importantes tensões são as relações conjugais. Em nossa cultura é comum que um homem e uma mulher no processo de tornarem-se adultos estabeleçam relacionamentos que nos discursos que circulam em algumas de nossas conversas, em nossas mídias, nas produções artísticas, no sistema jurídico devem ser marcados por relações

³ O texto consultado está em espanhol e essa é uma tradução livre minha do original: “Esta maquinaria tecno-viva de la que formamos parte no es uno todo coherente e integrado. Los dos pólos de la industria farmacopornográfica (fármaco y porno) funcionan más en oposición que en convergencia”.

⁴ Esse termo não é utilizado por Beatriz Preciado (2008), mas ao falar da produção de próteses vejo muita semelhança com os híbridos de Bruno Latour (1994).

afetivas, sexuais e patrimoniais. Essas relações constituem duas pessoas (se considerarmos as exigências monogâmicas) em um casal. Existem casais homossexuais, heterossexuais, pessoas que não formam casais e relações compostas por mais de duas pessoas, mas:

Ainda hoje, quando pensamos nas fases de nossas vidas o casamento, assim como o trabalho, a formação de família e uma velhice tranqüila, habitam os sonhos de homens e mulheres. Tais objetivos, embora não sejam construções divinas mais produções de valores e sentidos humanos, são muitas vezes percebidos como um desdobramento “natural” da vida (VIEIRA JUNIOR, 2002, p. 102).

Antônio Otaviano Vieira Junior (2002) pesquisando conflitos amorosos nas margens do casamento que aconteciam com protagonistas masculinos como amantes de mulheres casadas ou defloradores de meninas virgens em Fortaleza de 1799 a 1820, escreveu sobre o casamento e a ordenação de comportamentos:

Diante do avanço do protestantismo, e a resposta da contra-Reforma, o matrimônio se estabelecia enquanto sacramento no esforço da Igreja Católica de institucionalizar, com o Concílio de Trento, uma série de valores e tradições que solidificavam o controle sobre o corpo e a sexualidade.

Homens e mulheres tinham seus comportamentos esquadrihados e redimensionados através de noções de honra, associadas ao casamento, e que garantiam *status* social. O matrimônio significava um conjunto de regras e sentimentos relacionados ao cotidiano do casal e da família. Normas de condutas associadas ao casamento marcavam lugares e hierarquias sociais diferenciados para homens e mulheres. Tais normas atravessaram o Atlântico e ancoraram no Novo Mundo, incluindo aí o Brasil, que fora alcançado pelo longo braço do catolicismo amparado pelo Estado Português (VIEIRA JUNIOR, 2002, p. 103).

O autor registra ainda que no Brasil, mundo colonial, a interação entre “Estado, Igreja e sociedade” não era livre de tensões no que diz respeito ao casamento e a revelia das ordenações católicas, as ordenações filipinas, permitiam que o Estado não resumisse o casamento ao matrimônio, considerasse casado quem “vivesse como casado”, ainda que não houvesse tido a bênção da Igreja. O braço do Estado, o movimento de institucionalizar as maneiras de viver foi se tornando tão forte, que mesmo quem não fosse à igreja e por vontade instituisse matrimônio, era considerado casado, pois vivia como casado, isto é, sua vida cabia nas prescrições das formas de se relacionar, de sentir, de agir numa relação afetivo-sexual.

Mary Del Priore (2006) em *História do Amor no Brasil*, escreve que no século XIX, quando o Brasil ainda era eminentemente rural, os casamentos entre as elites aconteciam em sua maioria por interesse, eram considerados negócios, o que não quer dizer que outros modos de viver e de se estabelecer essas relações não existissem. A própria autora, cita que as missas, evento em que as pessoas se encontravam, eram lugares privilegiados para cruzamento de olhares e marcação de encontros clandestinos. Dos quais, algumas vezes, devem ter saído uniões conjugais. Nessas relações, os posicionamentos de homens e mulheres eram diferentes. No que diz respeito à fidelidade, por exemplo, a autora cita que:

Embora não haja estatísticas sobre o assunto, é de se supor que as relações extraconjugais fossem correntes depois do casamento. O adultério perpetuava-se como sobrevivência de doutrinas morais tradicionais. Fazia-se amor com a esposa quando se queria decência; o restante do tempo, era com a outra. A fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina; a falta de fidelidade masculina vista como um mal inevitável que se havia de suportar. É sobre a honra e a fidelidade da esposa que se repousava a perenidade do casal (Del Priore, 2006, p.187).

Essas prescrições devem ter marcado a vida dos casais no século XIX e até hoje deixam vestígios. Há que se lembrar que também produzem resistências. Margareth Rago (1987, p. 74) afirma que: “Desde o início do século XIX, por exemplo, num período em que o casamento aparecia como uma das únicas opções de vida possíveis para mulheres, elas foram as principais responsáveis por pedidos de anulação do matrimônio ou de divórcio”.

As relações conjugais, naquele tempo, assim como hoje, não findavam apenas pelos atos jurídicos ou religiosos. Del Priore (2006) narra que em 1809, um homem foi preso no Rio de Janeiro, por ter confessado matar sua mulher. O homem explicava que o acontecimento havia sido causado em “legítima defesa da honra” e foi solto pelos desembargadores que compreenderam que frente à cena deste homem ter visto sua esposa e o amante deitados numa rede, acendeu-se a cólera em razão do desrespeito a sua honra, portanto era compreensível seu ato.

Assim como no Rio de Janeiro, em Fortaleza do início do século XIX, como aponta Vieira Junior (2002), os posicionamentos eram diferenciados para homens e mulheres, e a preservação da honra tinha lugar especial nas exigências atribuídas a cada membro da família, de tal modo que as prescrições seguiam práticas divisórias em razão do gênero, mas também das gerações, dos posicionamentos nas relações familiares, assim havia diversas normas disciplinares que prescreviam os comportamentos adequados para preservação da honra da família:

Controlar a sexualidade era uma ação que não se limitava aos corpos masculino e feminino, mas dizia respeito também a consolidação de uma série de comportamentos. As filhas que não fossem recatadas e vivessem sob a guarda paterna, e que não fossem obedientes aos seus pais; as esposas que não vivessem com seus maridos, sob sua proteção e administração; os pais que não fossem zelosos com suas filhas, objetivando uma educação voltada para o recato e o casamento; e os maridos que não fossem provedores do seu lar e fiscais das condutas de suas esposas eram todos condenados em seus comportamentos (VIEIRA JUNIOR, 2002, p. 116).

No entanto, o autor conclui seu texto apontando que no cotidiano, as normas de gênero, os códigos de honra são visitados e desviados, produzindo variedades de modos de vida:

Mas, mesmo diante de um quadro disciplinador, homens e mulheres cearenses cotidianamente buscavam mecanismos para burlarem a disciplina, a formatação de ideais de conduta não era suficiente para apagar a dubiedade dos sentimentos e

comportamentos de variados femininos e masculinos. Efetivava-se um cotidiano do desvio (VIEIRA JUNIOR, 2002, p. 117).

A partir de meados do século XIX, às relações conjugais, os posicionamentos em função das relações de gênero e o tratamento dado aos desvios às normas estabelecidas passam por práticas científicas, disciplinadoras e higienistas que começam a intervir nos espaços urbanos que estão surgindo e aumentando no Brasil. Margareth Rago (1987) em sua pesquisa sobre a utopia da cidade disciplinar no Brasil de 1890-1930, apresentando excertos de jornais dos movimentos libertários da época, discute como o espaço da fábrica foi sendo considerado inapropriado para mulheres, que naquele momento, constituíam grande parte da força de trabalho operário. A fábrica foi apresentada como espaço que leva a mulher à degradação e prostituição, como lugar que distância a mulher do cuidado com a família, que impossibilita a amamentação, esses entre outros discursos, foram produzindo uma normalidade do lugar privado (o lar) como espaço das mulheres. Essas mudanças, não apenas quiseram produzir um novo lugar pra mulher na sociedade, elas constróem novos modos de sociabilidade, novos modos de subjetivação:

Progressivamente, os industriais procuram fazer com que os operários introjetem a disciplina panóptica do trabalho industrial prescindindo do recurso à utilização da força bruta e massacrando o exercício do poder por um discurso que se apresenta como científico, racional e moderno. As formas de vigilância e controle fabril deixam paulatinamente de se manifestarem essencialmente pela *repressão exterior e subjetiva da vontade patronal*, transferindo-se para *o interior do processo técnico de organização do trabalho*.

Fora da fábrica, a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laborosidade, da vida regrada e dessexuada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade social (RAGO, 1987, p. 26-27).

Na mesma cena em que aparecem os discursos higienistas, a produção da vida privada, as regulamentações do sexo por discursos científicos, entre os movimentos libertários ganha espaço de notícia no jornal as discussões sobre o “amor livre”. Reproduzirei dois trechos de jornais apresentados por Margareth Rago (1987), pois acredito que esses apresentam discursos que marcaram significativamente as relações conjugais no século XX, aliados a outras tantas materialidades, possibilitam, por exemplo, a criação da lei do divórcio (lei nº 6515 de 1977), a condenação moral ao casamento por interesses econômicos e a noção de que as relações devem ser estabelecidas em razão dos sentimentos. Abaixo está um trecho do texto de Antonio Altavila, publicado pelo jornal *A voz do trabalhador* em 1º de fevereiro de 1915, encontrado no livro de Margareth Rago (1987, p. 104):

Amor livre, não é, como alguns pretendem e outros julgam, as relações sexuais havidas de momento e praça pública, ou num andar registrado sob número de

polícia. (...) É um todo formado pelo homem e pela mulher que se completam. (...) Vivem juntos porque se querem, se estimam, no mais puro, belo, sentimento de amor; vivem juntos porque é essa a sua vontade e não estão ligados por determinação alheia nem por interesses que a um digam respeito. (...) Amor livre é plena liberdade de amar e não a forma hipócrita do casamento em que o homem e a mulher ligados indissolúvelmente pelo casamento civil ou religioso são obrigados pelo preconceito a suportarem o enjôo.

O autor aponta que o amor, ainda que livre, não deve acontecer nos espaços públicos e deve ser entre um homem e uma mulher, isto é, o amor livre é heterossexual e privado, mas só deve acontecer se os dois quiserem e quiserem motivados por um sentimento puro e belo. Fico a perguntar o que seria um sentimento puro? Seria aquele em que sua origem está no sujeito? Um sentimento que acontece incondicionalmente? Acredito que esse que era um “discurso libertário” na segunda década do século XX, hoje se encontra nas falas de grande parte de nós, existindo inclusive certa repugnância para com pessoas que instituem casamento por questões patrimoniais ou de outra ordem que não a do amor.

Outro trecho de 2 de abril de 1907, em outro jornal – *A Terra Livre*-, presente na página 105 do livro de Rago (1987), também versa sobre o amor livre:

O amor livre não significa a apropriação comum da mulher, mas quer dizer: *a liberdade ilimitada para mulher, como para o homem, de amar quem quiser, a liberdade de concentrar sobre uma pessoa, antes que sobre outra todos os afetos.* Quer dizer noutros termos: subtrair-se à terrível tirania dos pais, dos parentes e dos substitutos, que querem lhe impor um marido a gosto deles, para amar livremente o objeto dos seus sonhos.

Esse texto é escrito por Oreste Ristori, que parece defender um amor livre que é monogâmico, já que todos os afetos se concentram sobre uma pessoa, o interessante é que não se diz sobre que pessoa, quero dizer, “amar livremente o objeto dos sonhos” pode ser um amor homossexual? O objeto dos sonhos pode ser qualquer objeto? Essas são perguntas sem respostas, portanto a elas só cabe ecoar...

Ainda hoje, as relações conjugais são espaços de negociações marcados por relações de gênero. Nessas relações, muitas vezes mulher e homem parecem ser um “dado”, um *a priori*, ousaria dizer uma “condição natural” que marca divisões de tarefas, exigências e posicionamentos diferentes. Nesse processo de convivência, alguns posicionamentos vividos como diferentes para homens e mulheres como, por exemplo, as divisões de tarefas e de exigências, a noção de que um amado completa o outro, muitas vezes provoca conflitos que favorecem atos violentos. Atos violentos em meio a relações afetivas, esta é uma das questões que sobre a qual preciso me deter ao estudar violência conjugal.

Foucault está mais perto de Nietzsche (e também de Marx), para quem a relação de forças ultrapassa singularmente a violência, e não pode ser definida por ela. É que a violência afeta corpos, objetos ou seres determinados, cuja forma ela destrói ou

altera, enquanto a força não tem outro objeto além de outras forças, não tem outro ser além da relação (DELEUZE, 2005, p. 78).

Com essas palavras, Deleuze mostra diferenças entre poder e violência. Nessa pesquisa o caminho talvez seja diferente do autor, se faz necessário entender as aproximações entre violência e poder, pois o que estudo é a violência conjugal, que no próprio nome mostra que é uma violência que acontece numa relação, por vezes a interrompendo, mas também, em muitos casos transformando-se em um elemento constitutivo da relação. Numa relação conjugal onde se exerce violência, em geral, há também poder. A relação se estabeleceu e continua porque há poder. E se há poder é porque as forças estão no plural: no cotidiano o casal vive a exercer forças. Deleuze diz que as forças acontecem para afetar outras forças, mas talvez quando se torna incapaz, quando se desiste, não mais se acredita na potência do afeto, se violenta, destrói, deforma...

Elisa Girotti Celmer (2007) afirma que a “violência conjugal deve ser entendida como todo tipo de agressão praticada contra o cônjuge, companheira (o) ou namorada (o)”. Continua ainda dizendo que

Não se deve restringir a violência conjugal àquela praticada pelo marido contra a esposa, pois sabidamente essas agressões alcançam também os casais de namorados, além de recentes pesquisas demonstrarem a existência de violência conjugal entre lésbicas, o que desnatura essa violência como sendo cometida exclusivamente pelos homens contra as mulheres (esposas, companheiras ou namoradas). Ademais, embora sejam poucos os casos ocorridos, existe também a violência conjugal praticada pela mulher contra o homem (GIROTTI CELMER, 2007).

Essa autora, que se apresenta como advogada criminalista, trata o tema pelo viés jurídico, apresentando considerações sobre os movimentos sociais feministas e possibilidades diferentes de olhar para as relações conjugais. Assim aponta que “as tentativas de solução ou diminuição desse tipo de conflito devem, cada vez mais, se afastar do Direito Penal, o qual se mostra via inadequada para o despertar de sentimentos ou de reflexão para mudança de comportamento” (GIROTTI CELMER, 2007). A abordagem jurídica do tema é delicada e às vezes considerada ineficiente, justamente porque não se trata só de violência, de crime. As relações de poder que constituem também os afetos dessa relação não parecem caber nas prescrições penais. Nesse sentido, Edna Granja e Benedito Medrado (2009) escrevem que a abordagem jurídica é uma das possibilidades, entre diversas outras que aparecem no cotidiano, nos artigos científicos, nos serviços, em conversas, nas mídias que tratam desse tema:

Mulheres, parceiros, incidências e resistências no campo da violência de gênero parecem ser apenas alguns nós de uma rede de processos multidirecionais que, hoje, apresentam a violência como um problema público altamente complexo. Classificado mais recentemente como um problema de segurança pública e justiça,

portanto, alvo de medidas, sobretudo, punitivas, este problema vem sendo considerado também como de saúde e de direitos humanos (GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 25).

Assim, o tema da violência conjugal tem aparecido cotidianamente na atualidade sob diversos enfoques que se concentram em dois feixes, que não são necessariamente pólos, no sentido que muitas vezes se cruzam e se misturam: o feixe do direito e o da saúde. Benedito Medrado Dantas e Ricardo Mélo (2008) fazem considerações acerca da violência contra a mulher como um problema de saúde pública e jurídico-legal, e trazem as discussões de gênero como relevantes para compreensão e atuação diante dessa questão. Afirmam ainda que:

Na revisão bibliográfica que temos produzido sobre ações voltadas para homens no contexto da violência contra a mulher, observamos duas tendências: (a) a maior parte das publicações situa-se na área de saúde pública, e (b) uma parcela muito pequena de títulos se refere diretamente ao homem, associando o conceito de gênero quase exclusivamente às mulheres, pouco refletindo sobre questões relativas à socialização dos homens e aos processos de construção simbólica, cultural e institucional mais amplos (MEDRADO-DANTAS; MÉLLO, 2008, p. 80).

Deste modo, percebemos que o emprego do termo gênero ainda hoje aparece como substitutivo de mulher e não como categoria analítica, como já apontava Scott (1995). Esse emprego permite que continuemos discutindo muito pouco sobre o processo de tornar-se homem e/ou mulher, que vemos como importantíssimo para compreender como os homens vão se tornando agressores, consumidores de bebidas alcoólicas, e como isso não precisa se tornar inexorabilidade do destino e pode ser feito de modo diferente.

É interessante notar que alguns trabalhos que falam da violência conjugal ou de categorias mais amplas como violência doméstica, violência (intra)familiar, violência contra mulher, violência doméstica e familiar contra mulher, algumas vezes apresentam a questão de gênero. No entanto, utilizam essa categoria simplesmente para substituir a palavra mulher ou para apontar que existem diferenças entre homens e mulheres, às vezes marcando que essa diferença é social. Não se utilizam do gênero como uma categoria analítica, como um elemento que constitui as relações conjugais, e outras relações em nosso cotidiano.

Rabelo e Caldas Junior (2007) escrevem sobre violência nas relações de gênero, mas não se dedicam no trabalho a problematizar como essas relações de gênero marcam a violência:

A literatura relata a associação entre violência nas relações de gênero e maior ocorrência de diversos problemas de saúde. A violência de gênero é considerada um problema de saúde pública, com repercussões físicas e mentais nas mulheres (RABELO e CALDAS JUNIOR, 2007, p. 971).

Sem discutir sobre as relações de gênero e violência, também não discutem sobre gênero e saúde. Na pesquisa constatam que o uso de drogas interfere nas agressões contra

mulher no ambiente familiar, mas não discutem o que fazemos circular cotidianamente sobre feminino, masculino, homossexualidade e heterossexualidade, bem como de que maneira isso tem a ver com o uso de drogas.

Houve diferença significativa entre os dois grupos para o uso de drogas, com consumo maior nas famílias das mulheres agredidas (90,8%) do que das não agredidas (56,9%). A droga mais utilizada foi o álcool, sendo o mais alto fator de risco para a agressão, quando consumido diariamente (OR=37,33) ou associado a outra droga (OR=29,56). [...] O desequilíbrio pela falta de união entre a família e o uso de drogas altera decisivamente no funcionamento familiar, podendo gerar conflitos e agressões domésticas. [...] O equilíbrio de uma família também é alterado quando um dos membros consome drogas, lícitas ou ilícitas. Vários trabalhos associam o alto consumo do álcool à desagregação familiar. Essa substância é consumida em larga escala no Brasil, principalmente por homens, levando-os a mudanças de humor que repercutem desfavoravelmente na mulher, submetendo-as à violência física (RABELO e CALDAS JUNIOR, 2007, p. 970-971).

Tanto para Rabelo e Caldas Junior (2007) como para Vieira et al (2008) violência doméstica é questão de saúde. Assim, seus trabalhos fazem referências à Organização Mundial de Saúde (OMS) para definirem a violência doméstica como sendo “aquela praticada por parceiro íntimo, e determinada como qualquer tipo de violência que a mulher sofre nas mãos de parceiro íntimo ou ex-parceiro” (VIEIRA et al, 2008, p. 113). Desse modo, a mulher é apresentada como quem sofre neste tipo de relação violenta, apesar de no mesmo trabalho serem referidas situações em que a relação de violência implica agressões físicas em ambos parceiros:

Neste estudo, três mulheres sentiam-se intimidadas, 11 disseram que sofriam agressão verbal e seis afirmaram que “*achavam normal*” a ocorrência de “*discussão no casamento*”. A agressão física foi relatada por cinco mulheres e duas destas se separaram do companheiro, pois não agüentaram a situação; três sofreram agressão alguns dias antes da pesquisa. Das que foram agredidas, duas relataram que essas agressões existem desde o início do relacionamento, achavam até natural e disseram que *também batiam em seus maridos*. Uma destas referiu que a agressão ocorria quando o marido chegava alcoolizado, e que em uma dessas vezes ele já tentou sufocá-la, fato que foi comunicado à polícia, resultando na prisão de seu marido por uma noite. Depois do ocorrido, essa mulher relatou que o casal convive sob “*o mesmo teto, mas não se fala*” (VIEIRA et al, 2008, p. 117-118).

Esse estudo de Vieira et al (2008) é interessante, pois foi realizado com 20 mulheres moradoras do bairro do Dendê da cidade de Fortaleza, cidade que foi palco também desta dissertação. No trecho acima, são apresentados casos que no artigo são considerados de violência, com sentidos diferentes nas vidas de pessoas moradoras de um mesmo bairro. No texto ainda está presente a associação entre violência conjugal e uso de drogas, especialmente a ingestão de bebida alcoólica. Esse movimento de relacionar essas duas práticas não é incomum na literatura, como aponta Elisa Girotti Celmer (2007, s.p.): “estudos recentes demonstram que, mais do que a pobreza, é o impacto de processos de mobilidade social

negativa, alcoolismo e drogadição, que leva muitas vezes o cônjuge masculino a uma dinâmica destrutiva para si próprio e seu entorno familiar”.

Chalub e Telles em pesquisa sobre relações entre crimes e ingestão de bebida alcoólica e outras drogas, afirmam que “é possível constatar a alta proporção de atos violentos quando álcool ou as drogas ilícitas estão presentes entre agressores, suas vítimas ou em ambos” (CHALUB e TELLES, 2006, p. 69). Ainda sobre essa relação, Dantas escreve:

A alta prevalência e gravidade da associação entre substâncias psicoativas, especialmente o álcool, e a incidência de violência doméstica contra a mulher revela a importância da identificação do problema e encaminhamento adequado para tratamento, tanto da vítima quanto do perpetrador. Considerando que programas para tratamento de dependência química são locais (*sitios*) privilegiados pela alta concentração de indivíduos que estão envolvidos em casos de agressão, parece ser fundamental o treinamento (*entrenamiento*) das equipes de tais locais (*estos sitios*) para que elas estejam (*estén*) preparadas para diagnosticar e encaminhar os pacientes de forma adequada (DANTAS, 2007, p. 08).

Em Recife-Pe, Edélvio Leandro (2009) em sua dissertação de mestrado, também verificou que locais para tratamento de uso problemático de álcool e outras drogas, tais como os CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas) acabam sendo lugares em que se encontram homens autores de violência. Assim, apesar de não estarem classicamente localizadas na rede de enfrentamento a violência conjugal, as instituições que propõem tratamento para problemas com ingestão de álcool e outras drogas acabam sendo um lugar pra onde os homens autores dessa violência são encaminhados, o que pode levar a compreensão de que a redução do uso ou a abstinência de drogas implicaria numa mudança nos quadros de violência conjugal.

Kátia Oliveira (2010) em sua pesquisa realizada em Manaus-AM traz um olhar diferente, pois afirma que os homens entrevistados por ela, apesar de em sua maioria terem declarado envolvimento com álcool e outras drogas, não atribuem a esse envolvimento a causa das agressões que eles cometeram. Segundo a autora, as drogas apareceram num papel secundário na promoção da violência: “O argumento secundário de muitos deles, relacionado à função das drogas na promoção da violência que cometeram, é que elas liberam o impulso agressor, mas não são a causa da violência” (OLIVEIRA, 2010, p.83). Ela fez questão de pontuar ainda que entrevistou também cinco homens cujas relações eram violentas, mas sem qualquer envolvimento com drogas. Uma relação entre ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal, refutando explicações causais, também foi encontrada na pesquisa de Coelho e Carloto (2003), as conclusões que elas chegam sobre o assunto, nos mostram alguma novidade:

Outro elemento seria o uso de bebida alcoólica, identificado nos relatos de Gilberto, José e João. Pesquisas sobre o tema apontam a maior prevalência do uso de álcool entre o sexo masculino. Entretanto, esse fato não deve ser utilizado como justificativa para a ocorrência da violência contra a mulher, mas como mais um elemento relacionado ao status de masculinidade pelo falso prestígio que proporciona. Destacamos também o álcool como um fator coadjuvante na ocorrência desses episódios de violência em razão das alterações comportamentais que provoca, podendo potencializar o comportamento agressivo (COELHO; CARLOTO, 2003, p. 93).

A novidade apresentada está na relação que elas fazem entre o consumo de bebida alcoólica com a produção da masculinidade, não apresentando a ingestão de bebida alcoólica como uma causa direta da violência, mas um componente produtor do corpo masculino, muitas vezes. Assim, o diferencial que o trabalho dessas autoras traz, ajuda a lançar críticas aos argumentos, de trabalhos citados anteriormente, que apresentam a relação ingestão de bebida alcoólica e violência como causal, ainda que a bebida alcoólica não seja apresentada como causa única.

Edna Granja e Benedito Medrado (2009) também se posicionam nesse sentido, ao perceberem na pesquisa que realizavam em instituições que atendiam homens acusados de violência contra mulher, que apesar da presença desses homens em alguns serviços serem devido a atos de violência:

as propostas de tratamento focalizam apenas o uso problemático de drogas. Parece estar implícita nesse procedimento uma correlação direta e simplista entre o uso de drogas e a violência, desconsiderando os demais aspectos culturais e sociais que orientam a construção dos lugares dos homens e mulheres em nossa sociedade (GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 26).

Desse modo, comentam que “O uso de drogas e a violência parecem, sim, estar relacionados, porém não de uma forma simplista e causal”. (GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 26). E continuam discutindo que:

O homem entra no serviço com o rótulo de dependente químico ou, pelo menos, de usuário problemático de drogas, e o tratamento incide nesse ponto. A não identificação do motivo central do encaminhamento pode contribuir para a ausência de um trabalho mais reflexivo sobre as questões implicadas na autoria do ato de violência. Outra consequência é a negação de um espaço no qual o homem possa construir outros sentidos para a sua masculinidade (GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 31).

Reconhecendo como procedente essa reflexão sobre a necessidade de se problematizar as relações entre a ingestão de bebida alcoólica e a violência conjugal a fim de que essa não se torne uma relação causal e “simplista” que perde de vista a produção das masculinidades e das feminilidades, proponho que este trabalho discuta como essas relações são apresentadas em grupos de Alcoólicos Anônimos, tendo sempre em vista que as discussões sobre violência e

bebida alcoólica são importantes, mas elas não podem dispensar ponderações sobre modos de vida, sobre amizade, sobre os modos como nos relacionamos e nos constituímos.

Na busca de rupturas e continuidades que produziram a ingestão de bebida alcoólica como um comportamento possível, como uma prática ora desejável ora indesejável, ora necessária, ora doentia, interessa ainda discutir as marcações de gênero que engendram a ingestão de bebida alcoólica. Num texto de Noélia Alves de Souza (2002), que versa sobre alcoolismo e masculinidade em Fortaleza, nas décadas de 20 e 30 do século XX, a autora começa o artigo dizendo que:

A questão do alcoolismo foi amplamente contemplada pelo discurso médico e higienista, especialmente nas primeiras décadas do século XX, com a implantação da ordem republicana. [...] No caso de Fortaleza, o combate e a repressão ao alcoolismo também se inseriram no projeto maior de disciplinarização social dos corpos e da moral, implantado nas primeiras décadas do século XX. No entanto, mais do que perceber o alcoolismo enquanto um “desvio” combatido pelo projeto de higienização social em curso, o que aqui se pretende analisar é como estes comportamentos: embriagar-se ou ser abstinente podiam compor um perfil aceitável de masculinidade (SOUZA, 2002, p. 79).

A autora, ao longo do texto, discute que o alcoolismo foi apresentado como um “mal” para os homens, pois os afastava do campo da racionalidade e da possibilidade de exercerem o lugar de provedor da família:

“Ser trabalhador” continha em seu bojo atribuições que estavam implícitas: deveria ser disciplinado, econômico, pontual, ir para o trabalho logo cedo e sair de seu trabalho direto para a casa, passar a noite com sua família, que também deveria ser organizada: uma mãe higiênica e filhos obedientes às autoridades: pai, patrão, Estado (SOUZA, 2002, p. 80).

Assim, a ingestão de bebida alcoólica, no século XX está significativamente envolvida num processo de urbanização e de mudança nas relações de trabalho, nas relações familiares e conjugais, que exigem a produção de homens e mulheres como indivíduos limpos, dóceis, e marcados por fronteiras entre o público e o privado que possivelmente nunca foram tão rígidas e nítidas quanto às prescrições disciplinadoras pregavam.

O saber técnico diagnostica o problema habitacional no país [...] Novamente, a não-casa que é o cortiço ou a favela é apresentada como lugar privilegiado para origem do mal, imagem que se contrapõe implicitamente à representação do lar, onde se formam indivíduos privados e felizes no interior da família unida [...] O operário busca o boteco e o cabaré para se refugiar da casa insalubre e nojenta; no álcool e no jogo, procura as compensações que lhe faltam dentro do ambiente domésticos [...] O fantasma do botequim popular (a boate ou o café burgueses não são objetos de degenerescência) aparece na representação deste imaginário como instituição ameaçadora para os valores da sociedade, pois é o lugar do pecado e do vício. A imagem do operário que ao sair da fábrica se instala no bar, porque lhe é insuportável ficar em sua casa, que gasta seus míseros tostões na bebida ou no jogo, ou divertindo-se com prostitutas, e que ao voltar pra casa encontra os filhos chorando e bate na esposa é recorrente na história da literatura e do cinema (RAGO, 1987, p.196-197).

Não só na literatura e no cinema, na Delegacia e no Juizado, não são raras narrativas parecidas com as descritas por Margareth Rago (1987), de pessoas que aparentam ser empobrecidas e relatam que o homem vai ao bar, bebe, volta pra casa e encontra a esposa (que estava algumas vezes com raiva lhe esperando, outras dormindo, já acostumada com a rotina do marido de ida ao bar e chegada pela madrugada em casa), o casal briga, ocorrem diversas formas de violência e no dia seguinte a mulher vai a delegacia denunciá-lo. A Assistente Social que trabalha na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza por algumas vezes apontava para esse marco do sucesso ou não do poder disciplinar, da escolarização na produção das cenas de violência conjugal e principalmente das consequências dessa prática:

– “A maioria dos casos [atendidos na delegacia] é de pessoas de baixa instrução, mas isso não quer dizer que não aconteça nas classes cultas, o que acontece é que as medidas que tomam são outras: no judiciário, contrata advogado, e os traumas psicológicos, vai a um divã do analista ou faz um viagem pra Europa”.

No entanto, se a ingestão de bebida alcoólica é uma prática social que apenas leva a degeneração do homem como apontam os discursos médico-higienistas, porque ela acontece? Porque existem tantos bares, se eles são apenas lugares insalubres e indecentes? Porque existem fábricas de bebidas alcoólicas com propagandas na TV. E mais, porque a ingestão de bebida alcoólica é um mal tão próximo dos homens. Souza (2002) escreve que:

No Ceará, estado famoso pela sua produção de aguardente, os botequins, as bodegas, proliferavam, principalmente nos bairros populares, onde nos fins de semana, os homens se reuniam para beber, jogar sinuca, “contar causos”. Para os garotos, começar a trabalhar e poder participar das rodas dos botequins marcava transição para a vida adulta, embora alguns destes garotos tivessem 14 ou 16 anos (SOUZA, 2002, p. 85).

Ao longo do texto, a autora vai apontando que os discursos sobre ingestão de bebida alcoólica no início do século XX, e podemos dizer que hoje também, não são uníssonos, são diversos e muitas vezes contraditórios, em contradições que não fazem sínteses, ou seja, ao mesmo tempo em que a bebida proporciona a degeneração do homem, está em rituais de transição da situação de menino para homem. A autora apresenta um processo judicial de 1937, no qual, estar alcoolizado atenua um crime, mas também se for constante a embriaguez denigre o réu. Em nosso cotidiano, os bares são o lugar da perdição e o lugar dos encontros, são os que acabam com um casamento e permitem o início de namoros. Assim, é na pluralidade de discursos sobre ingestão de bebida alcoólica que vão se produzindo as relações entre essa prática e a violência conjugal, num cotidiano, marcado por tensões entre saberes, poderes e subjetivações.

3- COMO CHEGUEI AO (A)CASO

Para utilizar desvios, ou enveredar por ruas paralelas, nada é mais conveniente do que o ensaio. Pode-se iniciar um ensaio indo em qualquer direção, seguros de que, se aquela não der certo, poderemos voltar e começar tudo uma vez mais, em outra direção [...]. Passeios por ruas paralelas ainda mais estreitas, ou desvios mais amplos, também não causam muito dano, pois não esperamos encontrar progresso ao fim de uma estrada reta, onde se anda incansavelmente para frente, e sim através de caminhos sinuosos e improvisados, onde o resultado aparece onde tem que aparecer. E, quando não se tem mais nada a dizer sobre o assunto, seja por enquanto ou para sempre, pode-se simplesmente deixá-la de lado (GEERTZ, 2006, p. 14).

Tendo em vista as palavras de Clifford Geertz, desejo que essa pesquisa seja considerada como um ensaio peculiar a espetáculos de dança. Estou ensaiando uma dança e como é comum em ensaios de dança, dançarmos e podermos errar, podermos desviar e ficarmos ensaiando para que o nosso dançar seja belo, ou seja, uma afirmação da vida como arte (habilidade para afetar e ser afetado). Com interesse em pesquisar violência conjugal, mas não tendo um problema definido *a priori*. A Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza (D.D.M.) é local imprescindível para iniciar investigações sobre a temática como indicam pesquisas realizadas por Lima e Mélo (2008). Também, direcionei para esse local em função de experiência profissional na Delegacia Especializada no Atendimento a Mulheres em Belém (PA), acompanhando mulheres em situação de violência conjugal que atendi no Centro Maria do Pará.

Neste trabalho percebi que a Delegacia da Mulher costuma o lugar para onde mulheres que estão vivendo violência em suas relações conjugais se dirigem, quando chegam em situação que acreditam não mais aguentar agressões de seu (ex)companheiro. Além de ser a porta de entrada, as mulheres que decidem, além de fazer o Boletim de Ocorrência, continuar o inquérito policial, voltam à delegacia em vários outros momentos. Desse modo, podemos encontrar pessoas em situação de violência conjugal em muitos locais, mas a Delegacia é o local institucional destinado pelo Estado como porta de entrada para essa violência, quando a pessoa considerada como vítima é uma mulher.

Assim, fui conhecer o funcionamento da Delegacia de Fortaleza⁵, tendo especial atenção para os caminhos institucionais trilhados por homens acusados de cometer violência contra as mulheres, pois o grupo de estudos e pesquisas ao qual pertenço⁶ estava

⁵ Esse trabalho exploratório na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza foi detalhado no artigo que está no prelo: “Corpos e espaços híbridos na Delegacia da Mulher em Fortaleza” de Ricardo Pimentel Mélo e Luísa Escher Furtado (Apêndice C).

⁶ Grupo que se reúne semanalmente para discutir práticas discursivas e modos de viver e foi fundamental na construção desse trabalho. Ele há época era composto por: Ricardo Pimentel Mélo, Juliana Vieira Sampaio, Juliana Ribeiro Alexandre, Hanna Márcia Figueira Costa, Thayná Neri Andrade, Anacely Guimarães Costa,

desenvolvendo em Fortaleza, investigação que também ocorria em vários estados do Brasil, sobre atendimento a homens acusados de violência contra mulher⁷. Para conhecer esses caminhos, observei os passos e espaços, anotei o que considerava importante e necessário para não ser esquecido, tirei fotos e conversei com quem circulava nesse espaço montando o cenário.



Figura 2

Para Foucault (2008a) a descrição da inscrição dos acontecimentos nos espaços apontam “efeitos de poder”. Assim, busquei descrever como os corpos são posicionados na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza (DDM) considerando que esses posicionamentos acontecem em redes de exercício de poder.

Na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados (FOUCAULT, 2008a, p. 159).

Busquei cartografar a composição dos espaços: como se constituíam, a quem eles são destinados e por quê. Cartografia, segundo o dicionário Aurélio⁸, é um substantivo feminino que significa técnica do traçado de cartas geográficas e seu estudo. Desse modo, cartografar implica em traçar as cartas e estudá-las, isto é, compreender, produzir conhecimento nas linhas traçadas, nas constituições de fronteiras, nas distribuições, nos espaços, nas métricas.

Roselany Varela, Raquel Cerdeira, Iv'na Karinne Pinheiro do Nascimento Santos, Layla Colares Viana Da Silva, Luciene Galvão Viana, Maria Camila Gabriele Moura e Rayssa Vasconcelos.

⁷ Projeto de Pesquisa: “Violência Contra as Mulheres: análise de programas de atendimento a homens autores de violência”. Edital MCT-CNPq / MS-SCTIE-DECIT / CT-Saúde 07/2005. Coordenadores Nacionais: Prof. Dr. Benedito Medrado-Dantas (UFPE), Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE); Coordenador no Ceará e Pará pelo Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo (UFC).

⁸ Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/dicionario.php?P=Cartografia>

A cartografia é apresentada por Deleuze (2005) como um modo de investigar compreendido por Foucault em algumas obras, tais como *Vigiar e Punir*. Para Deleuze, Foucault é um cartógrafo, pois:

Foucault sempre soube pintar quadros maravilhosos como fundo de suas análises. Aqui, a análise torna-se cada vez mais microfísica e os quadros cada vez mais físicos, exprimindo os “efeitos” da análise, não no sentido causal mas no sentido óptico, luminoso, de cor: do vermelho sobre vermelho dos suplícios ao cinza sobre cinza das prisões (DELEUZE, 2005, p. 33-34).

A cartografia aparece como postura interessante no processo de reconhecimento da política dos espaços, da discussão sobre a materialidade, a física, as cores da vida. A partir da segunda metade do século XX, as discussões nas chamadas ciências sociais sobre espaços, fronteiras e aquilo que tradicionalmente é chamado de físico, foram produzidas por diversos autores e autoras tais como Marc Augé (1994) que escreve sobre não-lugares, ou Bruno Latour (1994), que ancora sua discussão no processo de rever bordas e dualidades, escrevendo sobre os híbridos, aquilo que não é puramente natural nem social. Também sobre híbridos escrevem Ulf Hannerz (1997) e Nestor García Canclini (2003).

Hannerz (1997), que se intitula comentarista da vida humana contemporânea, escreve sobre modos de vida que são marcados por fluxos e misturas. O autor defende que os fluxos muitas vezes acontecem em redes assimétricas, apresentando que existem alguns saberes e instituições que acabam tendo maior circulação ou mais credibilidade. Assim, estabelece uma discussão sobre as tramas de poder que constroem o fluxo da vida.

A proposta metodológica desse trabalho foi tentar acompanhar o fluxo de vida que escorre por espaços que não prevíamos pesquisar, mas que o pesquisar me levou a eles. Nesse movimento, tentei me deixar enredar no campo de pesquisa, considerando que campo “não é mais um lugar específico, mas se refere à processualidade de temas situados” (SPINK, 2003). Assim, estamos em campo sempre que os temas desse estudo estão entrelaçados nos processos de vida, nos momentos do cotidiano, estando ou não na Delegacia ou em outro lugar que formalmente foi espaço da pesquisa. Tendo isso em vista, discutir a metodologia desse trabalho é uma tarefa importante, às vezes difícil, às vezes muito prazerosa, já que:

Falar de metodologia é falar de escolhas políticas e éticas que pautam qualquer pretensão investigativa, e não de discursos que priorizam um árido formalismo técnico. Dentro dessa ótica, pesquisar é, ao invés de procurar verdades absolutas, conectar-se com a dispersão dos acontecimentos em suas múltiplas direções, cartografando os movimentos que se afirmam em uma determinada realidade. É abrir-se para o inusitado, desviar-se, surpreender e desconhecer (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005, p. 18).

Desse modo, a metodologia desse trabalho se faz em “escolhas” políticas e éticas. Não sei se posso dizer que sempre “escolho”, tendo em vista a importância que nesta perspectiva

tem a casualidade, o inédito, o não-programado, mas sem dúvidas percorro uns caminhos e não outros, e desejo que os caminhos atravessados surpreendam, permitam desviar e desconhecer, ou seja, impedir que verdades pré-fabricadas teimem em dirigir os percursos e os olhares. Assim, abraço o texto de Peter Spink (2003) no qual discute possibilidades de pesquisas pós-construcionistas em Psicologia Social e narra o processo de produção de estudos no Núcleo no qual trabalhava:

os estudos feitos pelo Núcleo não se caracterizavam, de maneira geral, por um planejamento antecipado da estratégia de pesquisa, com a identificação precisa de objetivos e a escolha deliberada de métodos de investigação e análise. Ao contrário, a pesquisa tendia a se dar a partir da identificação de um ponto de partida, a partir da qual: "iria se caminhando sem saber direito como e onde". O processo foi descrito em termos da desnaturalização sucessiva (ou estranhamento) em relação à temática em foco, do olhar multidirecional e da ausência de um ponto predefinido de chegada ou término, a não ser o sentimento de "ser suficiente" (SPINK, 2003, p. 20).

Para o autor, um relatório de pesquisa, uma dissertação ou uma tese, se constitui na narração do processo de estranhamento que embalou a pesquisa. Neste sentido, aqui narrarei o caminho da pesquisa que proporcionou a feitura dessa dissertação. Esse caminho iniciou com um estudo exploratório realizado na Delegacia de Defesa da Mulher, no qual caminhava e buscava compreensões e problematizações sobre a dinâmica desta Delegacia, os procedimentos jurídicos, policiais, sociais, a distribuição no espaço dos corpos. Utilizar-me-ei de uma música para ajudar na narração desse começo, dessa estadia na DDM que aconteceu em oito visitas nos meses de abril e maio de 2009.

Como fosse um par que
Nessa valsa triste
Se desenvolvesse
Ao som dos Bandolins...

E como não?
E por que não dizer
Que o mundo respirava mais
Se ela apertava assim...

Seu colo como
Se não fosse um tempo
Em que já fosse impróprio
Se dançar assim
Ela teimou e enfrentou
O mundo
Se rodopiando ao som
Dos bandolins...

Como fosse um lar
Seu corpo a valsa triste
Iluminava e a noite
Caminhava assim
E como um par
O vento e a madrugada
Iluminavam a fada

Do meu botequim...

Valsando como valsa
 Uma criança
 Que entra na roda
 A noite tá no fim
 Ela valsando
 Só na madrugada
 Se julgando amada
 Ao som dos Bandolins...

A música Bandolins de Oswaldo Montenegro faz eco na trajetória desta pesquisa, inicialmente eu estava em uma valsa triste, perdida numa valsa triste. A única coisa que sabia e, às vezes até duvidava, era que queria estudar violência conjugal. Vinha de uma trajetória de estudos sobre relações de gênero e havia estagiado e escrito uma monografia sobre o atendimento à mulheres em situação de violência doméstica e familiar contra mulher.

Nesta valsa, bailava com alguns pares, dentre esse pares, um era meu orientador. Essa figura tranquila e bem humorada, não se incomodava em dançar perdido e desconfiava de tudo, inclusive se a valsa que dançamos era só triste. Entregues ao simples bailar, fomos em busca de um dos lugares que essa valsa toca com força, a Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza.

A primeira visita que fizemos a Delegacia foi com intuito de conhecer que caminhos burocráticos precisávamos trilhar para realizar a pesquisa lá. Soubemos pela recepcionista que teríamos que falar com a assistente social. Esta profissional foi receptível a nossa pesquisa, abrindo a possibilidade de presenciarmos seus atendimentos e ainda os atendimentos em outros setores da Delegacia, mas demonstrou que preferia que eu, por ser mulher presenciasse os atendimentos e meu orientador apenas participasse da conversa que queríamos ter com ela. Assim, Ricardo foi tendo o trânsito interrompido na Delegacia por ser homem, isto fez com que as visitas seguintes fossem feitas apenas por mim.

Ainda na primeira visita à Delegacia, sentada na sala de espera, encontrei com uma mulher que “puxou assunto” e começamos a conversar⁹. Ela perguntou o que eu estava fazendo lá, ao que respondi que buscava fazer uma pesquisa de mestrado. Após me contar que era advogada, conversamos sobre a Delegacia, a Lei Maria da Penha, etc. Indaguei o que acontecia, com os homens quando eram denunciados naquela Delegacia. Ela disse: “a maioria quando são presos é por causa de droga ou bebida e por isso, quando pedem a liberdade condicional são encaminhados para tratamento”. Perguntei onde aconteciam esses tratamentos, ao que ela respondeu: “no A.A [Alcoólicos Anônimos] e num Centro de

⁹ As mulheres não conversavam com Ricardo, pareciam reticentes pelo fato dele ser o único homem numa sala destinada exclusivamente para mulheres.

Desintoxicação”. Perguntei ainda se eles eram obrigados a frequentar algum destes tratamentos e ela respondeu afirmativamente, encerrando aí nossa conversa.

Nesta sala de espera, encontrei com diversas mulheres que apertavam seu colo, mostrando que os tempos são heterogêneos, às vezes sopram dizendo que o impróprio é a violência e que enfrentar o mundo é a denúncia, outras que impróprio é denunciar, trazer para tutela do estado relações privadas, domésticas, familiares, onde essa violência nasce e deve ser gerida.

Esses e outros ventos, constróem imagens de mulheres teimosas e suas lágrimas parecem anunciar que elas estão enfrentando o mundo ao som de bandolins. Me interessei tanto por conhecer o som desses bandolins, mas costumo não comungar com os que acreditam que posso me por a perceber esse som, em geral me uno aos que acreditam que ao conhecer o som dos bandolins, também os construo.

Então, continuei na Delegacia rodopiando, valsando como valsa uma criança. Estava, como uma criança, com uma face que mostra que estou há pouco tempo nesse mundo. De olhos arregalados tentando estar atenta, de ouvidos abertos tentando conhecer os bandolins e com uma boca tímida que, em geral, só participava das conversas, na sala de espera da Delegacia, as quais era diretamente convocada. Minha participação era muito mais a de olhar e escutar, o que era diferente, pois lá quando uma pessoa contava uma história as outras logo emendavam as suas ou davam pareceres jurídicos. A timidez de minha boca, às vezes me incomodava, fazia-me questionar se realmente deveria continuar esse intento de ser pesquisadora. Mas como um corpo disciplinado, continuava, até que a disciplina era substituída pelo prazer de valsar, que surgia quando eu presenciava cenas emblemáticas.

No bojo das cenas que participei e chamo de emblemáticas que participei, as que falavam de madrugada e botequim me interessaram especialmente. Não foi raro encontrar histórias de mulheres que reclamavam de companheiros que passavam as madrugadas em botequins, bebendo e quando chegavam às agrediam. Episódios assim, puderam ser observadas durante toda minha estadia na Delegacia.

Em segunda visita, estive no Setor de Ocorrência. Pude observar que a policial, logo que recebe a mulher para registrar o boletim de ocorrência, pergunta: “o que está acontecendo?”. A mulher narra sua queixa e durante o relato ou após, a policial faz algumas perguntas. Indaguei se essas perguntas fazem parte de um protocolo ou se surgem durante a conversa. Ela falou que são perguntas que ela considera importante, tais como: nome, estado civil, de quem é a casa que a “denunciante” mora, se o “acusado usa drogas”, quantos filhos a “denunciante” tem, quantos são da relação em questão e se já fez outra denúncia. Chamou-me

atenção que a informação sobre se a pessoa acusada usa “drogas” ou não, já é solicitada desde o primeiro registro naquela Delegacia.

Ainda estávamos a sós no Setor de Ocorrência, isso acontecia em breves momentos sem atendimento, a policial comentou que as “questões” que aparecem lá não são apenas criminais: “tem uma questão social também; se você pega cem casos, em noventa os denunciados usam drogas porque o uso de drogas tá muito envolvido com a violência doméstica e familiar”.

Em outro momento, a mesma policial ao ser questionada por mim sobre seu volume de trabalho, afirmou que nunca falta gente para atender, mas depois do final de semana, especialmente “segunda, terça, quarta” há um maior fluxo de queixas, justificando: “Por causa das bebedeiras do final de semana”.

Assim, comecei a perceber um movimento importante que busca explicar o fenômeno da violência pelo “uso de drogas”, em especial, a bebida alcoólica. Essa relação apontada pela policial, observei em dois casos, dos quatro casos que assisti serem registrados, que as mulheres se referiam aos homens como usuários de alguma droga, relacionando essa situação com a violência.

Na terceira e na quarta visita a Delegacia da Mulher, eu participei das audiências no Setor Social. Em uma delas, ocorrida um mês após a denúncia, o casal havia se reconciliado. A assistente social comentou comigo que viu os dois abraçados quando foi chamar a mulher. Esta, quando entrou, começou a falar se dirigindo a mim e a assistente social. Eu a interrompi e expliquei que estava ali fazendo uma pesquisa sobre o funcionamento da Delegacia e que eventualmente anotaria alguma coisa, mas nada que pudesse identificá-la. Ela não pareceu dar muita importância e continuou a falar, do companheiro: “Ele é muito bom, trabalhador, quando tá bom, mas quando bebe, ele fica violento, fala palavrão”. A mulher manteve-se na sala e, em seguida, a assistente social chamou o homem, leu o boletim de ocorrência para que ele soubesse do que estava sendo acusado e falou com ele se referindo ao que compreendia ser a vontade da mulher: “ela não quer instalar o procedimento policial, mas quer mudanças suas”. A profissional disse ao homem que sua companheira tinha referido que ele fazia uso de bebida alcoólica e explicou:

_ “O alcoolismo é uma doença na qual existem três fases – o uso, o abuso e a dependência – o uso é quando a gente de vez em quando toma um vinho, uma cervejinha, é aquilo que chamam beber socialmente; o abuso é quando você ainda trabalha, tem os cuidados com a sua higiene, com a sua aparência, mas todo tempo livre que tem só quer beber e só pára

de beber quando já tá porre; a dependência é quando já não consegue se controlar, tá sempre bebendo, perde emprego, perde a família. Em qual fase o senhor está?”.

O homem baixou a cabeça sem responder e a profissional continuou: “seria muito bom o senhor frequentar o A.A., porque lá o senhor vai ouvir tanta história triste, de tantas perdas que vai ter medo de tomar o primeiro gole”. É importante observar que na parede da sala do Setor Social estava fixado um cartaz dos Alcoólicos Anônimos.



Figura 3

Depois de ter assistido três audiências semelhantes, eu perguntei para a assistente social o que ela achava dessa relação entre a droga e a violência. Ela explicou: “a droga não causa a violência, mas potencializa. Tem homem que bate e não bebe e tem homem que bebe e não bate”. O interessante é que mesmo nos casos seguintes a nossa conversa, quando era referido que o acusado consumia alguma droga, esse consumo tornava-se o foco da intervenção.

Em outros atendimentos, principalmente em casos de ameaça em que a mulher referia não querer continuar a relação com o acusado e esse a ameaçava caso a encontrasse com outro, a assistente social falava sobre a “nossa cultura machista, patriarcal de que o homem pensa que é dono da mulher”, mas o foco nas relações “machistas” era dado principalmente em casos em que não se referia o uso de drogas como problema.

Na primeira conversa que tive com uma das delegadas, ela observou que tinha um grande interesse de entender porque os homens reincidem nas agressões contra as mulheres, mesmo depois de serem apenados. E pontuou as suas hipóteses: ter vivenciado relações agressivas desde a infância; o uso de drogas “desde a bebida alcoólica até o *crack*”. Indaguei sobre essa relação das drogas com a violência e ela me explicou: “existem homens que sempre foram agressivos e o uso das drogas só potencializa a violência, mas existem outros que só sobre o efeito da droga são agressivos, sem ela são companheiros, bons maridos, bons pais e trabalhadores”. Perguntei ainda qual o procedimento realizado com essas pessoas envolvidas com drogas e ela disse que não lhe compete fazer encaminhamentos aos acusados,

mas que ela indica que procurem serviços como o A.A., Al-Anon (grupo de auto-ajuda para familiares e amigos de alcoólicos) e CAPS (Centro de Assistência Psicossocial).

A partir dessa investigação exploratória, passou a ser o interesse deste estudo as relações estabelecidas entre ingestão de bebidas alcoólicas e a violência conjugal no A.A., uma instituição que se constitui num espaço que na Delegacia anunciavam como interessante para homens acusados de violência doméstica e familiar que fazem uso de bebida alcoólica. Assim, tentando seguir os fios que constroem as redes na Delegacia, dia 01 de outubro de 2009 liguei para o telefone presente no cartaz do A.A.. Descobri que esse número é da Central dos A.A. de Fortaleza e contei que vi o cartaz na Delegacia da Mulher, e que no tempo de pesquisa que passei lá constatei que alguns homens acusados de violência que usam bebida alcoólica eram encaminhados pro A.A.. O homem que me atendeu, confirmou essa informação e me passou o número de telefone de outro homem, que chamarei de Alexandre¹⁰, que é quem faz essa relação do A.A. com a Delegacia da mulher. Ele trabalha com “negócio da justiça” (o informante não soube explicar bem, ou eu não bem o compreendi). Indaguei se Alexandre era do A.A. e soube que sim. O homem que atendeu ao telefone, ainda informou que se eu quisesse realizar minha pesquisa num A.A. existem unidades em vários lugares em Fortaleza e que eu poderia fazer em qualquer um, mas insistiu para que eu falasse com o “responsável pela parte da justiça”. Percebi uma ótima receptividade à pesquisa. Expliquei que apenas em 2010 eu realmente iria para os encontros, mas que entraria em contato com o a pessoa que ele me sugeriu e se precisasse voltaria a ligar para central.

No dia 9 de fevereiro de 2010, entrei em contato telefônico com Alexandre. Expliquei sobre a pesquisa ao que ele respondeu com ânimo que eu estava falando com a pessoa certa e se disponibilizou a encontrar comigo dentro de duas horas no escritório do A.A. Segui para o escritório que fica no centro comercial de Fortaleza, nos altos de um estabelecimento comercial. Como não conhecia o local e nem a pessoa com quem iria encontrar, convidei uma amiga para que me acompanhasse. Entrei no escritório, que estava repleto de pessoas. Anunciei que gostaria de encontrar com Alexandre, fui encaminhada para uma sala não muito grande, de paredes brancas, com ar condicionado, bebedouro, quadro de aviso, mesa de escritório e cadeiras. Nesta existia outra porta, além da que eu havia entrado que parecia dar abertura para outra sala.

Sentei em uma das cadeiras e ao meu lado minha acompanhante. Atrás da mesa dois homens simpáticos – Alexandre e José- e de passagem pela sala outro que oferecia, água, café

¹⁰ Todos os nomes citados de pessoas que fizeram parte da pesquisa são fictícios.

e chá. Fui bem recebida! Comecei a conversa me apresentando, contando que eu estava realizando uma pesquisa sobre violência conjugal e que em 2009 havia passado dois meses na Delegacia da Mulher de Fortaleza, onde havia encontrado diversas falas relacionando a ingestão de bebida alcoólica com a violência conjugal e havia notado que era recorrente a Delegacia encaminhar pessoas para o A.A. Contei ainda sobre o cartaz com o telefone do A.A. que estava na parede da Delegacia. Alexandre imediatamente confirmou sobre essa relação entre violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica.

Alexandre é falante e extrovertido, emendava sua fala na minha. José, mais sério, mas também muito simpático, explicou que no A.A existe a C.T.O. (Comitê Trabalhando com os Outros) que ele é o responsável. Este comitê trata da relação do A.A. com outras instituições, uma das comissões do C.T.O. é a C.I.T. (Comissão de Instituições de Tratamento), que é de responsabilidade de Alexandre. Esta comissão se ocupa em levar a mensagem de A.A. até instituições de tratamento como hospitais e também o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, onde acontece um grupo com homens presos acusados de agressões contra mulher.

Por sua vez, José contou que muitas vezes essas agressões ocorrem em razão do “ciúme alcoólico”, Alexandre pontuou que: “o nome científico desse ciúme é Celotipia”. Nossa conversa continuou e eles me explicaram pormenorizadamente a estrutura do A.A., frisando sempre que não existe hierarquia, eles são apenas servidores da mensagem de A.A. Essa tarefa diz respeito ao 12º passo de Alcoólicos Anônimos (o último): “Tendo experimentado um despertar espiritual, graças a estes Passos, procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólicos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades”.

Assim, Alexandre me convidou para participar de uma reunião com um grupo de homens no Juizado que frequenta para levar a mensagem de A.A., pois ele mesmo, diz já ter cometido muitos atos de violência contra mulheres com as quais se relacionou. Associando essa atitude ao fato de estar “sob o efeito do álcool”.



Figura 4

No dia 11 de fevereiro de 2010, às 11h cheguei ao Juizado e participei pela primeira vez desse grupo. Quando eu entrei na sala já havia começado a reunião, assisti apenas o final, mas vi Alexandre dar seu depoimento, dizendo que ele sabia que muitos daqueles homens ali não eram “bandidos”, eram pessoas que como ele que tinham “problemas com álcool” e por isso agrediam suas esposas, companheiras em momentos de “apagamento¹¹”. Ele contou que já havia agredido suas “ex-esposas” e que não estava preso como eles porque na época não existia a lei Maria da Penha. Narrou que o álcool não escolhe “classe social, nível intelectual, nem nada”, pois ele é um homem que fez duas faculdades, é advogado, tem uma boa situação financeira e viveu tudo isso. Com atenção muitos homens olhavam para ele, alguns continuavam de cabeça baixa. Ao final da reunião, ele entregou um folheto (Anexo A) para cada pessoa, inclusive para mim. Na capa do folheto está escrito: “Você precisa procurar o A.A.?”, “Doze perguntas às quais somente você pode responder” e ainda o telefone do escritório do A.A. de Fortaleza e o site <www.aaceara.org.br>. Dentro do folheto há 12 perguntas que dispõem de duas possibilidades de resposta: sim ou não. Ao final, é explicado que se a pessoa respondeu “sim” quatro ou mais vezes “é provável que você tenha um problema sério de bebida ou poderá tê-lo no futuro”.

Depois da reunião no grupo, conversei com as profissionais do Juizado, falei de meu interesse em continuar participando dessas reuniões, ao que elas solicitaram que eu falasse com a juíza, para que ela permitisse. Fui, junto ao Alexandre, falar com a juíza. Para juíza apresentei a pesquisa, dizendo que estava interessada em estudar a relação entre bebida

¹¹ Apagamento é um termo muito utilizado por Alexandre e posteriormente constatei que também muito comum nas reuniões de A.A. e designa os momentos em que, sob o efeito de bebida alcoólica, a pessoa faz coisas que não “se lembra no outro dia”.

alcoólica e violência conjugal e aproveitei para perguntar sua opinião sobre essa relação. Ela explicou que o “álcool não é a causa da violência, porque existe homem que bebe e não bate e existem homens que batem e não bebem” e continuou dizendo que são muitas as causas históricas da violência tais como a “dominação masculina” e a “cultura machista do nordeste”. Nesse contexto, me entregou o folder de uma campanha que o Juizado estava fazendo, de combate à violência contra mulher direcionada para homens, divulgando-a em programas esportivos em emissoras de rádio e televisão, bem como, nos estádios de futebol. Em tom de brincadeira comentou: “quando você não pode com o inimigo, tem que se juntar a ele”.

Recebi da juíza autorização para a realização da pesquisa com o grupo de homens. Além disso, naquele encontro pude notar que Alexandre tem boa relação com a juíza, inclusive ambos firmaram um acordo entre o Juizado e o A.A. e devido a essa parceria, homens acusados de violência doméstica e familiar contra mulher que declaram ter comprometimento com álcool são encaminhados para grupos de A.A., para cumprir uma espécie de pena alternativa.

Neste encontro com a juíza, Alexandre entregou a ela diversas folhas de papel, cada uma correspondente às presenças e ausências dos homens encaminhados pelo Juizado aos grupos de A.A. Assim, verifiquei que existe um controle do poder judiciário, que fiscaliza se os homens estão cumprindo a determinação judicial, participando efetivamente dos encontros no grupo de A.A. para o qual foi encaminhado. Alexandre me informou que de janeiro de 2008, quando essa parceria iniciou, até dezembro de 2009, 457 pessoas haviam sido encaminhadas para tratamento no A.A.

Deleuze (2005) escreve que no século XVIII, “o direito penal atravessa uma evolução mudança que faz com que ele passe a enunciar os crimes e os castigos em função da defesa da sociedade (não mais de uma vingança ou uma reparação do soberano)” (p. 41). Então, começo a inferir que quando a juíza encaminha um homem que foi acusado de cometer violência contra mulher para o A.A., ela está considerando que a melhor forma que ela tem de proteger a sociedade é manter este homem abstêmio de bebida alcoólica.

Em minha terceira visita ao Juizado, como cheguei cedo, fui convidada pela assistente social para participar da reunião com as mulheres que acontece antes da dos homens presos. O encontro começou com a assistente social explicando que naquela sala estavam pessoas que haviam sido vítimas de agressão e que estavam esperando audiência com a juíza. Continuou, falando que este encontro acontecia para conscientizá-las de que não eram culpadas e realizou uma explanação sobre os diferentes tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha. Após,

houve a exibição do vídeo “Acorda Raimundo... Acorda!¹²”, que ao final é comentado pela Assistente Social, que discorre sobre “mudança de papéis” de homens e mulheres, ancorando sua discussão no filme, pois Marta (a esposa vivida pela atriz Eliane Giardini) se comporta “como homem” (tendo em vista uma visão de homem como aquele que é grosseiro, trabalha, sustenta a casa e bebe) e Raimundo (representado por Paulo Beth) atua “como uma mulher” (considerando que mulher é aquela que cozinha, costura, cuida dos afazeres domésticos, dos filhos, engravida, trabalha apenas em casa e está sempre servindo com um toque de docilidade o marido).

Nesse vídeo, há uma cena em que a esposa briga com o marido e depois vai ao bar beber cerveja com as amigas. Volta para casa arrastando passos que denotam desequilíbrio e quando chega bate com força na porta sendo recebida pelo marido preocupado, mas ao vê-lo, inicia uma briga. A profissional, durante o grupo, fez alusão a essa cena dizendo: “muitos homens acham que sua bebida prejudica só a si, pois não conseguem perceber que eles estão cometendo uma violência patrimonial já que gastam todo o dinheiro da família no bar e, muitas vezes, praticam violência psicológica já que a família fica preocupada e tensa esperando seu retorno”.

Depois dessas explicações, a assistente social pediu para que cada mulher na sala se apresentasse, falasse seu nome e contasse seu caso. Várias das situações relatadas pelas mulheres estavam atravessadas por narrativas sobre álcool e outras drogas, o que foi frisado pela profissional ao final de cada relato, ao que ela explicou: “O álcool e a droga não causam a violência, mas potencializam”.

Finalizado o grupo com as mulheres, inicia-se um novo grupo só com os homens tendo metodologia semelhante ao grupo das mulheres. Os grupos nem sempre são coordenados pelas mesmas profissionais, as assistentes sociais e psicólogas se revezam de modo que sempre tentam que esteja presente uma de cada profissão. No caso do grupo dos homens o objetivo, segundo a assistente social, é de que “os homens reflitam sobre a situação que lhes levou a estarem presos” (os homens participantes desse grupo foram presos em flagrante por terem descumprido as Medidas Protetivas de Urgência¹³, ou por terem se envolvido em mais de um processo criminal). Alguns homens se apresentavam e contavam o

¹² Um filme brasileiro de 15 minutos, produzido em 1990 com direção de Alfredo Alves. Sinopse da contra capa: “E se as mulheres saíssem para o trabalho enquanto os homens cuidassem dos afazeres domésticos? Essa é a história de Marta e Raimundo, uma família operária, seus conflitos familiares e o machismo, vividos num mundo onde tudo acontece ao contrário”.

¹³ Medidas Protetivas de Urgência são previstas no capítulo II do título IV da Lei Maria da Penha e são determinadas pela juíza em geral para suspensão de porte de armas do agressor, afastamento do agressor do lar e distanciamento da vítima e de seus familiares.

que lhes levou a situação de estarem presos e processados, outros diziam não querer falar, ao que a psicóloga pedia que eles pelo menos falassem seus nomes. Deleuze e Guattari (2004) dizem que o código social vigente indaga: “qual é o teu nome, quem são teu pai e tua mãe” (p.19). Os autores apontam que a entrada num quadro de “normalidade” prescreve que tenhamos um nome, uma origem e que sejamos capazes de dizê-los, exige-se que para que a pessoa se posicione diante da norma presente e se reconheça num nome. Sobre esse lugar destacado que o nome toma na vida escreve Nietzsche (2008a, p.90):

Se há uma coisa que me custou muito a compreender e que sempre me deixa perplexo é que o *nome das coisas* importa infinitamente mais do que saber o que elas são. A reputação, o nome, o aspecto, a importância, a medida tradicional e o peso de uma coisa [...] aos poucos isso se apegou à coisa, se identificou com ela, para se tornar seu próprio corpo.

Quando um dos homens disse que sua história era igual à de outro que havia falado anteriormente, a psicóloga ainda assim pediu para que ele falasse narrando quais aspectos da sua história se repetiam. Esse movimento de pedir que as pessoas se identifiquem com um nome e narrem suas histórias se repete no Juizado, no A.A. e na Delegacia, como uma prática na qual cada ser humano deve se tornar um “eu”:

os seres humanos nessas sociedades, acabaram por se compreender e por se relacionar consigo mesmos como seres “psicológicos”, a se interrogarem e a se narrarem em termos de uma “vida psicológica interior” que guarda segredos de sua identidade, que eles devem descobrir e preencher e que é o padrão em relação ao qual o viver de uma vida “autêntica” deve ser julgado (ROSE, 2001, p.34).

Nós¹⁴ — profissionais da psicologia, assistentes sociais e outros “trabalhadores sociais” — aprendemos a produzir práticas reflexivas, grupos reflexivos e trabalhamos incessantemente buscando reflexões. Reflexão pode ser considerada com sendo o movimento de voltar para si mesmo, para “dentro”, para “sua” história e buscar causas, sentidos, lembranças que modifiquem suas vidas. Pode ser também o exercício de olhar no espelho e nos reconhecermos na imagem que lá se encontra. Essas duas acepções da palavra remetem ao movimento de busca de uma verdade sobre o sujeito, de práticas que transformam uma superfície num corpo que circunscreve um sujeito que é idêntico a si mesmo em sua aparência e em seu mundo psicológico.

A relação estabelecida entre a ingestão de bebida alcoólica e a violência conjugal apareceu ao longo da pesquisa, em diversas falas e escritos¹⁵, como de causalidade direta (a

¹⁴ Incluo-me aqui, não só por ter ganhado um diploma de uma universidade que me conferiu o grau de psicólogo, mas também porque ao ver as profissionais do Juizado e da Delegacia fazendo isso, não tenho certeza de que, no lugar delas, faria muito diferente.

¹⁵ Por exemplo: “Muitos agressores estão alcoolizados no momento da agressão, mas saiba que o álcool não é a causa da violência. Muitos alcoólatras nunca agrediram suas mulheres e muitos homens não precisam de álcool para praticar violência” (Folder elaborado pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher);

bebida leva a agressão), ou indireta (o álcool não causa a violência, mas a potencializa). Indagamos: “a ingestão de álcool potencializa o quê?”. Tanto na Delegacia como no Juizado, encontram-se duas respostas que não se excluem: 1) a “personalidade”, o mundo psicológico, o “caráter”, a “índole” de um homem que já era violento; 2) a dominação masculina sobre a mulher (o machismo). Polariza-se a vida entre efeitos individuais e sociais. Isso é feito por meio de tecnologias de si, tais como a confissão. Foucault diz que:

O século XIX desloca a confissão ao integrá-la a um projeto de discurso científico; ela não tende mais a tratar somente daquilo que o sujeito gostaria de esconder, porém daquilo que se esconde ao próprio sujeito, e que só se pode revelar progressivamente e através de uma confissão da qual participam o interrogador e o interrogado, cada um por seu lado (2009, p. 76).

Faz-se com que os homens passem a se relacionar consigo mesmos em busca de resposta a situação de violência, por meio de técnicas que solicitam ao homem a identificação de seu nome e a narração de sua história para um confessor que terá o poder de interpretar. Assim a confissão é uma técnica que implica a existência de um sujeito, da introspecção, da experiência e da consciência, de um lado e de outro a escuta, um postulado de causalidade, um princípio de latência - de algo existente significativo e encoberto - e um imperativo de medicalização - uma racionalização entorno do normal e do patológico.

Na quarta visita ao Juizado, durante o grupo com homens, a assistente social, como de costume, pediu para que cada um se apresentasse e falasse um pouco da sua história, do que aconteceu para que eles estivessem ali. Um homem exclamou, com uma voz que não era de acusação, uma fala quase ingênua: “tipo uma confissão”. A profissional ficou incomodada e disse que não, que não era confissão era um momento de reflexão. A simplicidade das palavras ditas por aquele homem fizeram lembrar um texto de Foucault (2004) sobre a noção de indivíduo perigoso e sua relação com a psiquiatria legal no século XIX:

Não basta que o réu responda: “pois bem, sou o autor dos crimes. Isso é tudo. Julguem-me, já que vocês devem fazê-lo, e me condenem, se quiserem”. Pede-se a ele bem mais: além do reconhecimento, é preciso uma confissão, um exame de consciência, uma explicação de si, um esclarecimento daquilo que se é. A máquina penal não pode mais funcionar apenas com uma lei, uma infração e um autor responsável pelos fatos. Ela necessita de outra coisa, de um material suplementar; os juízes e os jurados, assim como os advogados e o Ministério Público só podem realmente desempenhar seus papéis se um outro tipo de discurso lhes é fornecido: aquele que o acusado sustenta sobre si mesmo, ou aquele que ele permite, por suas confissões, lembranças, confidências etc., que se sustente a seu respeito (p. 02).

“Muitos de nós dizíamos que bebíamos por causa das situações desagradáveis no lar. Raramente nos ocorria que problemas deste tipo são agravados, em vez de resolvidos, pelo nosso descontrole no beber” (Folder elaborado pelo A.A.); “Variam as conseqüências de nossa maneira alcoólica de beber. [...] Havíamos sido hospitalizados e presos algumas vezes. Havíamos cometido muitas ofensas graves contra a sociedade, contra nossas famílias, contra nossos padrões contra nós mesmos” (Encarte intitulado “Eis o A.A. uma introdução ao programa de recuperação de A.A.”, p.5).

Circulam entre nós, paradigmas de humanização que são atravessados e sustentados por movimentos de racionalização. Esses paradigmas aparecem nos processos judiciais e procedimentos jurídicos, uma vez que já não se pode aplicar simplesmente uma lei e apenar um réu. Exige-se que nos tribunais, nas Delegacias e nas cadeias existam equipes psicossociais. Exige-se que os sujeitos sejam psicossociais, isto é, não basta dispor os corpos nos lugares, é necessário que na superfície, ou melhor, no “interior” dos corpos habite a consciência e que se tenha por hábito examiná-la. Construímos uma história de vida que pela via da consciência, pela via do exame e da confissão deve ser explicada e justificada ou pelo menos deve ser dado algum sentido ao delito cometido.

Na quinta visita ao Juizado, a assistente social me convidou para conduzir o grupo, fiquei meio reticente, mas me pus a falar mais, pois de algum modo sentia que meu silêncio incomodava ou intimidava as profissionais do Juizado. Como tentamos adotar um método de pesquisa e de vida que seja mais de interrogar do que prescrever, depois de ouvir diversas histórias de homens que estavam insatisfeitos com a relação que lhes levou até a cadeia, de ter ouvido de muitos deles arrependimento por terem insistido em relações que há muito já traziam brigas, violências e dores pras suas vidas, várias das histórias regadas a muita bebida alcoólica e algumas misturadas com pedra de *crack*, lancei o questionamento, explicando que ele era o motor que me levava a pesquisar violência conjugal: “porque continuamos em relações que nos machucam?” Um dos homens do grupo fez eco à indagação: “não só com as mulheres, mas com a bebida também né? Porque a gente continua a beber?”.

A sabedoria deste homem me levou a fazer uma associação: as relações conjugais violentas são como as relações problemáticas com a bebida – mexem com o prazer, com a dor e talvez possamos também dizer com um desejo de controle e uma ira na constatação do descontrole. Pudemos ver essa mistura de prazer e dor, risos e lamentos, em muitos dos encontros com o grupo de homens, como por exemplo, na sexta visita ao Juizado, quando um homem que já estava preso falou como quem se sentia injustiçado. Contou que havia saído para beber na praia e quando voltou para casa, às seis e meia da tarde, bateu palmas no portão. Sua sogra não o deixou entrar e jogou suas roupas na rua, tendo tentado inclusive lhe enfiar uma faca por duas vezes, sendo que ele conseguiu desviar. Todos os profissionais da sala especulavam porque a sogra havia feito isso, indagando com ironia como ele havia batido no portão, ou quantas vezes ele havia chegado esse horário da praia depois da ingestão de muita bebida. Alexandre aproveitou o assunto e narrou que já havia morado próximo à Praia do Futuro e por muitas vezes chegou de noite em casa depois de muita bebedeira e passeios pelos bordéis próximos à praia.

A narrativa das histórias alcoólicas de Alexandre foi permeada por risos. De alguma maneira havia diversão no que estava sendo contado e todo mundo na sala se divertia, inclusive os presos. Mas quando ele ao final da reunião fez a narrativa cronológica de sua história, como sendo alguém que bebeu por 29 anos, com seguidas perdas e episódios de violências cometidas contra suas duas ex-mulheres e, ainda, dizendo que essas perdas deixaram de acontecer quando ele há nove anos entrou no A.A. e parou de beber depois de muita resistência, é feita uma triste síntese, que muitas vezes ignora a diversidade da vida. Depois do seu depoimento a reunião foi encerrada e os homens algemados voltaram para cela.

Após essa reunião, falei para Alexandre do meu interesse em participar de algumas reuniões no A.A. em função da pesquisa. Ele foi muito receptivo e disse para que eu escolhesse o dia que eu gostaria de ir. Sugeri a segunda-feira ao que ele explicou com ânimo que segunda-feira era um ótimo dia porque a reunião era aberta e, em “função das bebedeiras” do final de semana, ocorriam muitos ingressos e reingressos de pessoas no grupo.

Assim, na segunda-feira, 12 de abril de 2010, fui bem recebida no A.A. por Alexandre que para todos me apresentava como “acadêmica da UFC”, que estava fazendo uma pesquisa. As pessoas me receberam com sorrisos e apertos mãos. Curiosa, entrei no espaço onde acontecem às reuniões e fiquei observando os cartazes das paredes: Um quadro com os doze passos do A.A. (anexo B), outro com as doze tradições (anexo C), um quadro com a oração da serenidade (anexo D) e ainda frases como: “Evite o primeiro gole”, “Evite controvérsias – somos todos iguais”. Havia também quadros com informações sobre a organização do grupo: quem coordena que reuniões; as trocas de ficha¹⁶ que acontecerão no mês; informações referentes ao estacionamento etc. Posso dizer que os quadros atuam nas reuniões: ao início e ao fim de todas as reuniões a pessoa que coordena convida todos para fazer a “oração da serenidade”, advertindo que o A.A. não tem vinculação religiosa, mas é um costume deles essa prática. Nesse momento, o quadro que fica acessível a todos os olhares, torna-se personagem Central.

A maior parte das reuniões que participei foi aberta, são chamadas assim, pois qualquer um pode participar, sendo ou não membro de A.A., as pessoas se inscrevem quando

¹⁶ Quando ingressa como membro de A.A. a pessoa recebe de seu padrinho uma ficha amarela. Se continuar sóbrio, três meses depois troca sua ficha por uma azul e assim as trocas de ficha se repetem de três em três meses durante o primeiro ano de sobriedade. Depois as trocas de ficha acontecem anualmente e após dez anos de sobriedade as trocas passam a acontecer de cinco em cinco anos, até que o alcoólico aos 30 anos de sobriedade receba a ficha dupla azul e branca que será sua última ficha. A troca de ficha em geral é comemorada com um lanche após a reunião. Comumente familiares e amigos/as da pessoa que troca a ficha vão a reunião presenciar tal evento.

chegam para dar depoimentos na cabeceira de mesa¹⁷. O coordenador aconselha que cada pessoa fale no máximo 15 minutos e a reunião acontece em duas horas.

Existem outros tipos de reunião no A.A. como está descrito no livreto “O grupo de A.A. ... Onde tudo começa”: reuniões de Novos, que objetiva apresentar o A.A. para novos membros; de Literatura, que objetiva o estudo da literatura de A.A.; Temática, que traz um tema que deve nortear a discussão durante as duas horas de reunião; de Serviços que é facultada exclusivamente para os membros discutirem sobre aspectos da organização do grupo e da relação do grupo com os órgãos de serviço, tais como a central dos grupos de alcoólicos anônimos de Fortaleza que funciona no espaço em que pela primeira vez encontrei Alexandre.

Todas essas reuniões acontecem no mesmo salão onde os cartazes e ornamentos estão fixados. Particpei de uma Reunião de Literatura que aconteceu em uma quinta-feira coordenada por Alexandre onde novamente pude ver a importância dos cartazes. Um dos membros presentes disse que não gostava de ir a outros grupos de A.A., porque estes aconteciam nas periferias da cidade¹⁸ e aí os “companheiros” não possuem o mesmo poder aquisitivo que ele, o que dificulta que faça amizades. Um membro do grupo, sentado ao meu lado, durante toda a fala daquele homem, apontava para o quadro fixado em uma das paredes que tinha a frase: “Evite controvérsias, somos todos iguais”. Assim, os quadros lembram, consolidam, apresentam os princípios dos Alcoólicos Anônimos, com uma função importante. São soberanos, fundamentos da verdade para a construção de uma vida sóbria e para a convivência no grupo. Assim, Bruno Latour (1994) parece ter razão ao falar de actantes, o próprio autor não define tal termo, mas os usos que o autor faz, sugere que eles povoam discursos, textos, acontecimentos, produzindo-os. Actantes podem ser humanos e não humanos, por exemplo, no A.A. os quadros atuam nas pessoas, as pessoas nos microfones e nessas relações já não existem sujeitos e objetos, mas sim produções de híbridos.

Parece consenso no A.A. que a pessoa só entra no grupo e consegue realizar sua programação¹⁹ de acordo com as prescrições dos doze passos quando vive seu fundo de poço. Sobre esse assunto, um depoimento me chamou atenção:

¹⁷ Assim é chamado o púlpito no qual cada membro sobe para dar seu depoimento.

¹⁸ Este grupo está localizado no bairro Aldeota conhecido como sendo de classe média-alta, porém a cidade de Fortaleza vive hoje uma situação de contrastes em vários bairros da cidade, inclusive neste: possui prédios enormes e sofisticados verticalizando moradias, ao lado de casas muito simples e pequenas agrupadas formando nichos de pobreza econômica. Evidência de uma disputa urbana por espaços entre grupos.

¹⁹ Programação é o termo utilizado no A.A. para o processo de manter-se sóbrio, seguindo os doze passos. Ela é considerada individual, pois cada membro a definirá com auxílio de seu padrinho ou madrinha qual o melhor modo e momento para dar cada passo.

— “Quando eu entrei aqui, eu não estava no fundo do poço não, eu estava no fundo da fossa”.

Essa fala foi proferida no grupo no dia 19 de abril de 2010. Nesse dia, mais dois depoimentos dos que lá foram produzidos, reiteravam essas palavras. De algum modo, a busca por certa “profundidade”, caracterizada pela tentativa em achar a verdade sobre o porquê se parou de beber, é suposto como algo que se encontra no fundo e para além. Neste caso, no fundo do poço, no fundo da fossa, no fundo da mente alcoólica, ou seja, na interioridade do sujeito, no interior de sua mente. Assim, busca-se a verdade, a causa última.

No prefácio ao livro *Gaia Ciência*, Nietzsche (2008a) faz uma discussão sobre como a filosofia dedicou-se longamente a buscar na “profundidade” a verdade, tendo deixado de dar atenção à vida. O autor se posiciona: “Para viver, importa ficar corajosamente na superfície, manter-se na epiderme, adorar a aparência, acreditar na forma, nos sons, nas palavras, em todo o Olimpo da aparência!” (NIETZSCHE, 2008a, p. 22). O membro do A.A., a filosofia e muitos de nós enterramo-nos na profundidade, desprezando a vida que urge e flui na superfície.

Uma das superfícies que se apresentam como importantes na compreensão dos fluxos de vida nos dias de hoje é a superfície dos corpos. No A.A. a maioria das pessoas que ocupam as cadeiras e também que vão à cabeceira de mesa para falar é circunscrita em corpos marcados pelo masculino. Estes foram produzidos como homens e essa produção de “macho”, muitas vezes exige que seja um corpo com ciência²⁰, isto é, um consciente, pouco entregue às emoções, aos sentimentos, ao choro, aos gritos dilacerados de medo, de susto e de alegria. Seus gritos são os de mando, os da razão. Isso me chamou atenção desde minha primeira visita ao grupo, pois estavam presentes por volta de 35 pessoas, das quais acredito que cinco eram mulheres. Foram ao púlpito falar 12 pessoas, sendo 11 homens e 1 mulher. Quase todos os homens relataram problemas conjugais em função da bebida. Um inclusive expôs que, muito entristecido, contou a amigos em um bar que cometera violência contra sua esposa na noite anterior e ouviu de um deles: “você não bateu na sua mulher, bateu no atrevimento dela”. O conselho do amigo faz parecer que até os momentos de violência não são desmesuras, mas ao contrário, são atos educativos, ações de um homem que sabe responder a uma mulher com propriedade.

²⁰ Fazemos circular que homens são racionais e mulheres emotivas, ao mesmo tempo que fazemos circular que as emoções são humanas, quando digo “que menino não chora” tô dizendo que chorar é uma possibilidade, mas que ao menino ela não deve ser. Acredito que isso é tão forte que este homem chega triste no bar, não recebe a anuência pra que ele chore, ao contrário é informado de que ele não perdeu controle, ele defendeu seu lugar de mando.

Essa exigência de razão pesando sobre corpos masculinos também pôde ser encontrada na fala de outro membro de A.A, que narrou o quanto era difícil ser homem, pois isso “não é apenas ter tuas bolas e vestir uma calça, é ter dignidade”. Assim, parece que só ingerindo álcool abre-se espaço para que chorem na mesa de bar, sejam indignos, abracem o companheiro, para que falem das dores do amor e até para que declarem seus amores.

Ó homens racionais, que se sentem encorajados contra a paixão e a imaginação e que gostariam de fazer de sua doutrina um objeto de orgulho e um ornamento [...] Sua sobriedade ainda está repleta de uma secreta e indestrutível embriaguez! [...] Não há para nós nenhuma “realidade”- e não há nem mesmo para vocês homens sóbrios – somos muito menos estranhos uns para os outros como vocês pensam: talvez nossa vontade de ir além da embriaguez importa tanto como sua convicção de ser totalmente *incapazes* de chegar a isso (NIETZSCHE, 2008a, p. 89-90).

Nesse trecho, o autor, com ironia, escreve que não há nenhuma diferença substancial entre sóbrios e embriagados, que a luta pela sobriedade afirma a existência da embriaguez. Desse modo, sinto-me inclinada a dizer que o orgulho com que os membros de A.A. apresentam os doze passos, as doze tradições, inclusive usando esses como ornamentos, emoldurados em quadros na sala de A.A., parece ser uma prática cotidiana que tenta lhes assegurar a sobriedade. No entanto homens sóbrios e embriagados não são tão estranhos uns aos outros como diz o próprio Nietzsche, e por não ignorarem isso, os membros de A.A. entregam-se a constante vigilância e a convicta crença em suas doutrinas. Dito de outro modo, os ornamentos têm um efeito de verdade que lhes proporciona segurança de ficarem “sóbrios”. Mas, seguindo a citação de Nietzsche, podemos ver que um quadro, formado por letras, rascunhos, cores, desenhos, tem determinada vida que só aqueles que lá estão mergulhados dobram sobre si. Há toda uma técnica na disposição do salão, na ordenação das falas, na exigência que cada um fale sobre o “seu problema”, ou seja, se assume em um processo de individualização por meio da confissão da culpa, como primeiro passo para que possa haver um homem “sóbrio”.

No dia 26 de abril, em mais uma reunião de A.A. um membro participante disse: “O alcoolismo é uma doença que mata, mas antes de matar ela desmoraliza”. Esta fala foi proferida na cabeceira de mesa do A.A., um lugar no qual os “alcoólicos” vão falar de sua existência e formular conselhos (verdades) que consideram de utilidade à vida de outros “alcoólicos em recuperação”²¹. Que interações são produzidas nessas vidas quando ouvem, em tom de advertência e numa voz bem impostada que o alcoolismo mata e desmoraliza?

²¹ Alcoólico em recuperação é como se denominam os membros de A.A.

É possível que por meio dessa e de outras falas circule a noção de que quem é membro de A.A. é doente do corpo (órgãos) e da alma (moral). Essa proximidade entre alcoolismo e desmoralização é repudiada por outro membro: “alcoolismo não é vício, vício é cigarro. Alcoolismo é doença segundo a OMS [Organização Mundial de Saúde], uma doença da mente e do corpo, mais da mente que do corpo. Não é sem-vergonhice, vagabundagem ou falta de vontade, como dizem por aí”. A voz da OMS (o discurso científico) é convocada para que o alcoólico se defenda do julgo popular da moral comum e possa entrar em outra trama, a dos diagnósticos dos doutos. Percebe-se a operação de um efeito de verdade que emerge de vários lugares. Forma redes de saber e modos de viver.

Para evitar estar acima da moral, planar e dançar sobre ela, para ser feliz apenas com o conhecimento, apenas como herói, um homem diz: não beba, isso mata. Mas não é ele que fala e sim a voz de governo. Um insubordinado poderia responder “tudo mata, depois de estarmos vivos, só sabemos que vamos morrer”, mas o alcoolismo não apenas mata, antes desmoraliza e isso sim, parece realmente um mal. É o exercício de uma racionalização política de gerenciamento da vida, onde o corpo é desprezado como apenas abrigo da alma/moral. Não se trata de seguir regras do A.A., mas de dobra-se, viver naquilo que se tornou conhecimento: a arte de governar pressupõem o controle do governado em liberdade. Não basta que o alcoólico seja trancafiado na cadeia, punido por serviços a comunidade (tem contradição maior que esta?). É necessário que ele, em liberdade, aprenda a arte de se governar.

Algumas coisas circulam como se fossem lógicas que sustentam discursos no A.A., tais como o jargão presente em um quadro da parede repetido em quase todas as falas proferidas nas cabeceiras de mesa: “evite o primeiro gole”. Indago-me, porque se pede para que se evite o primeiro gole? Lanço uma possível resposta: talvez por se pressupor que sempre que se ingere álcool se produz um estado alterado de consciência, se embriaga, se desmoraliza. Por mais que um gole não embriague, esse gole é sinal de fracasso: o corpo venceu a alma. A arte de governa-se em liberdade falhou. Desse modo, dá a impressão de que se constrói uma noção de imutabilidade na relação com a bebida alcoólica, não se aposta nas flutuações, se produz uma verdade, se produz inclusive uma “identidade” — a do “sujeito alcoólico”, que será sempre alcoólico, pois o “alcoolismo é uma doença sem cura²²”. Ao produzirmos uma identidade, produzimos a noção de um ser que é a cada dia e o dia todo idêntico a si mesmo. Nietzsche (2008a) diz que essas substâncias produzidas — no caso dessa

²² Os membros de A.A. explicam que são sempre alcoólicos, seja em recuperação ou na ativa.

pesquisa, o sujeito alcoólico, o álcool como substância que altera a consciência, que produz embriaguez etc. — em nada correspondem com a vida, mas se amparam, nesta racionalidade da imutabilidade:

para que se formasse o conceito de substância indispensável para a lógica – ainda que estritamente falando nada de real lhe correspondesse – foi necessário que não se visse nem se sentisse durante muito tempo o que há de mutável nas coisas; os seres que não viam com exatidão tinham uma vantagem sobre aqueles que percebiam as “flutuações” de todas as coisas (NIETZSCHE, 2008a, p. 140).

Produz-se uma lógica, uma verdade, ancorada numa racionalidade²³: ingestão de álcool causa embriaguez, embriaguez causa desmoralização, portanto ingerir álcool desmoraliza. Assim, está produzida mais do que uma noção causal, um efeito de verdade que deve governar a vida, que serve de fundamento para prescrições da existência, como “evite o primeiro gole”, “evite as causas²⁴”. Sobre produção de relações causais Nietzsche escreve:

Causa e efeito: trata-se de uma dualidade que de certo nunca provavelmente existirá – na realidade, temos diante de nós uma continuidade de que isolamos algumas partes; do mesmo modo que nunca percebemos um movimento senão como uma série de pontos, isolado [...] Uma inteligência que visse causa e efeito como uma continuidade e não, à nossa maneira, como um retalhamento arbitrário, a inteligência que visse a onda dos acontecimentos – negaria a idéia de causa e de efeito e de toda determinação (NIETZSCHE, 2008a, p. 141).

Assim, esta pesquisa se constituiu como uma tentativa de deixar-se levar na onda pelos emaranhados acontecimentos que aliam violência e ingestão de bebida alcoólica, em especial, a violência conjugal, produzindo retalhamentos que foram sendo feitos por meio de conversas, observações, fotos e registros no A.A, no Juizado, na D.D.M., e em outros lugares que sucitaram o tema.

A análise do material produzido, foi feita respeitando o rigor científico, no sentido apresentado por Mary Jane Spink e Helena Lima (2004, p. 102) como “a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar diálogo”. Desse modo, o rigor é garantido pela visibilidade. Portanto a proposta foi narrar os passos efetuados na produção desse estudo, para que fosse possível apresentar as redes nas quais o trabalho foi feito a quem se propor a lê-lo e discutí-lo.

No traçado dessas redes, fomos percebendo e isso buscamos mostrar acima, que existe um fio que passa pelas três instituições que foram os palcos privilegiados nessa pesquisa

²³ Foucault fala de formas de racionalidade. Ele não compreende a razão como um atributo essencial ao sujeito, então trabalha com o termo racionalidade para falar de práticas com “diferentes instaurações, diferentes criações, diferentes modificações pelas quais umas racionalidade engendram outras, umas se opõem a outras, umas excluem outras (CASTRO, 2009).

²⁴ Evitar as causas é um conselho repetido em várias falas no A.A. é dito que se deve evitar aquilo que causava a ingestão do álcool. Por exemplo: uma garota membro de A.A. disse que para ela as causas eram as festas da universidade, mas para outras pessoas pode ser uma música, um bar, uma pessoa etc.

(Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza, Alcoólicos Anônimos e Juizado e Violência Doméstica e Familiar contra Mulher da Comarca de Fortaleza). Este fio é a vida do Alexandre. Mas peço para que olhemos para esse fio, como um barbante: fios de barbante são sempre a união e torção de outros fios. Então a partir de agora nos dedicaremos a estudar como Alexandre está nessa teia, ou como essa teia se produz no/com Alexandre que é homem, advogado, pai, réu, alcoólico, ex-marido, namorado, etc.

Como nosso foco é a relação que se estabeleceu entre álcool e violência, poderíamos pesquisar documentos (acadêmicos, governamentais, de ONGs), ou realizar entrevistas com profissionais, fazer grupos etc. Porém, vimos que nesse percurso de pesquisa poderíamos privilegiar dentre tantas possibilidades um personagem que se faz no encontro dessas redes de saberes-poderes.

Assim optamos por trazer um caso. Fazer o estudo de um caso é produzir saber localizado, localizado na superfície de um corpo, no espaço de uma sala de A.A., nas reuniões às quintas-feiras pela manhã no Juizado, no Brasil, na primeira década do XXI. Donna Haraway (1995) escreve sobre saberes localizados:

A preferência por tal posicionamento é tão hostil às várias formas de relativismo quanto às versões mais explicitamente totalizantes das alegações de autoridade científica. Mas a alternativa ao relativismo não é a totalização e a visão única que, finalmente, é sempre a categoria não marcada cujo poder depende de um sistemático estreitamento e obscurecimento. A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia. O relativismo é uma maneira de não estar em lugar nenhum, mas alegando-se que se está igualmente em toda parte. A "igualdade" de posicionamento é uma negação de responsabilidade e de avaliação crítica. Nas ideologias de objetividade, o relativismo é o perfeito gêmeo invertido da totalização; ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial; ambos tornam impossível ver bem. [...] Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação. (HARAWAY, 1995, p. 23-24).

Fazer esse estudo de caso nos enreda no desafio descrito por Haraway. O que estamos escrevendo, não é passível de generalização, de totalização e não é também a verdade deste único sujeito, tão pouco, divagações, relativizações que cabem para todos e nenhum. Estamos trazendo aqui, acontecimentos, coisas extraordinárias que a vida propiciou, não são extraordinários por não serem do cotidiano, o são por não caberem em nenhuma ordem. Não são do ordinário, são do extra, daquilo que não podemos dominar, mas que em nos tocando, nos ajudam a caminhar diferente.

4- O CASO: “QUANDO BEBO PERCO O JUÍZO”

Substituir a anamnese pelo esquecimento, a interpretação pela experimentação. Encontre seu corpo sem órgãos, saiba fazê-lo, é uma questão de vida ou de morte, de juventude e de velhice, de tristeza e de alegria. É aí que tudo se decide (DELEUZE e GUATARI, 1996, p.11).

Essa epígrafe aparece aqui, pois inspirada em Deleuze e Guattari, empreendo um desafio que é o de fazer um estudo de caso que não foi produzido como uma anamnese, pois Alexandre falou de violência conjugal e do A.A. e ao falar disso produziu memórias de si. Entendo memórias como produções discursivas que incluem lembranças e esquecimentos, ditos e não ditos.

Além disso, este estudo de caso é menos uma interpretação da vida de Alexandre e mais uma narrativa das experimentações que tive ao conviver com ele por quatro meses nos espaços do A.A. e do Juizado.

O corpo sem órgãos não é um lugar no qual se chega, não é um corpo que se possui, é um limite, são práticas que se opõem aos organismos, isto é, à organização dos órgãos:

Percebemos pouco a pouco que o CsO não é de modo algum o contrário dos órgãos. Seus inimigos não são os órgãos. O inimigo é o organismo. O CsO [corpo sem órgãos] não se opõe aos órgãos, mas a essa organização dos órgãos que se chama organismo. [...] O CsO grita: fizeram-me um organismo! Dobraram-me indevidamente! Roubaram meu corpo! (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 21).

Os órgãos mudam, não são constantes, mexem suas localizações e funções, essas mudanças podem se articular em diferentes formas, em curvas, em dobras. A organização dos órgãos é um movimento que acontece para que seja possível a produção de uma dobra que quase se fecha em si mesmas organizando um eu. O organismo, o eu, não são reais nem naturais, ou melhor, não são as únicas possibilidades de realidade e de natureza: “no real tudo é possível, tudo se torna possível” (DELEUZE e GUATTARI, 2004, p. 32). Para os autores, a natureza existe num processo de produção, “já não há nem homem nem natureza, mas unicamente um processo que produz um no outro” (p. 8).

Este trabalho pretende ser um corpo sem órgãos, assim como pretende falar de Alexandre como um corpo vivo, que ocupa um lugar, que é constituído por normas, por regras, por instituições, mas que não é inerte, sendo depositário e simples síntese desses ordenamentos. Queremos tratá-lo como um corpo sem órgãos e este “é produzido como um todo, mas no seu lugar próprio, no processo de produção, ao lado das partes que ele não unifica nem totaliza” (DELEUZE e GUATTARI, 2004, p. 46).

Assim, neste estudo, tentarei não organizar o que estava disperso para criar o organismo Alexandre, buscarei o limite: o limite aqui é o caminho entre a dispersão e a comunicação. Para isso, apresentarei cenas por meio de palavras.

Cena 1, no corredor do Juizado

Depois da primeira reunião com os homens no Juizado, antes de falar com a juíza, Alexandre me abordou no corredor para verificar se eu já havia percebido que muitos dos homens lá não eram “bandidos”, eram pessoas com “problema com álcool”.

E continuou:

— “Eu mesmo já fui muito violento quando eu bebia. Eu tive uma companheira, uma mulher bonita, inteligente, minha sócia no escritório, e uma vez, eu fui com ela para um restaurante, eu bebia e ela também gostava de tomar um vinho. Ela quis terminar comigo, nós brigamos e eu tive um apagamento. Só me lembro de ser contido por um policial com a camisa toda suja de sangue. Até hoje eu respondo esse processo por lesão corporal gravíssima, eu cortei com um copo quebrado o pulso dela, o que fez com que ela perdesse os movimentos de uns dedos. Eu sou formado, tenho um bom nível social, hoje sem beber eu não sou capaz de agredir uma mulher”.

Nessa cena, Alexandre falou de coisas que repetiu muitas vezes lá no Juizado, tais como que “o alcoolismo não vê nível social, cultural, intelectual”. Para comprovar isso, ele sempre conta que tem uma boa renda e cursou duas faculdades, além de ter especialização. Já esse episódio de violência contra sua ex-companheira, ele nenhuma outra vez repetiu em minha presença. Ele, com mais frequência, falava de suas teses sobre o alcoolismo e mais espaçadamente falava de suas experiências. Comumente se apresentava como um mensageiro do A.A., um exemplo de sucesso, um modelo a ser seguido, um homem a ser desejado por ter se superado. A propaganda do A.A, é sua própria vida. Ele é exemplo a ser seguido e isso o mantém convicto de ser um caso exemplar.

Cena 2, primeira vista ao A.A.

Alexandre foi à cabeceira de mesa e narrou que de 1985 a 2010 foi envolvido em 17 boletins de ocorrências em Delegacias.

_ “Antigamente era desordeiro homem que quebrava tudo em casa e batia na mulher. Ia para Delegacia, varria um chão, lavava uma cela, ou o carro da polícia e era liberado no outro dia com a ficha limpa. Hoje em dia é criminoso e às vezes nem é uma questão de ser criminoso, é uma questão de alcoolismo”.

As palavras de Alexandre consoantes com várias outras apresentadas no terceiro capítulo, ditas no caminho Delegacia -> Juizado -> Alcoólicos Anônimos, me fizeram ver que corpos com curvas que lhe fazem efeito-mulher chegam à Delegacia denunciando agressões de seus companheiros ou ex-companheiros, esses homens são chamados a se manifestar perante a autoridade, contar seu nome, confessar ou se defender, narrar sua história. Nesse processo, muitos dos homens que entram na Delegacia como agressores vão seguindo caminhos institucionais que lhe produzem como “alcoólicos”.

Um movimento muito parecido foi descrito por Edélvio Leandro em sua dissertação, citada anteriormente, no segundo capítulo: “Desta forma, esses homens entram no circuito Justiça-Saúde como ‘agressores’ e acabam rapidamente sendo incorporados como ‘dependentes’” (LEANDRO, 2009, p. 10).

A maneira como se trata determinados acontecimentos, como se apresenta um “problema”, pode nos mostrar certo deslocamento que está ocorrendo. A fala de Alexandre conta uma mudança que vem acontecendo nas noções entorno do homem autor de violência conjugal: “Antigamente era desordeiro [...]. Hoje em dia é criminoso e às vezes nem é uma questão de ser criminoso, é uma questão de alcoolismo”. De “desordeiro” para “criminoso”, de “criminoso” para “alcoólico” e sendo alcoólico é um “doente”. O que está acontecendo que permite que esse corpo dito masculino passe de um estado de saberes e práticas a outro?

Essa construção só pode acontecer num cotidiano de práticas culturais que moralmente polarizam o mundo em bem e mal e colocam a embriaguez na polaridade má e a sobriedade na polaridade boa, mas isso não basta, para que esse caminho se sustente, é necessário que existam, com força, práticas clínicas e científicas que produzam o sujeito doente e práticas disciplinares que produzam o sujeito vigilante.

Nietzsche ao longo de toda sua obra se dedicou em falar sobre moral e pontuou que a polarização entre o bem e o mal e a construção de um Deus só bom, são basilares na moral cristã que circula amplamente no cotidiano ocidental há alguns séculos. Dezesseis anos depois de escrever seu livro *A Origem da Tragédia*, Nietzsche (19--) fez um prefácio intitulado *Tentame de Autocrítica*. Nesse texto o autor ensaia dizer o que ele compreendia e o que propunha com a elaboração do que chamou de “concepção dionisíaca” (um movimento anticristo, antimoralista, contrário ao foco da vida num futuro além):

O cristianismo foi, originalmente, essencialmente e radicalmente, saciedade e saturação da vida pela vida, que mal se dissimulam e disfarçam nas expressões de fé em “outra” vida, em vida “melhor”. O ódio ao mundo, o anátema as paixões, o medo da beleza e da volúpia, um futuro além inventado para mais bem desdenhar o presente, e no fundo, um desejo de aniquilamento, de morte, de repouso, até ao “sábado dos sábados” - tanto como a pretensão absoluta do cristianismo de não

tomar em conta “senão” os valores morais, tudo isso me pareceu sempre a mais perigosa forma e mais inquietadora expressão de uma “vontade de aniquilamento”, ou pelo menos um sinal de lassidão mórbida, de profundo desânimo, de esgotamento e empobrecimento da vida – porque em nome da moral (em particular da moral cristã, quer dizer absoluta), “devemos” sempre e inelutavelmente deixar de dar razão à vida, porque a vida “é” algo de essencialmente moral, “devemos” enfim abafar a vida com a força do desprezo e da eterna negação, como indigna de ser desejada, como indigna até do valor de ser vivida. [...] Foi, pois, “contra” a moral que, nesse livro, o meu instinto se reconheceu defensor da vida, para construir uma doutrina e uma teoria de vida absolutamente contrárias à moral: uma concepção puramente artística, “anticristã”. Que nome lhe dar? Filólogo e obreiro na arte de exprimir, batizei-a, não sem arbítrio – quem há que saiba o verdadeiro nome do Anti-Cristo? – com o nome de um deus grego: uma concepção “dionisíaca” (NIETZSCHE, 19--., p. 8-9).

Dionísio é um Deus Grego, sobre o qual histórias diversas são contadas, mas é comum em todas as versões sobre esse Deus, aproximá-lo do vinho, das bebedeiras e das festas. Nietzsche (19--) o chama de Deus embriagado. Nada poderia soar mais controverso ao Deus cristão — um Deus onisciente. No cristianismo, para ser deus é necessário toda a ciência da vida, e entre os gregos da antiguidade, pôde-se falar de um deus sem ciência alguma, um deus que bebe, dança, festeja.

Apesar de um dos milagres de Jesus Cristo narrado na Bíblia ter sido transformar água em vinho, numa festa de casamento, para a moral cristã, embriagar-se, entregar-se a vida terrena, viver no agora não são práticas que contentam o único e absoluto Deus. Esse estilo vida, foi sendo considerado, como um empecilho para a salvação na vida eterna.

Foucault (1995) fala do poder pastoral – tecnologia originada nas instituições judaico-cristãs – “cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo” (p. 237). A materialização desse poder exige um cuidado com a comunidade como um todo e também de cada indivíduo em particular, durante toda a vida. Este poder implica num “saber da consciência e a capacidade de dirigi-la” (FOUCAULT, 1995, p. 237).

Essa discussão sobre salvação, vida eterna e consciência é importante para questão: um embriagado pôde ser um deus em um momento histórico (estética de vida grega), um pecador em outro (moral judaico-cristã) e ainda doente no contemporâneo (biopoder).

Nietzsche (2008a), escrevendo sobre a origem do pecado, diz que esse é um sentimento que se ancora na máxima: “Deus só perdoa se tu te arrependeres” (p. 155) e continua dizendo que essas palavras provocariam risos ou cólera a um grego. A moral cristã incide produzindo um ser que, ao mesmo tempo em que faz parte de um rebanho, apresenta-se sozinho diante de Deus. Sua salvação é individual, dependente especialmente de sua consciência, de seu arrependimento. Nesse contexto judaico-cristão, o embriagar-se surge como problema, já que na embriaguez se abandona a consciência que é a substância

necessária para a produção de um sujeito da culpa. Esta deve ser precedida pela confissão onde, “o criminoso confessa sua falta, proclama sua culpa e, retomando por conta própria a lei, pede para si o castigo que esta estabelece” (ANDRADE, 2007, p.249).

Foucault (1995) diz que o advento do Estado Moderno, menos religioso e mais científico, menos vinculado ao território e mais direcionado à população, proporcionou à modernidade provar outro sabor do poder pastoral:

Já não se trata mais de dirigir o povo para uma salvação no outro mundo, mas, antes, assegurá-la neste mundo. E, neste contexto, a palavra *salvação* tem diversos significados: saúde, bem-estar (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança, proteção contra acidentes (FOUCAULT, 1995, p. 238).

Este modo de salvação está intimamente ligado ao novo modo de conduzir condutas pelo exercício de um poder que tem como foco a vida. A isto, Foucault (2009) chamou de biopoder:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou mais tarde, por volta de metade do século XVIII, centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções de *controles reguladores: uma bio-política da população* (Foucault, 2008b, p. 151-152).

Essa discussão nos remete a articular que a transformação de um homem que agride sua mulher num criminoso, depois de um criminoso num alcoólico e ainda de um alcoólico num doente, só poderia acontecer num momento histórico em que circula amplamente a noção de humano pertencente a uma humanidade, ou de sujeito de direitos. A modernidade, esse movimento marcado pelo humanismo, pela explosão das chamadas ciências humanas, pelo investimento num corpo que circunscreve um sujeito e de um sujeito que pertence à uma população, possibilitou que a emergência de uma era de direitos²⁵ na qual a mulher, produzida como um “sujeito fisicamente fraco” e “historicamente oprimido”, hoje tem direito de viver livre de violência, e o homem, “possuidor de um corpo forte”, quando a agride torna-se um “violador de direitos”, um “criminoso”.

²⁵ Aqui parafraseio o Norberto Bobbio, pensador Italiano autor de 11 conferências que constituem o livro *A Era dos Direitos*.

No entanto, hoje não basta o “conhecimento da infração, conhecimento do responsável, conhecimento da lei” (Foucault, 2008b, p. 20) para se fazer um julgamento com verdade bem fundamentada, se faz necessário conhecer a “alma” do réu. Também isso só foi possível pela existência de um saber que nossas ações advém do nosso interior (psicológico, caráter, personalidade etc.). O corpo é inscrição de nossa psique, nossa identidade, personalidade, de nossa consciência²⁶. Este “aprofundamento” na alma do réu tem permitido que a juíza e sua equipe psicossocial encontrem uma “mente alcoólica”. Esta “mente” recebe diagnósticos, pois vivemos em tempos em que as ciências e as práticas clínicas “avançaram” tanto que cada gesto, cada passo, cada pensamento parecem já ter sido catalogados, descritos e organizados como sintomas que se arranjam constituindo doenças e síndromes.

Uma das milhares de doenças reconhecidas pelas organizações de saúde e descritas nas classificações internacionais de doenças é o Alcoolismo²⁷. Em geral considerada uma doença crônica, ou seja, sem cura, que conta apenas com tratamentos que variam de políticas de redução de danos, para políticas de abstinência, mas em todas elas se faz necessário que o sujeito se torne um vigilante de si. Isso significa ter a “alma” em prontidão, ter a consciência desperta.

Assim ao falar que os “tratamentos” para o alcoolismo instituem, ou melhor, só são possíveis diante de um sujeito que se vigia, não afirmo isso no sentido de que ele vigia a “mente alcoólica”, o que se institui não é uma vigilância de uma essência, de um instinto, não é uma vigilância como meio, mas sim como prática, como fim. Pedro de Souza (2003) ao escrever sobre sujeito, resistência e vigilância, diz que é “inútil pensar que para além de qualquer vigilância exterior, encontra-se um eu verdadeiro reduzido ao nicho originário de sua existência” (p. 38).

Esse tratamento ancorado na vigilância acontece ancorado em algumas noções como mostra o já mencionado encarte *Eis o A.A. uma introdução ao programa de recuperação de A.A.*:

Hoje estamos prontos para aceitar que o alcoolismo, ao menos pelo que nos tange, é uma doença – uma doença progressiva, que jamais pode ser “curada” mas que, como outras enfermidades, pode ser estacionada. Concordamos que não há nada de vergonhoso em estar doente, desde que encaremos o problema com honestidade e procuremos solucioná-lo. ?Estamos perfeitamente prontos para admitir que somos alérgicos ao álcool e consideramos simples bom-senso manter distância daquilo que nos causa alergia. [...] Agora compreendemos que o programa de A.A. de

²⁶ Essa noção se ancora numa tradição filosófica metafísica, que segundo Nietzsche (2008b) começa a aparecer com Sócrates e Platão, é incorporada pelo cristianismo e posteriormente defendida por Kant.

²⁷ A cartilha da “Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas”, disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/A%20politica.pdf>, diz: “Alcoolismo: o Maior Problema de Saúde Pública”.

recuperação funciona para quase todo alcoólico, se este honestamente quer que funcione, não importa qual seu nível social ou sua experiência com a bebida. [...] Tivemos que admitir que éramos impotentes perante o álcool [...] Uma vez adquirida a sobriedade tentamos preservá-la observando e imitando a experiência feliz daqueles que nos procederam em A.A. Tal experiência provê certas “ferramentas” e guias que podemos aceitar ou rejeitar a nosso livre critério. Porque nossa sociedade é o que há de mais importante para nós atualmente, achamos muito sensato seguir os passos por aqueles que já demonstraram a eficácia do programa de recuperação de A.A. (p. 9-11).

Nesse trecho, encontro os pilares para a recuperação do alcoolismo: ser consciente e honesto para se admitir doente e impotente perante o álcool, ser capaz de fazer escolhas, ter bom senso, observar os alcoólicos que se mantêm sóbrios e ter o A.A. como o mais importante de sua vida. Em outras palavras, a instituição do alcoólico em recuperação, exige um sujeito que sabe sobre si, observa o outro e se identifica com uma sociedade. Assim, ele tem um modelo e deseja um dia virar modelo, mas para isso, precisa ao mesmo tempo ser senhor de si e aceitar sua impotência, como esse é um movimento sem linhas muito nítidas, cabe ao alcoólico vigiar os limites que lhe mantém em recuperação, mas esta vigilância também está nos olhos dos outros sobre ele e dos dele sobre os outros, já que o princípio dos Alcoólicos Anônimos é a identificação, mas também a liberdade.

Cena 3, a separação.

Segunda-feira, dia 03 de maio. Fui ao A.A. para participar de mais uma reunião aberta. Como cheguei cedo, sentei ao lado de Alexandre que estava conversando com outro membro de A.A. Entrei na conversa. Ambos falavam, com alegria, da reunião do domingo, em que um companheiro havia “trocado a ficha” (feito um ano na irmandade) e no momento em que ele “trocou a ficha” a filha manifestou o desejo de ingressar no A.A.

Alexandre continuou a conversa, agora mais voltado para mim, dizendo: “ajuda muito quando você entra no A.A. que as pessoas da sua família também parem de beber”. E aí começou a narrar o fim do relacionamento com a última esposa. Contou que quando eles terminaram, ele já estava dois anos no A.A. Um dia ele saiu da reunião do A.A. e quando chegou em casa os cadeados haviam sido todos trocados e as chaves dele já não abriam o portão. Tocou a campainha e seu filho atendeu pedindo que ele fosse embora, a esposa disse que ele não havia mudado nada e que ela não queria mais ele na casa, sugeriu que ele fosse para uma casa de seu pai, onde mora um irmão solteiro.

Ele disse que não entendeu a situação, ao que o outro membro de A.A., que escutava como eu, comentou: “é a mancha!”. Ele concordando com o companheiro repetiu “a mancha”. Daí continuou contando, que não sabia o motivo da separação, pois ele já não bebia mais e

não estava com namorada alguma fora do casamento, mas que às vezes ele saía das reuniões do grupo de A.A. e ia até a locadora de vídeo e depois para casa.

Continuou de um modo que denotava que ia descobrindo as palavras ao passo que falava e disse: “é, mas tem a questão de que eu não procurava muito ela. Era de 15 em 15 dias, 20 em 20 dias, na cama, o relacionamento tava mal”.

Narrou que certa vez, “mais ou menos uma semana, dez dias, antes do fim do relacionamento”, chegou em casa e encontrou a esposa, a irmã dela (que era casada mas o marido estava viajando) e um amigo da irmã. Ele entrou em casa e não ficou na sala com as pessoas, que estavam bebendo. Quando foi até a geladeira beber uma água, encontrou oito latinhas de cerveja, as colocou num saco e jogou pela janela da casa, de modo que elas estouraram na parede. A esposa ficou muito brava e o amigo da irmã, levantou-se e foi embora. O outro membro, que estava ouvindo, falou: “então quem sabe foi isso aí né?”.

Então, ele contou que depois da separação foi para a casa do pai, (como havia sido sugerido pela mulher), e pediu ao irmão um quarto para se hospedar. Nesse quarto fez sua moradia e após um mês em que lá morava, durante uma festa que seu irmão estava dando, sua esposa chegou “toda bronzeada, de shortinho”. Sentou na rede junto a ele, beijou sua boca e disse: “seu castigo acabou”. Ele me disse que, com raiva, respondeu: “pois o seu acabou de começar”. E aí ele justificou sua atitude, pois ela havia jogado toda sua roupa fora, lhe expulsado de casa e, portanto, ele não a queria mais. Indaguei a ele se com ela houve algum episódio de violência, ao que ele respondeu que sim, que ele batia, era agressivo e gostava de chamá-la de “rapariga, puta, vadia”, que ele era igual aqueles caras lá do Juizado. Completou referindo-se ao álcool: “Como é que pode né? Uma substância...”.

Na cena 1 Alexandre descreve um episódio de violência contra sua companheira, no qual ambos ingeriam bebida alcoólica, no entanto apenas ele parece ter agredido ela. Aqui, na cena 3, quando relata sua separação, ele fala de outra companheira que está bebendo e ainda assim, quem agiu agressivamente arremessando as latinhas de cerveja na parede foi ele. Nessas duas passagens é possível ver histórias de duas mulheres que tendo ingerido bebida alcoólica não agrediram Alexandre, mesmo que inseridas em cenas violentas. É possível notar também que Alexandre num momento que não havia ingerido bebida alcoólica foi agressivo em relação a uma de suas ex-companheiras. Essas situações permitem afirmar que a noção de que a violência ocorre por causa da ingestão de bebida alcoólica pode não ser adequada e talvez não seja também adequado nessa situação dizer que a ingestão de bebida alcoólica potencializa a violência, pois em ambos os casos as mulheres haviam ingerido bebida alcoólica e ainda assim não foram violentas.

O que quero dizer com isso é que no processo de produção de corpos os sexualizamos produzindo binarismo, circunscrevendo em corpos ditos masculinos força, rudeza, voz grossa de mando, dificuldade em lidar com as emoções e outros atributos que contribuem para produção de um autor de violência conjugal. Com isso não quero dizer que os homens são violentos e as mulheres são vítimas por conta de sua socialização e fim, pois assim eu encerraria com certo simplismo um estudo que foi central em minha vida por quase dois anos. Além do mais, diria algo que possivelmente todos que lerão essa dissertação já ouviram ou leram em outro lugar. A proposta aqui é discutir que homem e mulher constituem-se em uma espécie de instituição formada pelo organismo, no qual cada curva que o forma parece ter de ser tensionada pela sexualidade que por fim o define. A curva da cintura, a curva das ondas da voz, as curvas dos cabelos, as curvas dos movimentos, todas elas são chamadas em algum momento a se identificarem como femininas ou masculinas.

Essa sexualidade que engessada por uma natureza fixa masculina ou feminina é discutida por Preciado (2002), para quem os sexos são de plástico e têm plasticidade. A autora escreve um manifesto contra-sexual, que:

Não é a criação de uma nova natureza, melhor dizer que é o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de uns corpos a outros. [...] os corpos não se reconhecem a si mesmos como homens ou mulheres e sim como corpos falantes, e reconhecem a os outros como corpos falantes. (PRECIADO, 2002, p. 18, tradução minha²⁸).

Esse manifesto ajuda na discussão de se nos posicionamos como corpos falantes, somos uma materialidade que pode produzir diversos modos de viver, inclusive viver como mulher, como homem. O que não podemos é justificar essa forma como à única, por ser de uma natureza essencial e fixa.

Cena 4, Alexandre, o A.A. e a Justiça.

Quinta feira, 27 de maio de 2010, Ricardo e eu fomos ao A.A. fazer uma entrevista com Alexandre. Eu já havia conversado com ele sobre o interesse que eu e meu orientador tínhamos em entrevistá-lo sobre sua história no A.A. e as relações entre ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal. Eu havia explicado ainda que provavelmente nesta entrevista eu encerraria minha estadia no A.A. Ele pediu que essa conversa acontecesse no escritório do A.A. Depois de desencontros e de cancelamentos dos dias agendados, acabamos por marcar

²⁸ Do original: “No es la creación de una nueva naturaleza, sino más bien el fin de la Naturaleza como orden que legitima la sujeción de unos cuerpos a otros. [...] los cuerpos se reconocen a sí mismos no como hombres o mujeres, sino como cuerpos parlantes, y reconocen a los otros como cuerpos parlantes”.

nossa conversa, antes da reunião lá no espaço em que acontecem os encontros do grupo de A.A. ao qual pertence.

Isso fez com que nosso encontro fosse menos uma entrevista e mais uma cena com diversos actantes: telefone tocando, som de um microfone que estava sendo testado, apertos de mão de cada membro que por lá passava e alguns para além de cumprimentar sentaram e participaram da conversa, assim houve certa dificuldade em mantermos um ritmo na entrevista. Contudo, por outro lado se deu mesmo como uma conversa que é interrompida, retomada etc.

Essa conversa começou com diálogos sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) e logo em seguida Alexandre falou sobre a entrada de um membro no A.A., que acontece por conta de um “fundo de poço” e explicou que no caso dos homens que entram no A.A. por conta de um encaminhamento da Justiça, têm um fundo de poço coercitivo:

“... quando o cara chega à Delegacia da Mulher, que chega preso, ele já tá no fundo de poço dele coercitivamente. Alguns chegam pelas próprias pernas no A.A., que foi o meu caso, mas eu poderia ter chegado no A.A. coercitivamente através de uma ordem judicial, não poderia ter chegado? Se a Lei Maria da Penha tivesse existido em 2001, porque a Lei Maria da Penha é de 2006, se ela tivesse existido em 2001, talvez eu tivesse chegado no A.A. através da Lei Maria da Penha, porque eu era violento também, no seio doméstico, dentro de casa. O primeiro, o segundo... [casamento] todos eles tiveram violência doméstica, todos eles tiveram boletins de ocorrência. E eu sou um cara formado, tenho duas formaturas, entendeu? Tenho mestrado, tenho ensino superior, especialização em Direito de Família, um monte de coisas. E assim mesmo fui pro fundo do poço e conheci o A.A. pela mensagem, através do meu cunhado que é membro do A.A., mas eu poderia ter chegado pela Lei Maria da Penha. Esse trabalho que nós estamos iniciando, que eu vou lá e dou palestra...”

Ricardo comentou: “Lá no Juizado, lá no Benfica”.

Alexandre continuou: “Isso! Que ela também participa [se referindo a mim]. Isso aí tem a ver com a implantação de políticas sociais. Esse programa de implantação de políticas sociais, isso tem a ver com a política do Juizado da Mulher. Que não adianta só prender o cara, o agressor, vamos trabalhar a origem do problema, o fato gerador. Qual é o fato gerador? É a cachaça. Será que se ele tivesse sóbrio, equilibrado, sem álcool na cabeça, sem droga, será que ele mataria a mulher dele? Batería na mulher dele? Ameaçaria a mulher dele de morte? Aí é que tá a questão. Então a Justiça se preocupa muito com isso, prova tanto que são muitos esses homens agressores, em dois anos nós encaminhamos pro A.A. 476 pessoas”.

Nesse trecho da entrevista vemos Alexandre falar de uma Justiça que não tem como objetivo primeiro punir um criminoso, seu objetivo está em encontrar a origem, a razão, o “fato gerador” do crime, atuar nele de modo a modificar o autor do crime. Essa Justiça, que se desonera da pena, além de não mais concebê-la como um suplício, segundo Foucault (2008b), começa a ganhar visibilidade em fins do século XVIII e inícios do século XIX na Europa e nos Estados Unidos:

A execução da pena vai se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena. [...] E acima dessa distribuição dos papéis se realiza a negação teórica: o essencial da pena que nós juizes, infligimos não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício dos castigadores. Existe na justiça moderna e entre aqueles que a distribuem uma vergonha de punir, que nem sempre exclui o zelo; ela aumenta constantemente: sobre esta chaga pululam os psicólogos e o pequeno funcionário da ortopedia moral (FOUCAULT, 2008b, p. 13).

Alexandre continuou a conversa contando detalhadamente como acontece o encaminhamento dos homens pela Justiça para o A.A. Cada um recebe “um papel” produzido pelo juizado que deve ser entregue para o coordenador da reunião do grupo de A.A. mais próximo de sua residência. Nesse há uma tabela onde o coordenador de cada reunião assina para confirmar que o homem está cumprindo a ordem judicial. Todos os meses esse documento é levado pelo representante dos serviços gerais de cada grupo de A.A. até a Central de Alcoólicos anônimos de Fortaleza.

Alexandre reúne os documentos de todos os homens encaminhados ao A.A. pela justiça e os leva até o Juizado. Lá, esses documentos entram nos altos dos processos. Se ao final de seis meses a pena tiver sido cumprida, o processo é arquivado no Juizado. Assim, a execução da pena não acontece pela Justiça²⁹, quem a executa, neste caso, são os grupos de A.A., que nas palavras de Foucault, acima citadas, poderiam ser entendidos como compostos por funcionários da ortopedia moral.

No decorrer da conversa outro membro de A.A., que chamaremos de Fábio, entrou e transformou nosso triângulo em uma roda. Ele se identificou como médico e explicou que: “o álcool deixa o sujeito puro instinto, apaga as amarras sociais, tudo que a gente aprendeu na educação”. O trabalho num grupo de Alcoólicos Anônimos, segundo Fábio, é contribuir para que alcoólicos consigam ficar sem beber: “sem beber, o sujeito continua com suas amarras

²⁹ No Brasil, atualmente, a execução da pena não é responsabilidade do Poder Judiciário e sim do Poder Executivo.

sociais”. Se chamarmos amarras sociais de moral³⁰, o alcance da ortopedia moral pode ser considerado o grande objetivo das “políticas sociais” implantadas pelo Juizado e executadas pelo A.A. com homens autores de violência conjugal.

Esses não devem ser presos, devem aprender a viver soltos, para isso são encaminhados a uma instituição que lhes oferece um modelo para viver, 12 passos a seguir, que vão lhes ajudar a manterem-se sóbrios e cumpridores dos valores morais, mas para isso, terão manter seus corpos amarrados como as “amarras sociais”. Terão que admitir impotência perante o álcool. Em outras palavras as “políticas sociais” trabalham para a produção de um organismo, de um eu, ao invés de um corpo potente, sem órgão, com vida, como vibração.

Cena 5, o machismo!

Sexta feira, 28 de maio, durante a tarde fiquei escutando a gravação daquilo que pretendia ser uma entrevista com Alexandre e acabou se tornando uma roda de conversa, pois dois outros membros do A.A. entraram, um rapidamente saiu, mas outro — Fábio — participou bastante. Como observado acima.

Escutando e registrando algumas primeiras impressões, apareceu um tema que me chamou bastante atenção: “cultura nordestina machista”. Esse é formado por muitas vozes. A primeira que relato é a de Alexandre que ao ser perguntado por Ricardo sobre porque ele acredita que acontece a violência doméstica associada com a bebida alcoólica ele logo falou sobre o machismo e ilustrou o tema com frases tais como: “Homem trai, mas não gosta de ser traído”; “Ele sai, mas a mulher dele não pode”; “Nordestino é muito cruente, muito rude, muito violento”.

Alexandre nesse momento condenava o machismo, em outros parecia reiterá-lo, como ao dizer, na entrevista, que o homem é fisicamente superior à mulher. Em outro momento da mesma entrevista, se auto afirmava como “educado, *gentleman*”, divergindo de uma noção de homem como rude. Alexandre falou ainda que “as coisas estavam mudando e que o feminismo está ocupando lugar hoje em dia na sociedade”, o que faz, segundo ele, com que as mulheres não aceitem mais agressões, realizando queixas na Delegacia quando elas acontecem.

Essa institucionalização de modos de vida — homem, mulher — acaba muitas vezes por criar escolas, “ismos”, umas dessas pode ser o machismo, para usarmos uma palavra

³⁰ Essa associação também está inspirada na fala de um membro de A.A., já comentada no capítulo 3, que diz que o alcoolismo mata, mas antes desmoraliza. Assim, o combate ao alcoolismo soa também uma luta para evitar a desmoralização, para que todos possam adequar-se aos valores morais.

empregado por Alexandre. Além desta voz, há outras que se referem à mesma temática. Uma delas ouvi em um bar: “homem só presta bravo e mulher bem mansinha”. Isso foi dito por um homem, (que me olhava como se estivesse me afrontando, ou talvez querendo me tirar um riso ou uma palavra), que estava perambulando pela rua e parou na mesa em que eu me encontrava para pedir um gole de cachaça a um amigo que estava ao meu lado. Fiquei tão impressionada com a coincidência dos fatos (no dia anterior eu havia ouvido Alexandre falar sobre machismo) que imediatamente peguei uma nota de supermercado e uma caneta emprestada e a anotei a situação.³¹

Várias vozes re-afirmam esta verdade de um mito originário para a violência contra a mulher: “o machismo”. Alexandre, (um alcoólico sóbrio), o homem citado acima, (um bêbado na ativa), a juíza (que em nosso encontro falou sobre a cultura machista do nordeste), a assistente social da Delegacia (que fez também referência a esse machismo no nordeste como fator que interage produzindo a violência conjugal) e muitas outras vozes que nem consigo discernir, me levam a pensar sobre a chamada “cultura machista do nordeste”.

Parto do pressuposto de que todas as generalizações produzem exclusões, correndo o risco de esmagar as diferenças, assim quero dizer que não acredito em uma cultura, em um Nordeste, como lugar determinado com características essenciais, imutáveis ou quase naturais.

Albuquerque Júnior (1994) em sua tese *O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*, investigou como por meio de que práticas regionalizantes e de discursos regionalistas foi disseminado no começo do século XX a noção de Nordeste. Para isso, investigou discursos acadêmicos e artísticos que foram produzindo este recorte espacial de uma imagem e de um texto, uma visibilidade e uma dizibilidade, que lhe deram conteúdo e tornaram a noção de Nordeste como atuante nas lutas políticas nacionais. Foi sendo produzida uma identidade espacial, uma noção de uma cultura regional diferenciada que foi subjetivada pelos que habitam este espaço. O Nordeste foi se tornando um lugar em que habita o atraso, condições naturais, geográficas e climáticas, além de efeitos de miscigenação contados como desfavoráveis. Circulam discursos sobre o Nordeste que na maior parte das vezes o colocam em circunstâncias negativa, como lugar do atraso, do rural e do passado persistente.

Essa discussão ajuda a sustentar a idéia de que o nordestino é muito menos uma identidade e muito mais uma invenção, uma prótese que alguns usam, que outros fazem

³¹ Apesar de ter um caderno que usava como diário da pesquisa, desta vez no bar, o dispensei.

circular. Nesse mesmo sentido, também não gostaria de tratar o “machismo” como uma identidade. Em Fortaleza homens se chamam de “macho”. Circula entre nós uma noção de que a produção do macho é algo necessário, sério e que exige respeito, quem sabe até temor. As curvas da vida, as curvas do corpo não devem seguir qualquer fluxo, elas devem seguir a escola do “macho”, a exaltação do “macho”, o “machismo”. Assim, há um efeito de verdade em um saber que divide seres em machos e fêmeas. Esses seres, espécies de categorias universais antropológicas, portanto, que criam a natureza do ser humano como atemporal, ou a-histórica.

Foucault (2008c) diz que em uma sociedade como a nossa os procedimentos de controle do discurso são de exclusão. Existem três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Aqui, estou interessada em discutir essas duas últimas formas de exclusão: a segregação da loucura e a vontade de verdade. A segregação da loucura acontece por práticas que colocam em oposição razão e loucura e que transformam a loucura numa essência que define alguém e substância que explica suas atitudes.

Em alguns momentos, o machismo figura num lugar parecido ao qual Foucault (2008c) descreveu estar a loucura. O homem autor de violência é machista e em função de seu machismo bate na esposa, ameaça a ex-namorada, xinga a companheira. Assim, o machismo não é um simples acontecimento, o tornamos um efeito de verdade, que por fim explica a origem deste problema que é a violência conjugal.

Nesse trabalho, o desejo maior é interromper esse fluxo de produção do homem nordestino machista. Nesse sentido, considero que o machismo não se apresenta como uma ideologia³² advinda de um poder supremo (no caso do homem). Além disso, é necessário pontuar que as curvas da vida não precisam ser femininas ou masculinas, ou específicas do nordeste como se aqui houvesse algo de pior mais acentuado que em outras regiões. Quero me contrapor à busca de coerência que não exige apenas que os órgãos sejam femininos e masculinos, exige que se arranjem, se agrupem apenas femininos, se distinguindo de outros que se organizam apenas como masculinos e essa organização insiste em enrijecer e dificultar a compreensão de que a cada vida, a cada relação aparecem diferentes modos de produzir curvas e próteses (para usar um termo de Preciado, 2008), sendo que a produção e uso dessas próteses são diversos.

³² Sobre ideologia concordo com Foucault (2008^a, p. 148): “eu não sou dos que tentam delimitar os efeitos de poder ao nível da ideologia. Eu me pergunto se, antes de colocar a questão da ideologia, não seria mais materialista estudar a questão do corpo, dos efeitos sobre ele”.

5- “SUSPIRANDO EM FALSETE”

Nesta dissertação busquei falar de um fluxo de produção de homens em situação de violência conjugal. Para isso, fui a Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza, ao Juizado de Violência doméstica e Familiar contra Mulher da Comarca de Fortaleza e a um grupo de Alcoólicos Anônimos. Acabei fazendo um estudo de um caso, que foi escolhido em função de sua vida que estava emaranhada nessas instituições.

Na Delegacia, no Juizado, no A.A., em diversos artigos científicos (VIEIRA et. al., 2008; RABELO e CALDAS JÚNIOR, 2007; NIEWIADOMSKI, 2004; CHALUB ; TELLES, 2006; DANTAS, 2007), a relação apresentada entre a ingestão de bebida alcoólica e violência aponta para causalidade, ainda que a bebida alcoólica não seja apresentada como causa única. Essa relação direta e simplista entre a ingestão de bebida alcoólica e a violência, desconsidera “os demais aspectos culturais e sociais que orientam a construção dos lugares dos homens e mulheres em nossa sociedade” (GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 26).

Assim, vai se desenhando um homem que bebe e agride aos finais de semana e que às segundas-feiras é chamado à outra vida. Um “desordeiro” e “vagabundo” aos finais de semana deve se tornar consciente, entrar em ordem, ser trabalhador durante os outros dias da semana, deve incorporar os diagnósticos (alcoólico) e prescrições (evitar o primeiro gole). Essas cisões e fronteiras de algum modo produzem relacionamentos tão duros, que os homens são convocados a autognose, conhecer-se, mensurar-se. Os excessos não são bem vindos, nem os excessos de prazer, tão pouco os de dor.

Sem a associação conservadora dos instintos, se essa associação não fosse infinitamente mais poderosa que a consciência, não haveria regulador: a humanidade sucumbiria sob o peso de seus juízos absurdos, de suas divagações, de seus juízos superficiais e de sua credulidade, numa palavra, de sua consciência: ou antes, não existiria mais há muito tempo! (NIETZSCHE, 2008a, p. 52).

Produzimos um mundo de prescrições, nas palavras do autor, de “juízos absurdos”: os dez mandamentos cristãos, os doze passos do A.A., os códigos penais, civis, comerciais, a Lei Maria da Penha, as normas da escola, as receitas produzidas por profissionais da medicina, os aconselhamentos psicológicos e dizemos que até existem leis na natureza – o clico da vida, a lei da gravidade, etc. No entanto que vida suporta caber em tantas leis, que espaço há para a vida quando tantas verdades já a precedem.

Foucault (s.d.) em um texto publicado no jornal La Repubblica fala que “bem pouca verdade é indispensável para quem quer viver verdadeiramente, e que bem pouca vida é necessária quando nos mantemos verdadeiramente na verdade” (s.p.). Assim, creio que para

que a vida seja possível, o erro é necessário. É necessário escapar à consciência. Para suportar e para produzir o erro, para amortizar a consciência ingere-se álcool.

Na vida normalizadora de “sujeitos conscientes”, as práticas ou são políticas, no sentido de formas de governo com intencionalidade de conduzir condutas (FOUCAULT 1995), ou violentas, como agressão sem sedução, como força que afeta para destruir (DELEUZE, 2005). Foucault (1981) fala sobre um modo de vida que se produz como alternativo a essas duas possibilidades: a amizade que não conhece gênero nem sexo, que não institucionaliza o amor:

Como é possível para homens estarem juntos? Viver juntos, compartilhar seus tempos, suas refeições, seus quartos, seus lazes, suas aflições, seu saber, suas confidências? O que é isso de estar entre homens "nus", fora das relações institucionais, de família, de profissão, de companheirismo obrigatório? É um desejo, uma inquietação, um desejo-inquietação que existe em muitas pessoas. [...] inquietar no afeto, carinho, amizade, fidelidade, coleguismo, companheirismo, aos quais uma sociedade um pouco destrutiva não pode ceder espaço sem temer que se formem alianças, que se tracem linhas de força imprevistas. [...] que indivíduos comecem a se amar, e aí está o problema. A instituição é sacudida, intensidades afetivas a atravessam, ao mesmo tempo, a dominam e perturbam [...] Isso no que devemos trabalhar, me parece, não é tanto em liberar nossos desejos, mas em tornar a nós mesmos infinitamente mais suscetíveis a prazeres. É preciso, insisto, é preciso fazer escapar às duas fórmulas completamente feitas sobre o puro encontro sexual e sobre a fusão amorosa das identidades (p.38-39).

Para provocar interrupções na produção de homens que agredem mulheres, talvez seja necessário desinstitucionalizar as relações entre homens e mulheres e possibilitar que ambos possam se dar a novos prazeres e imprevistos, produzindo amizades.

Kleiton e Kledir compuseram uma música chamada *Paixão* que fala de prazeres, de amores que acontecem, às vezes regados a álcool, mas muito distantes de práticas violentas:

Amo tua voz e tua cor
E teu jeito de fazer amor
Revirando os olhos e o tapete
Suspirando em falsete
Coisas que eu nem sei contar...

Ser feliz é tudo que se quer
Ah! Esse maldito fecheclair
De repente
A gente rasga a roupa
E uma febre muito louca
Faz o corpo arrepiar...

Depois do terceiro
Ou quarto copo
Tudo que vier eu topo
Tudo que vier, vem bem
Quando bebo perco o juízo
Não me responsabilizo
Nem por mim
Nem por ninguém...

Não quero ficar na tua vida
Como uma paixão mal resolvida
Dessas que a gente tem ciúme
E se encharca de perfume
Faz que tenta se matar...

Vou ficar até o fim do dia
Decorando tua geografia
E essa aventura
Em carne e osso
Deixa marcas no pescoço
Faz a gente levitar...

Tens um não sei que
De paraíso
E o corpo mais preciso
Que o mais lindo dos mortais
Tens uma beleza infinita
E a boca mais bonita
Que a minha já tocou...

Encerro este trabalho com esta música, pois estudei relações conjugais violentas nas quais a bebida alcoólica estava envolvida, mas não posso terminá-lo sem pontuar que também existem amores misturados com bebida alcoólica, que nos desresponsabilizam, nos fazem perder o juízo e ainda assim as únicas marcas que deixam são de prazer no pescoço.

Após estudar esse tema que por alguns anos me inquietou bastante, hoje, empurrada por essa dissertação, considero que futuras pesquisas poderiam estudar alguns fios que compõem essa rede: violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica. Isto é, acredito que a institucionalização de amores em relações conjugais é um bom tema para um futuro estudo que apesar de não ter como foco a violência conjugal, pode contribuir para interromper esse fluxo. Assim como a instituição da bebida alcoólica como prática que degenera, pode ser tema interessante que dissipe a noção da embriaguez como causa de violência.

Esta pesquisa inquietou-me e desejo que sirva para inquietar quem a leia para que se sinta com desejo de continuar encadeando perguntas. E que no tempo em que as traças busquem estas páginas como alimento na estante de uma biblioteca, menos mulheres sejam agredidas sob a justificativa da ingestão de bebida alcoólica ou do machismo. Que todos possam respirar novos ares, novas maneiras de viver que façam a gente levitar, fazer o corpo arrepiar...

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes**. 1994. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- ANDRADE, Daniel Pereira. Vidas Paralelas: Foucault, Pierre Rivière e Herculine Barbin **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n. 2, p.233-252, nov. 2007.
- ARAGÃO, Elisabeth Maria, BARROS, Maria Elisabeth Barros de e OLIVEIRA, Sonia Pinto de. **Falando de metodologia de pesquisa**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, vol.5, no.2, p.18-28, dez. 2005.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Travessia do século).
- BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, Lei Maria da Penha: lei 11.340, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulher, Publicada no **Diário Oficial da União** em 8 de agosto de 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: Estratégias para enfrentar e sair da modernidade**. Tradução: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos sistemas, conceitos e autores**. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHALUB, Miguel e TELLES, Lisieux E de Borba. Álcool, drogas e crime. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 28, p. 69-73, out. 2006. Suplemento II
- COELHO, Sandra Maria Pinheiro de Freitas e CARLOTO, Cássia Maria. Os homens e a violência nas relações afetivo/conjugais. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2003.
- DANTAS, Heloisa. Álcool, Drogas e Violência Doméstica. **SIICsalud**. Buenos Aires, v. ., p., 2007.
- DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art14.html>. Acessado em: de 11 de maio de 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 3**. Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução: Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, Michel. [Entrevista: A arte de viver, segundo Michel Foucault, s.d.] Disponível em:

http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=12837&cod_canal=38. Acesso em: 26 de abril de 2010.

FOUCAULT, Michel. **Da amizade como modo de vida**. [Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied, nº 25, abril de 1981]. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amizade.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e Escritos volume V)

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. 26 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 35 ed. Petrópolis, Vozes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. Editora Loyola, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Florense universitária, 2010. (Ditos e Escritos volume VI)

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução: Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GIROTTI CELMER, Elisa. Violência contra a mulher, produção legislativa e discurso punitivo - um estudo sobre a Lei Maria da Penha (11.340/06). **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 42, 30/06/2007 [Internet]. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1812#. Acesso em 26/06/2009.

GRANJA, Edna e MEDRADO Benedito. Homens, Violência de Gênero e Atenção Integral em Saúde. **Psicologia & Sociedade**. São Paulo, v. 21 n.1, p. 25-34, 2009.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**. Rio de Janeiro, vol.3, n.1, pp. 07-39, abril 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 07-41, 1995.

JUNTA DE SERVIÇOS GERAIS DE ALCOÓLICOA ANÔNIMOS DO BRASIL. **Eis o A.A. ... uma introdução ao programa de recuperação de A.A.** São Paulo, 2007.

JUNTA DE SERVIÇOS GERAIS DE ALCOÓLICOA ANÔNIMOS DO BRASIL. **O grupo de A.A. ... Onde tudo começa.** São Paulo, 2007.

KLEITON; KLEDIR. Paixão. In: _____. **Kleiton e Kledir ao vivo**. CD. 2005, faixa 7.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Editora 34, 1994.

LEANDRO, Edélvio Leonardo. **De agressor a dependente: a produção de sentidos sobre violência de gênero em Centros de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Recife, 2009.

LIMA, Maria Lucia Chaves; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Os homens no cenário da Lei Maria da Penha. In: *Fazendo Gênero*, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MACHADO, Paula Sandrine. Sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 24, p. 249-281, janeiro-junho de 2005.

MEDRADO-DANTAS, Benedito e MÉLLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, vol. 20, p. 78-86, 2008. Número especial.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; DI PAOLO, Ângela Flexa. **Subjetivações, identidades e o linguajar**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 490-501, dez. 2007.

MONEY, John e TUCKER, Patricia. **Os papéis sexuais**. Tradução: George Schesinger. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MONTENEGRO, Oswaldo. Bandolins. In: _____. **Intimidade**. DVD. 2008, faixa 15.

- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A origem da tragédia**. São Paulo: J. Hetzel, [19--].
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Gaia Ciência**. 2ª edição. São Paulo: Editora Escala, 2008a.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Para Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro**. 3ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008b. (Coleção obra-prima de cada autor)
- NIWIADOMSKI, Christophe. Violências e alcoolismo: abordagem biográfica em alcoologia e hermenêutica do sujeito. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.9, n.3, p.331-341. set./dez 2004.
- OLIVEIRA, Kátia Neves Lenz César de. **Discurso (s) de homens em conjugalidade violenta: uma análise sócio antropológica sob a referência da ética da serenidade**. 2010. 227f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher) Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2010.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A teoria *queer* e a *Reinvenção do corpo*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 469-477, jul/dez. 2006.
- PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 149-147, janeiro-junho de 2007.
- PRECIADO, Beatriz. **Multidões Queer** – Notas para uma política dos ‘anormais’, (s.d.) Disponível em: http://www.intersexualite.org/MULTID_ES_QUEER.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2010.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto contra-sexual** – praticas subversivas de identidad sexual. Madri: Ed. Opera Prima, 2002.
- PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonki**. Madri: Espasa Calpe, 2008.
- RABELO, Patrícia Moreira e Caldas Júnior, Arnaldo de França. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 6, p. 970-978, dez 2007.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil : 1890-1930** . 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção estudos brasileiros ;v.90)
- ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.26, n.1, p. 33-37, 2001.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez.1995.
- SOUZA, Noélia Alves de. Embriaguez e desordem: alcoolismo e masculinidade em Fortaleza nas décadas de 20 e 30 do século XX. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico Castro (org.). **Gênero**. Fortaleza: Edições Demócrito rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano)

SOUZA, Pedro de. Resistir, a que será que se resiste? O sujeito feito fora de si. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, p. 37-54, 2003. Número Especial.

SPINK, Mary Jane P. e LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: A explicitação dos passos da interpretação. In. SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas Discursivas e Produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**; São Paulo, v.15, n. 2, p. 18-42; jul./dez.2003.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; PORDEUS, Augediva Maria Jucá; FERREIRA, Renata Carneiro; MOREIRA, Deborah Pedrosa; MAIA, Potívea Bezerra; SAVIOLLI, Kátia Costa. Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol.17, no.3, p.113-125, set 2008.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. Nas margens do casamento: sedução masculina e conflitos amorosos em Fortaleza (1799-1820). In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico Castro (org.). **Gênero**. Fortaleza: Edições Demócrito rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano)

APÊNDICE A
Tabela com as atividades da pesquisa em ordem cronológica

1ª visita a Delegacia: conhecendo o espaço	08/04/2009
2ª visita a Delegacia: Setor de Ocorrências	14/04/2009
3ª visita a Delegacia: Setor Social	15/04/2009
4ª visita a Delegacia: Setor Social	16/04/2009
5ª visita a Delegacia: Sala de Espera	23/04/2009
6ª visita a Delegacia: Sala de Espera	15/05/2009
7ª visita a Delegacia: 1º encontro com a Delegada Adjunta	20/05/2009
8ª visita a Delegacia: Uma tarde nos atendimentos da Delegada Adjunta	29/05/2009
1º Contato com o A.A. (telefônico)	01/10/2009
Visita ao escritório do A.A.	09/02/2010
1ª visita ao Juizado: conhecendo o espaço; grupo de réus presos, conversa com a Juíza.	11/02/2010
2ª visita ao Juizado: Sala de espera	18/02/2010
3ª visita ao Juizado: grupo de vítimas e grupo de réus presos	25/02/2010
4ª visita ao Juizado: grupo de réus presos	11/03/2010
5ª visita ao Juizado: grupo de réus presos	25/03/2010
6ª visita ao Juizado: grupo de réus presos	08/04/2010
7ª visita ao Juizado: conversa com Assistente Social	09/04/2010
1ª visita ao grupo de A.A.: reunião aberta	12/04/2010
8ª visita ao Juizado: grupo de réus presos	15/04/2010
9ª visita ao Juizado: conversa com a psicóloga	16/04/2010
2ª visita ao grupo de A.A.: reunião aberta	19/04/2010
3ª visita ao grupo de A.A.	26/04/2010
4ª visita ao grupo de A.A.	03/05/2010
5ª visita ao grupo de A.A.: festa em comemoração aos 30 anos do grupo	08/05/2010
6ª visita ao grupo de A.A.: reunião aberta	10/05/2010
7ª visita ao grupo de A.A.: reunião de literatura	13/05/2010
8ª visita ao grupo de A.A.: reunião aberta	17/05/2010
9ª visita ao grupo de A.A.: entrevista com Alexandre	27/05/2010

APÊNDICE B
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Duas vias: uma sob posse do pesquisador e outra do entrevistado)

Eu, _____, fui convidado e aceitei participar, como voluntário, da pesquisa “**Passos e Espaços: violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica**”, realizada pela mestranda **Luísa Escher Furtado**, sob a orientação do Prof. **Ricardo Pimentel Mélo**. Recebi informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas que:

1. participarei deste estudo, por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa;
2. minha participação neste estudo não trará nenhum dano;
3. se por ventura, nas entrevistas algum desconforto ocorrer ou for por mim revelado, que precisar de orientação profissional receberei informações para buscar serviço adequado à minha necessidade;
4. sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo;
5. minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista concedida ao pesquisador;
6. sob qualquer circunstância o sigilo será garantido e não será revelado o nome dos participantes;
7. a qualquer momento, poderei cancelar minha participação no estudo e, também, poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;
8. as informações por mim fornecidas serão úteis para a produção de conhecimento na área da saúde, gerando debates e publicações que podem contribuir para a melhoria da qualidade de serviços públicos;

Após ter lido e conversado com os entrevistadores, sobre os termos contidos neste consentimento, concordo em participar como informante, colaborando, desta forma, com a pesquisa.

Fortaleza, ____/____/20____.

Assinatura: _____

Nome completo: _____

Entrevistadora - assinatura: _____

Nome completo da entrevistadora: _____

Responsável legal e local onde serão arquivados os dados decorrentes das gravações em áudio das entrevistas e dos registros fotográficos eventualmente produzidos.

Prof. Ricardo Pimentel Mélo - Endereço: Curso de Psicologia - Universidade Federal do Ceará (UFC) - Centro de Humanidades, Campus Benfica, Av. da Universidade 2762 - Benfica - CEP 60020-181. Fortaleza/CE - Telefones p/contato: (85)3366-77-22/3366-77-23; Fax: (85) 3366- 77-24.

APÊNDICE C

Artigo submetido à revista *Gerai*: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, esperando avaliação

Título original: *Corpos e espaços híbridos na Delegacia da Mulher em Fortaleza*

Título em inglês: *Bodies and spaces hybrid at the Station of Women in Fortaleza*

Seção da Revista: Artigos

RESUMO:

Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica, em andamento. Em 2009, realizamos oito visitas à Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza (DDM). Pesquisamos como as pessoas (corpos) que se dirigem a esta Delegacia são posicionadas como se apresentassem “identidades” que delineiam maneiras de viver. Utilizamos observações, anotações, câmera fotográfica e conversas, cartografando a composição dos espaços: como se constituem, a quem são destinados, por quê. Percebemos que a diversidade é na DDM ordenada na dualidade feminino/masculino. O modo como os corpos são posicionados delimitam fronteiras entre mulheres (quem a Delegacia deve defender) e homens (de quem as mulheres devem ser defendidas). Isto reflete no modo como adereços móveis são ordenados e nas autorizações ou proibições da circulação nos cômodos. Assim, há na DDM ordenação de humanos e não humanos em posicionamentos heteronormativos. Também, há resistências a isso, mas com menor visibilidade.

Palavras-Chaves: Corpo; Gênero; Delegacia da Mulher; Heteronormatividade.

ABSTRACT

This work is part of a survey about domestic violence and use of alcohol, in process. In 2009, we realize eight visits to the Station of Women in Fortaleza. We investigate how people (bodies) that are at the station are positioned as if present "identities" that outline ways of living. We use observations, notes, camera and talking, trying to map the composition of spaces: how they are constitutes, to whom they are intended and why. We realize that human diversity is ordered duality female / male. The way the bodies are positioned demarcating borders between women (who must defend the Police) and men (of whom women should be defended). This is reflected in how mobile props are arranged, and in authorize or prohibit the movement in the rooms. Thus, there is sort of the Station of Women in Fortaleza in human and nonhuman according to heteronormative positions. Also, there is resistance to this, but with less visibility.

Key-Words: Body, Gender, Women's Police; Heteronormativity.

CORPOS E ESPAÇOS HÍBRIDOS NA DELEGACIA DA MULHER EM FORTALEZA

Para utilizar desvios, ou enveredar por ruas paralelas, nada é mais conveniente do que o ensaio. Pode-se iniciar um ensaio indo a qualquer direção, seguros de que, se [...] não der certo, poderemos voltar e começar tudo uma vez mais [...]. Passeios por

ruas paralelas ainda mais estreitas, ou desvios mais amplos, também não causam muito dano, pois não esperamos encontrar progresso ao fim de uma estrada reta, onde se anda incansavelmente para frente, e sim através de caminhos sinuosos e improvisados, onde o resultado aparece onde tem que aparecer. E, quando não se tem mais nada a dizer sobre o assunto, seja por enquanto ou para sempre, pode-se simplesmente deixá-la de lado (Geertz, 2006, p. 14).

Tendo em vista as palavras de Clifford Geertz, acima reproduzidas, desejamos que nosso texto fosse considerado um ensaio. É como se estivéssemos ensaiando uma dança e, como é comum nos ensaios de dança, dançamos e podemos nos movimentar fora do compasso exigido, podemos desviar do ritmo formal. Isso é permitido nos ensaios para que o espetáculo seja belo aos sentidos de uma platéia.

Esse trabalho integra uma pesquisa mais ampla, ainda em andamento, sobre as relações que são estabelecidas entre a ingestão de álcool e a violência conjugal. Em função da mesma iniciamos o trabalho na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza (D.D.M.) por a consideramos como um importante local para buscas sobre a temática como indicam pesquisas anteriores que apontam para isso (Lima & Mélo, 2008; Medrado & Mélo, 2008). O início da pesquisa previa conhecer o funcionamento da D.D.M, em especial, os caminhos trilhados lá por homens acusados de cometer violência contra mulheres para que compreendêssemos a trama que se tecia desde a chegada da denúncia de violência até os encaminhamentos que as profissionais davam para os homens denunciados. Para isso, observamos passos e espaços, anotamos minuciosamente o que considerávamos necessário, fotografamos e conversamos com quem consentia e circulava nesse espaço, para assim montar um cenário. Desde nossa primeira visita, como descreveremos abaixo, logo nos chamou a atenção que a DDM estivesse organizada espacialmente em função de relações de gênero. Algo que poderia parecer óbvio, mas, ao mesmo tempo, despertar o interesse para compreender de que forma isso orientava a vida da DDM.

Partimos da premissa que, ao nos referirmos aos espaços da Delegacia, inscrevemos acontecimentos apontando efeitos de poder e buscamos traçar como os corpos

são posicionados na D.D.M, em função de regras de ordenação da circulação lá existentes, ou seja, consideramos que não se tratava de uma ordenação ou de balizamentos com o simples intuito de organizar a fluidez das demandas da D.D.M., mas que esses posicionamentos humanos e não humanos acontecem em redes de poder, como observou Foucault:

No balizamento das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, dos enquadramentos, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos é claro – de poder. A descrição espacializante dos fatos de discurso abre para a análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados. (Foucault, 2003, p. 182).

Desta forma buscamos mapear a composição dos espaços: como se constituíam, a quem eles são destinados e os por quês disso. Na Delegacia, desejávamos que os caminhos que por lá traçávamos nos surpreendessem e permitissem desvios ao desconhecido. Em resumo, a pesquisa que desenvolvemos e que deu início a estes escritos foi marcada inicialmente por um “estudo exploratório” de natureza qualitativa e contextual (Piovesan & Temporini, 1995), realizado na D.D.M., que apontou para um diagrama que articulava o mapeamento do lugar com procedimentos jurídicos, policiais e sociais, construindo uma geografia que se fez na medida em que delineamos a distribuição e organização no espaço de corpos humanos e não-humanos em função do uso que se fazia deles.

Conforme Jesús Arredondo (2005) um espaço (indeterminado) se transforma em um lugar (determinado), em função de um uso cotidiano. Assim o “imóvel” localizado à rua tal, sob o número tal, no bairro tal, na cidade de Fortaleza, um dia foi uma casa e agora passou a ser uma Delegacia. Podemos ver que essa construção não é tão “imóvel” assim. Por mais que a sua estrutura física tenha sido preservada de algum modo lembrando seu primeiro uso como residência, uma simples identificação em sua fachada, lhe insinua e lhe impregna de outro saber-poder. Não é mais uma “casa qualquer” (se é que existe uma casa qualquer) e tornou-se, como indica a identificação, a Delegacia da Mulher. O espaço em nossa pesquisa é tratado como “uma categoria para pensar a vida” (ibid., p. 91). Uma categoria que tem movimento, diversamente de outra forma de tratar o espaço como o elemento da binariedade

tempo–espaço: o tempo seria a sucessão, o andamento, o processo, ou seja, o elemento com movimento e o espaço como lugar delimitado por fronteiras, fixo, imóvel. Em nossas análises temos a intenção de relacionar estas categorias, como imbricadas com os nossos modos de viver ou com seus usos cotidianos.

A Delegacia de Defesa da Mulher funciona vinte e quatro horas todos os dias, assim, pode ser caracterizada como em “estado de urgência”, onde parar significa morrer (Virilio, 1996). Um espaço onde o “tempo não para”. Desse modo, ela vive em movimento com usos bem delimitados (juridicamente, por exemplo). Nela há corpos que se fazem: delegada, escritã, agressor, vítima, ambulante etc. Assim, nem o espaço nem os corpos são inertes, pois ambos se constituem em rede:

Consideraremos que o corpo não é meramente um “natural” que jaz sobre um território, ele é um território; um lugar de acontecimentos inscritos nele podem ser vistos e ao mesmo tempo é esse território de domesticação e de rebeldia que luta contra seus próprios acontecimentos. (Bentolila, 2005, p.11).

Os corpos têm movimento, se fazem em movimentos e são movimentos. Corpo no uso que damos, não é massa onde se moldam músculos e formas de viver, mas se fazem com e no movimento. Como nota Guacira Louro: “a gente só se equilibra em movimento...” (Louro, 2008, p.11). E esse movimento não acontece determinado por discursos, por relações de poder, acontece em relação com discursos e poderes, pois como diz Judith Butler (2008) a materialização das normas nunca é completa, o corpo resiste e inscreve fronteiras e permanências constituindo uma superfície. Assim os corpos se compõem “com” e “no” espaço de vida cotidiana. Espaços cada vez mais apressados como diz Virilio (op. cit.). Os corpos fundem-se na velocidade que os constituem: sucessão de imagens, desenhos, sons, ritmos, técnicas, maneiras, códigos de comportamentos, roupas etc. Os corpos perdem e refazem limites; territorializam e desterritorializam conforme se deseje uma determinada composição com e no espaço. A isso podemos chamar de geografia: mapas que se fazem e se desfazem. Mas não se tratam de mapas que são traçados em função de um desenho

predeterminado naturalmente, já que território ou espaço podem ter uma noção geográfica, mas são “em primeiro lugar, uma noção jurídico-política: o que é controlado por certo tipo de poder.” (Foucault, 2003, p. 180). *Nos espaços, os espaços se constituem e constituem relações de saber e poder, por isso, seus mapeamentos como em uma pesquisa exploratória terminam por traçar estratégias que configuram determinado saber-poder. No caso de nossa pesquisa são as disposições de arquiteturas, fotos, cores, móveis, discursos, pessoas, entre outros que operam algo, tornando-se instrumentos que proporcionam determinado movimento, desenho, rede de relações estratégicas de saber-poder. Nestas disposições estratégicas se constituem determinadas relações que deixam de ser representações para serem analisadas como diagramas geopolíticos, ou seja, espaços pensados como possíveis de colocar em movimento determinadas estratégias ou como espaços que colocam em movimento determinada política.*

Quanto mais eu caminho, mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber têm de ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologias, mas sim das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações, de domínios que poderiam bem constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações iriam ao encontro de seus métodos (Foucault, 2003, p.188).

Com estas premissas podemos concluir que a geopolítica dos espaços faz deles acontecimentos cujos elementos não têm uma existência anterior a este, mas coexistem nele. Assim, um acontecimento se estabelece em conexões, em redes de elementos organizados, vigiados e controlados em função de uma geopolítica. Indo mais adiante, os espaços como vida cotidiana compõem um “drama”, onde se mistura o trágico e o cômico, um permitindo que o outro aconteça. Sem um não há o outro. O trabalho cartográfico é traçar mapas, caminhos que articulem elementos que permitem determinada configuração a um acontecimento. Saber e poder configuram espaços, inventados historicamente, dando-lhes formas de acontecimentos. Os elementos humanos e não humanos, suas funções, suas disposições estão a serviço de estratégias de disciplinarização da vida, que por sua vez também geram resistências.

Buscamos mostrar como os espaços em geral estão constituídos de elementos diversificados caracterizados pelo que Bruno Latour denomina de “hibridizações”: os quase-humanos e quase-objetos que se formam em rede (Latour, 1994)¹. Estes híbridos não ocupam exclusivamente nem a posição de humanos, nem a de objetos, deixando de serem classificados rigidamente como “coisa”, “natureza” ou “cultura”. Em relação a nossa pesquisa como classificar o espaço na/da delegacia? Há objetos que são “quase-humanos” na medida em que seus usos se fazem diretamente relacionados a uma classificação de gênero: uma barra de ferro fixada à parede e unicamente utilizada para prender homens e não mulheres, é um objeto que “tem gênero”. Barra, gênero, homens, paredes, algemas, violência, agressor, vítima etc., são elementos que se articulam e formam a D.D.M. Não são elementos puros, naturais ou que têm vida sem que sejam articulados de determinada forma. Assim, Latour nos diz: “à prática de purificação [...], convém acrescentar as práticas de mediação [...]” (ibid., p. 55). Em rede os “quase-objetos”, mediam práticas de “quase-humanos” e vice-versa.

Temos de ter cuidado com esse processo de mediação para rompermos com posturas que negligenciam os agenciamentos não humanos. Somos geralmente levados a crer que só os humanos agenciam objetos e assim, caímos na armadilha da natural supremacia humana que sempre media por meio dos sentidos que damos aos não-humanos. Por exemplo, a cor rosa media “gênero feminino”. Desse modo, os objetos ainda dependem dos sentidos dos humanos para terem vida. Permanecemos imersos no repertório moderno de que somos o centro, a razão: “misturamos sem o menor pudor nossos desejos com as coisas, o sentido com o social, o coletivo com as narrativas” (Ibid., p.87). De um lado temos o “tudo é retórico, tudo é social, ou tudo é construído” (pelos humanos, claro!), e do outro lado, “temos a natureza, o ambiente, o universo” que até “modificam-se”, mas por causa dos humanos. Trata-se de separar o que cotidianamente vive junto.

Confesso que não aguento mais sentir-me eternamente fechado somente na linguagem ou prisioneiro das representações sociais. [...]

Estamos cansados do domínio eterno de uma natureza transcendente, que não se pode conhecer, inacessível exata, e simplesmente verdadeira [...].
 Estamos cansados dos jogos da linguagem e do eterno ceticismo da desconstrução dos sentidos. O discurso não é um mundo em si, mas uma população de actantes² que se misturam tanto às coisas quanto às sociedades [...]. (Latour, 1994, p. 88-89).

Callon, Latour, Law e outros criaram a noção ator-rede para questionar os fundamentos das nossas análises. A tentativa foi a de romper com a dualidade humano não-humano e natureza-sociedade e ao mesmo tempo dar vida às nossas análises que vão além da busca de sentidos escondidos nas ações ou nos objetos, que vão além de uma análise de poder que coloca pessoas como conscientes e outras como usadas. Mas relações de saber-poder que buscam fazer um diagrama de alianças entre diversos atores que se articulam em redes. Como afirmam Domenèch e Tirado:

... os fatores sociais não são suficientes para explicar a dinâmica da sociedade, é preciso recorrer a meios heterogêneos [...], levar em consideração o não-humano [...]. Dito de outro modo, para explicar o social, para entender a dominação, temos que deixar de lado a preocupação exclusiva com as relações sociais e levar em consideração os actantes não humanos (Domenèch & Tirado, 1998, p.23).

Ao entrarmos na Delegacia, não sabíamos o que ou em que nos enredaríamos, queríamos pesquisar em redes nos tornando ora humanos, ou quase-humanos, ora objetos ou quase-objetos. Assim temos espaço em movimento com corpos também em movimento, na Delegacia em movimento. Com tanto movimento, cuidamos pra não ficar tontos.

A DELEGACIA EM MOVIMENTO

Entramos e não havia música, mas agora, neste texto, nos propomos a “entrar” na Delegacia nos enredando nos fluxos de uma:

Nelson entra na roda
 Puxa teu par prá dançar
 [...]
 Zuza, Cláudio, Zeca, Marco Aurélio, entrem na roda
 Teté, entra na roda
 Com tua caixa prá tocar
 (Cacuriá de Dona Teté – Valsa)

O Cacuriá é uma dança típica do Maranhão, que tem um ritmo empolgante, com roupas coloridas³ e nos foi apresentada por uma das participantes de nosso grupo de estudos e pesquisas. A escolhemos porque faz eco com nosso modo de pesquisar e também com o início de nossa pesquisa, pois estávamos ávidos por chegar à Delegacia e colocar todos os personagens híbridos na roda de dança em nossas observações e análises.

Depois de rodar, como no Cacuriá, por algumas ruas no centro da cidade, enfim encontramos a Delegacia. Estávamos ao mesmo tempo felizes de começar a dança-pesquisa, mas sem saber que ritmos encontraríamos para dançar ou sem saber que pares encontraríamos para entrar na roda. Por pares já entendemos os quase-humanos e quase objetos, os híbridos. Assim como o Cacuriá se faz com as roupas coloridas, toque das caixas, pessoas etc. a Delegacia também se fazia em híbridos os mais diversos.

Histórias diversas se misturam no prédio. A Delegacia está localizada perto da metade de uma pequena rua de apenas uma quadra, no centro da cidade de Fortaleza: Rua Dr. Manoelito Moreira (Figura 1). Este personagem da história da cidade de Fortaleza era obstetra tal como seu pai o médico João da Rocha Moreira, e lançou a idéia de construção da “Maternidade César Cals”: coincidências que hibridizam a rua e a delegacia com “a mulher” e a maternagem.



Figura 1

A Delegacia funciona ambientada numa casa de dois andares, com um espaço na frente que parece ter sido um dia um jardim, mas agora está cimentado. Nas áreas de circulação a pintura está em branco e outra cor que está entre lilás e róseo, indicando cores

que agenciam o feminino. Na sala do Setor Social há uma parede verde, neste espaço se discute o destino do casal e o verde talvez agencie esperança de que algo mude nas relações que mesclam afeto, desejo com violência, tal como diz a Assistente Social da Delegacia: “nós não estamos aqui pra juntar, nem pra separar o casal, estamos aqui pra mudar a situação de violência”. É importante ressaltar que, mais do que associações que parecem simplistas entre cartazes, cores e modos de viver, nos interessa não uma análise do conteúdo (significado) inerente aos cartazes, fotos, cores, enfim aos objetos (quase-humanos), mas, quais os efeitos deles no movimento da Delegacia. Ou seja, tratar esse material como actantes. Lembre-se que isso inclui a nós pesquisadores. Assim, nós também fazemos usos de tudo isso, dando uma formatação.

Em toda a casa a pintura está desgastada. É como se nunca houvesse tido uma reforma no prédio desde sua transformação de residência para Delegacia. Mas parece existir investimento na decoração com quadros que expõem pinturas de flores e cartazes condenando a violência contra mulher (figura 2) e a exploração sexual de crianças e adolescentes (figura 3 e 4) em diversos ambientes.



Figura 2



Figura 3



Figura 4

No prédio, há espaços específicos para mulheres, para homens e alguns para circulação de ambos, como na recepção onde a circulação de pessoas é grande e franqueada a todos por se tratar do lugar onde se delimitará para onde, quando e com que finalidade corpos femininos e masculinos podem se dirigir. É onde ocorre à triagem da circulação, neste caso, a seleção tem marcas claras de escolhas de gênero.



Figura 5

Ao lado da recepção (figura 6), há uma sala de espera exclusiva para mulheres (figura 7) com ambiente climatizado, sofás, cadeiras, bebedouro, revistas (“Quem acontece”, “Época”), televisão e cartazes (principalmente os que condenam a violência contra mulher). Os cartazes que estão na recepção se referem à violência contra a mulher e são, em sua

maioria, produzidos pela prefeitura de Fortaleza,⁴ Os que ficam no segundo piso tratam da exploração sexual e são fornecidos em geral pelas outras delegacias especializadas da polícia civil. A sala de espera, via de regra, é proibida aos homens, que devem ficar do lado de fora do prédio, mas existem situações em que ocorrem exceções. Presenciamos duas delas: uma prisão em flagrante que descrevemos mais abaixo, em que ficaram dois homens, o detido e o policial que o vigiava; e a outra situação foi quando a recepcionista permitiu que o pesquisador lá ficasse, o que chamou atenção de outro homem que se apresentou para audiência e que inquiriu sobre os motivos de ter de esperar lá fora, já que havia um homem na sala de espera. A recepcionista a essa indagação respondeu com veemência que aquele homem [o pesquisador] era “um rapaz da UFC e estava esperando para falar com a doutora”, encerrando a conversa.



Figura 6



Figura 7

Do outro lado da recepção, fica a sala do setor de ocorrência. Nesta sala só entram as mulheres que irão registrar o Boletim de Ocorrência de uma situação de violência sofrida por elas; não é permitida entrada de acompanhantes, exceto crianças. Neste lugar, a policial, logo que recebe a mulher pergunta: “o que está acontecendo?”. A mulher narra sua queixa e durante o relato ou após, a policial faz outras perguntas que considera importantes, tais como: nome, estado civil, de quem é a casa que a mulher mora, se o “acusado” usa drogas, quantos filhos a mulher tem, quantos são da relação em questão e se já fez outra denúncia. Isso

acontece ao lado de uma grande janela que dá para frente da delegacia. O movimento nesta sala nos mostra que apesar de todas as prescrições normativas que envolvem uma Delegacia, estas se misturam ao inusitado, mas sempre se buscando manter a matriz de gênero como critério de circulação. Presenciamos uma situação que exemplifica isso.

Durante a pesquisa, aconteceu de uma pessoa interferir no registro do Boletim de Ocorrência pela janela. A princípio a policial tentou ignorar, mas houve insistência. Do lado de fora, uma acompanhante relatava fatos novos e maior gravidade da violência que sua irmã (que estava realizando o B.O.) sofria do companheiro. Com a reincidência da interrupção, a policial repreendeu a acompanhante, fechou a janela e ligou o ar condicionado. Nesse episódio as fronteiras na delegacia são borradas e reiteradas. Espaços, autoridades, hierarquias e também individualizações se fazem e desfazem no cotidiano. A fronteira que faz de um corpo um sujeito não é lógica, é arbitrária e a policial posicionou-se como árbitro, que ora deixou a falta acontecer, ora penaliza a falta.

Voltando a descrição do espaço-movimento, existe um ambiente amplo e quase todo descoberto entre o portão de entrada localizado na rua e a porta da recepção localizada já no hall (porta da casa-delegacia), nele há um banco de madeira sem encosto, sob uma pequena cobertura, para onde a recepcionista encaminha os homens que esperam pelas audiências. Acima mencionamos a situação em que um homem tentou burlar esta regra e foi impedido pela recepcionista. A delegada mencionou que gostaria de ter uma sala para os homens, mas não há esse espaço no prédio, assim os homens ficam do lado de fora da casa-delegacia. Alguns conversam entre si e outros ficam sós. Algumas mulheres ficam lá na companhia dos homens, dentre estas, às vezes, é a própria companheira que o denunciou e que reatou a relação no tempo entre o registro da ocorrência e a primeira audiência na delegacia. Ou seja, é um espaço prioritariamente designado para homens.

Também nesse espaço fora do prédio, entre o portão e a porta de entrada, há uma senhora que vende bolo e café. Quando a pesquisadora foi comprar um pedaço de bolo, com o intuito de observar o lado de fora da delegacia, um homem que aguardava sua audiência, iniciou um diálogo sobre o sabor do bolo e disse que a pesquisadora não precisava se preocupar em comer o bolo e engordar (ao falar isso olhava para o corpo dela, “dos pés até a cabeça”). A pesquisadora respondeu dizendo que ela não tinha essa preocupação estética, porém incomodada com “aquele olhar” e com a proximidade física que aumentava entre os dois por exclusiva iniciativa do homem, desconversou elogiando o bolo para a senhora, pagou e se retirou para a sala de espera. De alguma forma, entendeu que aquele era um espaço destinado aos homens e proibido para mulheres desacompanhadas. Durante os dois meses que passamos indo à delegacia, não esteve mais naquele lugar.

No andar superior, ficam as salas das delegadas, o setor social e o local conhecido como o “cantinho do homem”. Este, como pode ser visto na figura 8, está localizado logo após a escada que dá acesso ao andar superior e é onde homens pegos em flagrante ficam detidos sentados, presos por algemas a uma barra de ferro fixada na parede já que na Delegacia não há celas. Durante as oito visitas que fizemos a D.D.M., só por uma vez encontramos um homem detido nesse espaço. Acreditamos que isso só acontece quando não há policial para vigiá-los ou quando a sala de espera está lotada. Esse é sem dúvida o espaço mais marcado pelas relações de gênero, com a única finalidade de receber homens.



Figura 8

Na Delegacia só trabalham mulheres, só encontramos policiais homens durante a pesquisa em casos de prisão em flagrante, mas esses policiais em geral eram lotados no “Ronda do Quarteirão”⁵. A Constituição do Estado do Ceará, art. 185, parágrafo único prevê: “O corpo funcional das delegacias especializadas de atendimento à mulher será composto, preferencialmente, por servidores do sexo feminino”. Desse modo, parece haver o discurso de que mulheres são mais indicadas para atenderem outras mulheres e, talvez, também possamos concluir que os homens são mais indicados para deter os homens.

CONCLUINDO

Em nossas vistas encontramos diversas mulheres mostrando que os bailados são heterogêneos: às vezes se fazem apresentando a impropriedade da violência e a emergência de enfrentar o mundo da denúncia que põe à mostra o fim do acordo de uma vida vivida junta, achegada; outras vezes mostra o quanto é difícil e até impróprio denunciar, especialmente em situações que signifiquem trazer para tutela do Estado relações consideradas privadas, domésticas, familiares, onde a violência nasce e é gerida.

Essa dança de histórias estava repleta de tristezas que eram assim não só por causa da situação de violência, mas pelo reconhecer que um relacionamento pode chegar ao fim. Mas, ao mesmo tempo, havia um tom de resistência triunfante por aquelas mulheres estarem ali “denunciando” seus parceiros. De algum modo, o colo estava apertado, mas elas respiravam mais, pois enfrentavam um mundo que lhes denotava prazer e crueldade, que lhes embaraçava as certezas, tão peculiares aos contos de fadas, da separação “evidente” entre bem e mal.

Quantos embaraços tivemos oportunidade de ver expostos na delegacia! Tudo se hibridiza e dá contorno a Delegacia: papéis, telefonemas, lágrimas, sons, imagens,

lembranças, moralismos, julgamentos, barra de ferro, bolo, policiais, cartazes, cores, documentos, leis, crianças, mulheres, gênero, violência, pesquisa-dores etc.

Na última visita que fizemos, encontramos um homem detido no fundo da sala de espera. Duas pessoas, um policial e uma policial, o vigiavam. Estavam ainda duas mulheres com duas crianças conversando com todos da sala. A primeira mulher contou que “estava fugida de casa”, saiu “só com a roupa do corpo”. A outra, sua cunhada, comentou: “não deveria ter saído, você perde seus direitos!”. Ao que a primeira retrucou explicando que havia ido pra casa da mãe porque o marido lhe agredia muito. Nesse momento, a conversa foi interrompida pela recepcionista que chamou a mulher que havia saído de casa, para registrar o Boletim de Ocorrência. A acompanhante continuou conversando com a policial, dizendo que eram comuns essas brigas entre sua cunhada e o marido e que as agressões eram constantes. A policial falou que existe muito homem “sem vergonha” e que existe mulher “mais sem vergonha ainda”, ao que a outra complementou: “sem vergonha porque não separa”. Aqui, hibridizam-se cunhada, mulher-agredida, homem-agressor, policial, moralismo, denúncia, sala de espera, crianças...

As histórias se embaraçam e a pesquisa se desenrola nesses traçados buscando disposições e ordenações. Latour (1994) dá pistas que ajudam a compreender que na construção dos “bailados” na Delegacia, inúmeros “sons e passos” se entrelaçam para compor os acontecimentos: não há distinções absolutas entre objetos, falas, humanos, fotos, sendo todos híbridos. Desse modo, quase-humanos e quase-objetos que circulam na delegacia enredam-se no processo de posicionamento de corpos que estão a se movimentar. Movimento aqui entendido como um bailar: agitar-se, mover-se, oscilar, vacilar, descrever percursos. Movimento que se faz em acontecimentos que, como notamos acima, hibridizam histórias, vidas, salas, cartazes etc.

José Bleger (2007) escreve que “toda organização tende a ter a mesma estrutura que o problema que deve enfrentar e para o qual foi criada” (p. 116), não entrando no mérito do aspecto generalizador de sua afirmação, ele nos faz pensar sobre um movimento que nos enredou na delegacia e que está presente em muitas das narrativas das situações de violência: a rigidez nos posicionamentos de homens e mulheres, os relacionamentos conjugais e a Delegacia da Mulher são ordenados na dualidade feminino/masculino, passividade/atividade, fragilidade/força, virilidade/frigidez. O modo como os corpos são posicionados delimitam fronteiras entre mulheres (quem a Delegacia deve defender) e homens (de quem as mulheres devem ser defendidas). Entretanto, a assistente social mencionou que para a Lei Maria da Penha a violência “independe de orientação sexual”, contando que atendeu “um casal de mulheres”. Isso aparenta ser uma resistência aos posicionamentos heteronormativos dos corpos, se considerarmos que, nesse caso, não se perpetuou a noção mulher-vítima versus homem-agressor, nem a noção de que necessariamente as relações conjugais são heterossexuais. No entanto, também é possível que os discursos que circulam sobre esse acontecimento coloquem a mulher que agrediu no lugar do homem e a outra agredida no lugar da mulher sem discutir relações de gênero.

Beatriz Preciado (2008) considera a sexualidade uma tecnologia que opera corpos falantes marcados por diferentes elementos do sistema sexo/gênero tais como: homem, mulher, homossexual, transexual, heterossexual. A autora aponta que esses elementos são “identidades” sexuais que funcionam como próteses, interrupções, acidentes, fronteiras. Essas fronteiras, esses fluxos, são produzidos diariamente na D.D.M. Buscamos mostrar que é possível entrelaçar elementos que em nós fazem redes que devem ser instrumentos de análise, para compreendermos as ações políticas dos humanos sobre si mesmos. Ao que parece chegamos a um momento pós virada linguística. É necessário ir além da ênfase em discursos e estarmos atentos às alianças e associações que se fazem por inúmeros actantes, como no caso

da violência doméstica: governo brasileiro, movimentos sociais, pesquisadores, técnicos diversos, ativistas feministas, mulheres com seus desejos, provas, homens que têm seu principado ameaçado etc. Tudo isso faz espaços por onde circulamos. A Delegacia da Mulher é um importante espaço, que se constitui também na arquitetura de outros espaços. Neste trabalho esperamos ter conseguido apresentar e discutir essa produção que não pára e nem se esgota nessas linhas.

REFERÊNCIAS

- Aragão, E. M., Barros, M. E. B. & Oliveira, S. P. de (2005). Falando de metodologia de pesquisa. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 5, n. 2, p.18-28, dez.
- Arredondo, J. R. (2005). Nuevas ciudades e nuevos espacios. In: Elias, P. V. et. al. *Ventanas em la ciudad: observaciones sobre las urbes contemporáneas*. Barcelona: Editorial UOC, p. 89-116.
- Bentolila, L. C. (2005). *Moldagem dos corpos e produção de subjetividade: investimentos biopolíticos na sociedade moderna contemporânea*. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Bleger, J. (2007). *Temas de psicologia: entrevistas e grupos*. Tradução: Rita Maria M. de Moraes. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes. (Psicologia e pedagogia).
- Butler, J. (2008). *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos Del "sexo"*. Tradução: Alcira Bixio. 2 ed. Buenos Aires: Paidós.
- Domenèch, M. & Tirado, F. J. (1998). *Sociología simétrica: ensayos sobre ciencia, tecnologia y sociedad*. Barcelona, Editorial Gedisa.
- Foucault, M. (2003). Perguntas a Michel Foucault sobre Geografia. In: Foucault, M. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense. p. 174-188. (Ditos & escritos IV).
- Geertz, C. (2006). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução: Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos – ensaio de Antropologia Simétrica*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Lima, M. L. C., Mélllo, Ricardo P (2008). Os homens no cenário da Lei Maria da Penha. In: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, 2008, Florianópolis (SC). *Anais Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis: UFSC.
- Louro, G. L (2008). *Um corpo estranho – ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Medrado, B. & Mélo, R. P. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade* [online], vol.20, n.especial, pp. 78-86, 2008.

Piovesan, A & Temporini, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. São Paulo: *Rev Saúde Pública*, 29 (4): 318-325.

Preciado, B (2008). Tecnogênero. In. *Testo Yonki*. Madri: Espasa Calpe, p. 81-99.

Virilio, P. (1996). *Velocidade e política*. Tradução: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade.

NOTAS

1- Ao articular a noção de híbrido, Latour, emprega o conceito de “quase-objeto”

desenvolvido por Michel Serres (Cf. Latour, 1994, p. 54).

2- Actante é o agente de uma ação. Na Teoria Ator-Rede, não há distinção se os agentes são humanos ou não humanos. Não se trata de uma origem de uma ação determinada por um ator, mas por redes, atores em aliança.

3- Uma mostra pode ser encontrada em:

http://www.youtube.com/watch?v=DyIcadS_IXk&url=http%3A%2F%2Fvalsa%2Eacuriadedonatete%2Eeltrasdemusicas%2Ecom%2Ebr%2F&feature=player_embedded#t=36

4- Em 2005 a Prefeitura lançou o Programa de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, tendo como slogan “Uma Fortaleza Bela e sem Violência é um Direito das Mulheres”.

5- O Ronda do Quarteirão pode ser descrito, como um segmento da Polícia Militar do Estado do Ceará, que circula na cidade em carros 4X4 de grande visibilidade. O governo do Estado considera esse serviço como de uma polícia comunitária porque cada grupo de policiais se responsabiliza pela segurança de uma área restrita.

ANEXO A Folheto do A.A.

11 Já experimentou alguma vez "apagamentos" durante uma bebida?

Os chamados "apagamentos" (em que continuamos funcionando sem nos dar conta de beber mais tarde do que costumamos) parecem ser um denominador comum nos casos de muitos de nós que hoje admitimos ser alcoólicos. Agora sabemos muito bem quais os problemas que tivemos antes de sermos "apagados" e irresponsáveis.

SIM () NÃO ()

12 Já pensou alguma vez que poderia aproveitar muito mais a vida, se não bebesses?

A.A., em si, não pode resolver todos os seus problemas. No que se refere, porém, ao alcoolismo, podemos mostrar-lhe como viver sem os "apagamentos", as recaídas, o sentimento de um desconforto que acompanha as bebidas e a desconfiança. Uma vez admitido, sempre alcoolizado. Portanto, nós em A.A. evitamos o "primeiro gole". Quando se faz isto, a vida se torna simples, mais pacífica e mais feliz.

SIM () NÃO ()

Qual foi a contagem?

Responda SIM quatro vezes ou mais? Em caso positivo, é possível que você tenha um problema sério de bebida, ou poderá tê-lo no futuro.

Por que fizemos isto? Somente porque a experiência de milhões de alcoólicos recuperados nos mostrou algumas mudanças básicas a respeito dos sintomas do alcoolismo - e de nós mesmos.

Você é a única pessoa que poderá dizer, com certeza, se deve ou não procurar o A.A. Se a resposta for SIM, teremos satisfação em mostrar-lhe como conseguimos parar de beber. Se ainda não puder admitir que você tem um problema de bebida, não faz mal. Apenas admitimos que você esteja sempre a qualquer momento aberta. Se alguma dia precisar de ajuda, teremos satisfação em recebê-lo em nossa liberdade.

*Divulgações aprovadas pelo
Conselho de Serviços Locais de A.A.*

Eu sou responsável...

**Quando qualquer um, seja onde for,
estender a mão pedindo ajuda,
quero que a mão de A.A.
esteja sempre ali.
E por isso: Eu sou responsável.**

In A.A. For You!
Copyright © 1973

Translated from the English with permission of Alcoholics Anonymous World Services, Inc. (A.A.W.S.).
No part of this translation may be duplicated in any form without the written permission of A.A.W.S., Inc.
Você deve procurar o A.A.?
Divulgações aprovadas © 1973
Tradução do Inglês com permissão de Alcoholics Anonymous World Services, Inc. (A.A.W.S.).
Nenhuma parte desta tradução pode ser duplicada sob qualquer forma, sem permissão escrita de A.A.W.S., Inc.

Publicado na língua portuguesa, com autorização, pelo FUNAAB
Fundo de Serviços Locais de Alcoólicos Anônimos do Brasil
Caixa Postal 580 - CEP 01048-070
São Paulo/SP - Brasil

Escritórios de Serviços Locais de: _____
Fone / () _____
Grupo: _____
Endereço: _____
Resposta: _____

Tradução 1988 - 1989 de autorizações IMPRESSO NO BRASIL

Você deve procurar o A.A.?

LIGUE:
3231.2437
TE: www.aacna.org.br

Doze perguntas às quais somente você pode responder.

Frente

Você deve procurar o A.A.?

Somente você poderá determinar se o programa de A.A. - a maneira de viver de A.A. - tem algum sentido para você e pode ajudá-lo.

É uma decisão que você terá de tomar por sua própria conta. Ninguém em A.A. poderá fazê-lo por você.

Não, que hoje somos membros, ingressamos em A.A. porque percebemos que a bebida havia se convertido em um problema que não podíamos controlar sozinho. A princípio, muitos de nós queríamos admitir que não conseguíamos mais beber normalmente. Porém, quando recebemos convites de A.A. nos contamos que, para nós, o alcoolismo era uma doença que, como a diabetes, podia ser detectada, compreendida e possuída em nós mesmos os sintomas dessa enfermidade.

Encaramos os fatos referentes à esta doença em particular, da mesma forma com que enfrentaríamos qualquer outro problema sério de saúde. Deram respostas honestas às perguntas muitas vezes nosso modo de beber e seus efeitos na nossa vida cotidiana.

Em algumas das perguntas que tivemos de responder. Sabemos por experiência própria que qualquer pessoa que responder SIM a QUATRO ou mais destas doze perguntas, tem duas condições para o alcoolismo (o poder já ser um alcoólico).

Por que não tentar, você mesmo, responder a estas perguntas? Lembre-se que não há desculpa em admitir que você tem um problema de saúde. Se existe realmente um problema, o importante é solucioná-lo.

<p>1 Já tentou parar de beber por uma semana (ou mais), sem conseguir atingir seu objetivo?</p> <p>Muitos de nós "largamos a bebida" muitas vezes antes de procurar A.A. Fizemos várias tentativas nos nossos familiares e empregadores. Fizemos juramentos solenes. Nada funcionou até que ingressamos em A.A. Agora não bebemos mais. Não prometemos nada a ninguém, nem a nós mesmos. Simplesmente escolhemos nos para não tomar o primeiro gole hoje. Mantendo nos abster, um dia de cada vez.</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>	<p>4 Temos algum trago pela manhã nos últimos dois meses?</p> <p>A maioria de nós está convencida (por experiência própria) de que a resposta a esta pergunta fornece uma chave para identificar se há ou não a condição do alcoolismo, ou já se encontra no limite da "normalidade" no beber.</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>	<p>7 A bebida já criou problemas no seu lar?</p> <p>Muitos de nós dizíamos que bebíamos por causa das situações desagradáveis no lar. Entretanto nos mostra que problemas deste tipo são agravados, em vez de resolvidos, pelo nosso consumo de bebida.</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>
<p>2 Ressente-se com os conselhos dos outros que tentam fazê-lo parar de beber?</p> <p>Muitas pessoas tentam ajudá-lo bebendo profissões. Porém a maioria dos alcoólicos recusa-se com os "bons conselhos" que lhe dão (A.A. não impõe esse tipo de conselho a ninguém. Mas, se solicitados, costumamos nosso experiências e damos algumas sugestões práticas sobre como viver sem o álcool.)</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>	<p>5 Inveja as pessoas que podem beber sem criar problemas?</p> <p>É óbvio que milhões de pessoas podem beber (a vez ou outra) em seus convívios sociais sem causar danos sérios a si mesmos, ou a outros. Você pediu alguma vez para perguntar-se por que, no seu caso, o álcool é, tão frequentemente, seu convívio ou desastre?</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>	<p>8 Nas reuniões sociais onde as bebidas são limitadas, você tenta conseguir doses extras?</p> <p>Quando tentamos de participar de reuniões deste tipo, ou nos "fortificamos" antes de chegar, ou conseguimos geralmente o álcool da parte que nos falta. E frequentemente continuamos a beber depois.</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>
<p>3 Já tentou controlar sua tendência de beber demais, tentando uma bebida alcoólica por outra?</p> <p>Sempre procurávamos uma fórmula "substituta" de beber. Passamos das bebidas destiladas para o vinho e a cerveja. Ou confiamos na água para "diluir" a bebida. Ou, então, tomamos nosso gole sem resistir-lo. Tentamos ainda beber somente em determinadas horas. Porém, seja qual for a fórmula adotada, inevitavelmente acabamos embriagados.</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>	<p>6 Seu problema de bebida vem se tornando cada vez mais sério nos últimos dois meses?</p> <p>Todos os fatos médicos conhecidos indicam que o alcoolismo é uma doença progressiva. Uma vez que a pessoa perde o controle da bebida, o problema torna-se pior, nunca desaparece. O alcoolismo só tem, no fim, duas alternativas: (1) beber até morrer ou ser internado num manicomínio, ou (2) afastar-se do álcool em todos os seus formas. A escolha é simples.</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>	<p>9 Apesar de prova em contrário, você continua afirmando que bebe quando quer e para quando quer?</p> <p>Dizê-lo a si mesmo parece ser próprio do bebedor problemático. A maioria de nós que hoje nos abstemos em A.A., tentou parar de beber repetidas vezes sem ajuda de fora. Mas não conseguimos.</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>
<p>10 Faltou ao serviço, durante os últimos doze meses, por causa da bebida?</p> <p>Quando bebíamos e perdíamos dias de trabalho na fábrica ou no escritório, freqüentemente procurávamos justificar nosso "absenteísmo". Apelávamos para vários motivos para desculpar nossas ausências. No verdade, enganávamos somente a nós mesmos.</p> <p style="text-align: center;">SIM () NÃO ()</p>		

Verso

ANEXO B

12 Passos do A.A.

1. Admitimos que éramos impotentes perante o álcool - que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas.
2. Viemos a acreditar que um Poder Superior a nós mesmos poderia devolver-nos a sanidade.
3. Decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma em que O concebíamos.
4. Fizemos minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos.
5. Admitimos perante Deus, perante nós mesmos e perante outro ser humano, a natureza exata de nossas falhas.
6. Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter.
7. Humildemente, rogamos a Ele que nos livrasse de nossas imperfeições.
8. Fizemos uma relação de todas as pessoas a quem tínhamos prejudicado e nos dispusemos a reparar os danos a elas causados.
9. Fizemos reparações diretas dos danos causados a tais pessoas, sempre que possível, salvo quando fazê-las significasse prejudicá-las ou a outrem.
10. Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente.
11. Procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, na forma em que O concebíamos, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e forças para realizar essa vontade.
12. Tendo experimentado um despertar espiritual, graças a esses Passos, procuramos transmitir essa mensagem aos alcoólicos e praticar esses princípios em todas as nossas atividades.

ANEXO C

12 tradições do A.A.

1. Nosso bem-estar comum deve estar em primeiro lugar; a reabilitação individual depende da unidade de A.A.
2. Somente uma autoridade preside, em última análise, o nosso propósito comum - um Deus amantíssimo que Se manifesta em nossa consciência coletiva. Nossos líderes são apenas servidores de confiança; não têm poderes para governar.
3. Para ser membro de A.A., o único requisito é o desejo de parar de beber.
4. Cada Grupo deve ser autônomo, salvo em assuntos que digam respeito a outros Grupos ou a A.A. em seu conjunto.
5. Cada Grupo é animado de um único propósito primordial - o de transmitir sua mensagem ao alcoólico que ainda sofre.
6. Nenhum Grupo de A.A. deverá jamais sancionar, financiar ou emprestar o nome de A.A. a qualquer sociedade parecida ou empreendimento alheio à Irmandade, a fim de que problemas de dinheiro, propriedade e prestígio não nos afastem de nosso objetivo primordial.
7. Todos os Grupos de A.A. deverão ser absolutamente auto-suficientes, rejeitando quaisquer doações de fora.
8. Alcoólicos Anônimos deverá manter-se sempre não-profissional, embora nossos centros de serviços possam contratar funcionários especializados.
9. A.A. jamais deverá organizar-se como tal; podemos, porém, criar juntas ou comitês de serviço diretamente responsáveis perante aqueles a quem prestam serviços.
10. Alcoólicos Anônimos não opina sobre questões alheias à Irmandade; portanto, o nome de A.A. jamais deverá aparecer em controvérsias públicas.
11. Nossas relações com o público baseiam-se na atração em vez da promoção; cabe-nos sempre preservar o anonimato pessoal na imprensa, no rádio e em filmes.
12. O anonimato é o alicerce espiritual das nossas Tradições, lembrando-nos sempre da necessidade de colocar os princípios acima das personalidades.

ANEXO D
Oração da Serenidade

Concedei-nos, Senhor, a Serenidade necessária para aceitar as coisas que não podemos modificar, coragem para modificar aquelas que podemos e Sabedoria para distinguir uma das outras.